

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ESCOLA NORMAL NO SUL DE MATO
GROSSO: ESCOLA NORMAL JANGO DE CASTRO, AQUIDAUANA (1949-1975)**

**CAMPO GRANDE/MS
2014**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Coordenadoria da Biblioteca Central – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil).

CARVALHO, Luciana Belissimo de.

Implantação e consolidação da escola normal no sul de Mato Grosso: Escola Normal Jango de Castro, Aquidauana (1949-1975). Luciana Belissimo de Carvalho – Campo Grande, MS: UFMS, *Campus* de Campo Grande, 2014. 132 f.; 30 cm.

Orientadora: Silvia Helena Andrade de Brito.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais.

1. Escola Normal; 2. História da Educação; 3. Sul de Mato Grosso; 4. Aquidauana/MT.

LUCIANA BELISSIMO DE CARVALHO

**IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ESCOLA NORMAL NO SUL DE MATO
GROSSO: ESCOLA NORMAL JANGO DE CASTRO, AQUIDAUANA (1949-1975)**

Dissertação apresentada como exigência final para obtenção do título de Mestre em Educação à Comissão Julgadora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul sob a orientação da Profa. Dra. Silvia Helena Andrade de Brito.

**CAMPO GRANDE/MS
2014**

LUCIANA BELISSIMO DE CARVALHO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, para a obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Silvia Helena Andrade de Brito
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Profa. Dra. Carla Villamaina Centeno
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Profa. Dra. Margarita Victoria Rodriguez
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Campo Grande, 31 de março de 2014.

Aos meus pais, Osni Dias de Carvalho e Natália Belissimo, pelos ensinamentos. Aos meus amados irmãos, Mara, Elizeu, Eli e Meire, pelo apoio e carinho que sempre demonstraram.

Ao Fábio, companheiro, pelo amor e compreensão.

AGRADECIMENTOS

A produção do conhecimento, apesar de exigir momentos de solidão não se realiza de forma isolada, pois é resultante de um processo coletivo mediado pela participação de mestres, colegas, amigos e outras pessoas que dividem conosco momentos de alegria, tristezas e anseios. Assim, não poderia me furtar de nomeá-las nesse rol que constitui os meus agradecimentos:

À querida Profa. Silvia Helena Andrade de Brito, pela orientação, paciência e atenção dispensada nos diversos momentos desse trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que contribuíram à sua maneira: Eurize Caldas Pessanha, Fabiany de Cássia Tavares Silva, Jacira Helena do Valle Pereira Assis, Carla Busato Zandavalli Maluf de Araujo e Carina Maciel.

Aos professores e colegas da Linha de Pesquisa História, Políticas a Educação.

Aos funcionários do PPGEduc, em especial, ao Horácio Porto Filho, pela gentileza e atenção ao prestar qualquer auxílio.

Às grandes amigas construídas no decorrer dessa trajetória, com as quais pude compartilhar as tristezas e alegrias: André Luiz da Motta Silva, Adriana Espindola Britez e Caroline Hardoim Simões.

Ao meu caro amigo Saulo Alvaro de Mello, pelas longas discussões e ao meu irmão Eli Belissimo de Carvalho, pela ajuda na localização digitalização das fontes primárias, na cidade de Aquidauana.

Às Professoras Elenir Machado de Melo, Olga Maria dos Reis Ferro, Ana Paula Salvador Werri e Zaira de Andrade Lopes da UFMS/CPAQ, pelo apoio e incentivo, sem os quais não chegaria até aqui.

À Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul – SED, pela autorização à pesquisa no arquivo escolar da Escola Normal Jango de Castro.

À direção e ao assistente de atividades educacionais da Escola Estadual Coronel Alves Ribeiro, professora Matilde de Oliveira e Arthur Padilha respectivamente, pela gentil recepção e apoio durante as buscas realizadas no arquivo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo auxílio financeiro à realização dessa pesquisa.

A todos, os meus profundos agradecimentos.

RESUMO

O estudo integra a Linha de Pesquisa História, Políticas e Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, cujo objetivo se pauta em compreender como se deram as iniciativas acerca do processo de implantação e consolidação da Escola Normal no Sul do Estado de Mato Grosso, em particular, os móveis determinantes da criação e consolidação da Escola Normal Jango de Castro, na cidade de Aquidauana/MT, no período que se estende de 1949 a 1975. Desta forma, a investigação centra-se no entendimento do processo histórico que culminou na institucionalização da Escola Normal no Sul do Estado. A pesquisa se concretiza pela análise de fontes primárias, entre as quais, a legislação (leis, decretos, mensagens, relatórios) produzida acerca da escola normal e os arquivos escolares (livros de atas, livros de matrículas, livros pontos, entre outros) pertencentes à referida instituição, bem como o recurso metodológico de entrevistas semiestruturadas direcionadas aos ex-dirigentes, ex-alunos e ex-professores da Escola Normal Jango de Castro. Consideram-se neste processo, por sua vez, as múltiplas determinações da realidade histórico-social aqui analisada. Para tanto, recorre-se ao arcabouço teórico de Karl Marx e à literatura relativa à área. Tal abordagem pressupõe o rompimento com estudos meramente descritivos, narrativos e/ou superficiais acerca da historiografia da instituição estudada. A partir da análise e interpretação dos dados, conclui-se que o processo de implantação da Escola Normal na região sul do Estado se vinculou a um contexto mais amplo, ou seja, às diversas transformações de caráter econômico, político e social encetadas, no referido recorte, tanto no nível macro quanto no singular. Os resultados indicaram que a referida instituição, dada a realidade histórico-social, com a qual estabeleceu múltiplas mediações, acompanhou o desenvolvimento das relações sociais da sociedade capitalista. Enfim, configurou-se em moldes permeados de características próprias com relação ao corpo docente, o perfil dos discentes e sua condição de classe. Enfim, a trajetória da Escola Normal Jango de Castro fora marcada pela precariedade do espaço físico, escassez de professores com formação na área, uma vez que tal modalidade de ensino, em sua oferta, contou com a participação de professores leigos, os quais se desdobravam no exercício de dois ou mais ofícios, assim traços de ordem e de controle foram localizados no arquivo escolar cuja finalidade precípua residia em amenizar as consequências dessa realidade um tanto precária.

Palavras-chave: Escola Normal; História da Educação; Sul de Mato Grosso; Aquidauana/MT.

ABSTRACT

The study integrates the Research Line History, Politics and Education, the Graduate Program in Education of the Federal University of Mato Grosso do Sul, whose goal is guided in understanding how the initiatives have on the process of implementation and consolidation of the School Normal in the southern state of Mato Grosso, in particular, the determinants of the mobile creation and consolidation of the Normal School Jango Castro, in the city of Aquidauna/MT in the period extending from 1949 to 1975. Accordingly, the research focuses the understanding of the historical process which culminated in the institutionalization of the Normal School in the southern state. The study is realized by analyzing primary sources pertaining, among which, the legislation (laws, decrees, messages, reports) written about the normal school and school archives (books in minutes, books, files, books points, etc.) that institution as well as the methodological feature of semistructured interviews directed at former leaders, alumni and former teachers of the Normal School Jango Castro. Are considered in this process, in turn, the multiple determinations of historical-social reality analyzed here. To this end, we resort to the theoretical framework of Karl Marx and the literature on the area. Such an approach presupposes a break with merely descriptive, narrative and/or superficial about the historiography of the studied institution studies. From the analysis and interpretation of data, it is concluded that the process of implementation of the Normal School in the southern region of the state was linked to a broader context, the various transformations of economic, political, and social begun, in that clipping, both at the macro level as in singular. The results indicated that the Parliament, given the historical and social reality, with which you have multiple mediations, followed the development of the social relations of capitalist society. Anyway, set in molds permeated own characteristics with respect to faculty, students and the profile of their class condition. Finally, the trajectory of the Normal School Jango Castro marked out by the precariousness of physical space, shortage of trained teachers in the area, since this type of education, in its bid, with the participation of lay teachers, which unfolded in year two or more offices, so traces of order and control were found in the school file whose sole purpose resided in mitigating the consequences of this reality somewhat precarious.

Keywords: Normal School; History of Education; South of Mato Grosso; Aquidauna/MT.

Assim, essas ideias, essas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. Elas são produtos históricos e transitórios (MARX, 2009, p. 126).

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quadro comparativo dos rebanhos em Aquidauana em 1912 e 1913.....	58
Tabela 2 – Número de matrículas nos grupos escolares em Mato Grosso – região norte (1930).....	65
Tabela 3 – Número de matrículas nos grupos escolares em Mato Grosso – região sul (1930).....	66
Tabela 4 – Números de Matrículas nas Escolas Estaduais em Aquidauana em 1943.....	70
Tabela 5 - Quantitativo de formandos da Escola Normal Jango de Castro -1950-1975.....	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Periodização da história da formação docente no Brasil.....	26
Quadro 2 - Município de Aquidauana – quantitativo de escolas públicas em funcionamento em 1953.....	71
Quadro 3 – Estrutura do Ensino Normal.....	79
Quadro 4 – Programa curricular da Escola Normal de 2º Ciclo com duração de 4 semestres/2 anos.....	80
Quadro 5 – Detalhamento do Programa Curricular da Escola Normal de 2º Ciclo, com duração de 2 anos, em Mato Grosso, em 1948.....	81
Quadro 6 - Programa Curricular da Escola Normal Jango de Castro e distribuição das disciplinas por séries a partir de 1959.....	86
Quadro 7 - Relação nominal do quadro de diretores da Escola Normal Jango de Castro - 1950-1975.....	103

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Foto Aérea da cidade de Aquidauana.....	56
Figura 2 - Oficinas da NOB, Aquidauana 1914.....	60
Figura 3 - Prédio do antigo Grupo Escolar Antonio Corrêa, Aquidauana 2011.....	65
Figura4-Aluna do curso normal em atividade de prática docente no local, onde posteriormente foi construída a Praça Afonso Pena.....	84
Figura 5 – Normalistas da Escola Normal Jango de Castro em desfile cívico de comemoração do aniversário de Aquidauana (1950).....	88
Figura 6 - Gráfico - Origem social dos alunos da Escola Normal Jango de Castro – Aquidauana – 1950 a 1953.....	91
Figura 7 - Gráfico - Origem social dos alunos da Escola Normal Jango de Castro – Aquidauana – 1954 a 1956.....	92
Figura 8 - Gráfico - Origem social dos alunos da Escola Normal Jango de Castro – Aquidauana – 1957 a 1959.....	93
Figura 9 - Gráfico - Origem social dos alunos da Escola Normal Jango de Castro – Aquidauana – 1960 a 1962.....	94
Figura 10 - Gráfico - Origem social dos alunos da Escola Normal Jango de Castro – Aquidauana – 1963 a 1965.....	95
Figura 11 - Gráfico - Origem social dos alunos da Escola Normal Jango de Castro – Aquidauana – 1966 a 1968.....	96
Figura 12- Turma de normalistas em um dos passeios que realizava por falta de professores.....	104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 A problemática da pesquisa.....	15
2 Os estudos historiográficos que subsidiaram a discussão do objeto.....	17
3 As fontes primárias.....	19
CAPÍTULO I A CONFIGURAÇÃO DO ENSINO NORMAL NO BRASIL E EM MATO GROSSO, DO IMPÉRIO AOS ANOS DE 1970	23
1.1 Gênese e desenvolvimento do Ensino Normal no Brasil: do Império à República.....	23
1.2 Anos 1920 e 1930 no Brasil: educação, desenvolvimento e o papel das Escolas Normais.....	29
1.3 Expansão e consolidação das Escolas Normais: dinâmica que a engendra (1946-1971).....	37
1.4 Consolidação do ensino normal no sul de Mato Grosso: século xx.....	43
CAPÍTULO II O PROCESSO DE EXPANÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA EM AQUIDAUANA: CONTEXTO HISTÓRICO E NECESSIDADE DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	53
2.1 Desenvolvimento econômico no Sul de Mato Grosso	53
2.2 A expansão da escolarização primária.....	62
CAPÍTULO III A PRIMEIRA ESCOLA NORMAL DE AQUIDAUANA: ESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS PRÁTICAS DE ESCOLARIZAÇÃO DO PROFESSOR PRIMÁRIO (1949-1975).....	73
3.1 Instalação física da Escola Normal Jango de Castro: infraestrutura e recursos materiais.....	73
3.2 Organização curricular: revendo sua trajetória.....	79

3.3 O perfil social dos discentes da Escola Normal Jango de Castro.....	88
3.4 Os traços da ordem e do controle na Escola Normal Jango de Castro.....	101
3.5 Professores na Escola Normal Jango de Castro.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS.....	117
ANEXOS.....	126

INTRODUÇÃO

1 A problemática da pesquisa

Partindo do fato de que a escola normal, no Brasil, implantou-se fundamentalmente entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, o objeto dessa dissertação é o processo de implantação e consolidação da Escola Normal no Sul do Estado de Mato Grosso, com foco específico para a Escola Normal Jango de Castro, em Aquidauana, no período que se estende de 1949 a 1975. Para tal, toma-se como base o movimento da sociedade capitalista enquanto totalidade, e a forma singular como esse movimento manifestou-se na região do Sul de Mato Grosso¹.

Procura-se, nesse sentido, entender o processo histórico que culminou na institucionalização da Escola Normal no Sul do Estado, em particular, em Aquidauana, a partir das medidas estatais, numa inter-relação com as transformações que se processaram na sociedade brasileira, uma vez que as instituições escolares são entendidas, aqui, enquanto produtos históricos resultantes das relações sociais travadas entre os homens e seus efeitos, no que tange à produção da existência humana.

Desta forma, cumpre salientar, que se expõe a gênese e expansão do Ensino Normal no Sul de Mato Grosso, no âmbito da ação estatal e suas orientações políticas, tomadas no sentido de implantar uma instituição específica de formação docente para atender as demandas provenientes da expansão do ensino primário público.

Para tanto, torna-se necessário sublinhar que o Estado de Mato Grosso, dadas as suas condições concretas se encontrava em uma etapa de desenvolvimento distinta dos Estados como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, os quais estavam inseridos em crescente processo de urbanização e industrialização. Nessa perspectiva, o

¹ O Sul de Mato Grosso refere-se ao atual território de Mato Grosso do Sul. O Estado de Mato Grosso do Sul foi desmembrado do Estado de Mato Grosso pela Lei Complementar n. 31 de 11 de outubro 1977 (BITTAR, 2009). Situa-se na Região Centro Oeste e faz fronteira, a sudoeste, com as Repúblicas do Paraguai e da Bolívia; a Sudeste, com os Estados de Minas Gerais e São Paulo; ao Sul, com o Paraná; e, ao norte, com Mato Grosso e Goiás. Com área total de 357.145, 532 Km², possui 79 municípios e conta com uma população estimada de 2.449.024 pessoas, de acordo com o último censo de 2010, conforme dados do IBGE (Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ms>). Acesso em: 20 de ago. de 2013.

Estado, na ação de seus governantes seguia a tendência nacional marcada pelo ideário da modernização, leia-se: o processo de urbanização e industrialização da sociedade no Brasil, que produziu a concepção de educação enquanto força propulsora do tão aspirado desenvolvimento econômico-social impulsionado em virtude do processo de implantação do capitalismo monopolista, em especial, a partir dos anos de 1930.

Em face de tais questões, a preocupação relativa à formação de professores para o exercício da regência nas escolas primárias surgiu de forma bastante explícita no país, visto que contribuiriam diretamente na redução do analfabetismo, conseqüentemente, na garantia da civilidade da nação. Convém ressaltar que ao analfabetismo se atribuía a causa do atraso do Estado, conseqüentemente, ao eliminá-lo, o progresso encontraria espaço para fluir e, Mato Grosso estaria em patamar de igualdade com os demais estados brasileiros, onde o capitalismo se afirmava, na primeira metade do século XX, pela crescente industrialização.

Para tanto, a delimitação da problemática se pautou pelo objetivo geral que se vincula a investigar o processo de implantação e consolidação da Escola Normal Jango de Castro, entre os anos de 1949 a 1975, a partir de seus determinantes históricos, conforme o desenvolvimento da sociedade capitalista no Brasil, em Mato Grosso e Aquidauana. Procurar-se-á, dessa forma, entender as múltiplas determinações que resultaram na criação e implantação da primeira instituição pública de formação de professores primários, naquela cidade do antigo sul de Mato Grosso.

Como desdobramento do objetivo maior foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- Analisar as determinações econômicas, políticas e sociais que levaram à criação de uma instituição formadora de professores primários em Aquidauana/MT;
- Compreender o papel desempenhado pela Escola Normal Jango de Castro em Aquidauana, considerando o discurso em torno do papel da educação e a inserção social da instituição;
- Investigar os aspectos específicos inerentes à composição histórica da instituição – a infraestrutura, o corpo docente, a organização curricular, o perfil social dos discentes e os traços da ordem e do controle que permearam as práticas na Escola Normal Jango de Castro.

Realizada a exposição de tais critérios relativos à delimitação da temática da pesquisa, passemos em revista, à apresentação de outros parâmetros que nortearam a escolha do objeto de pesquisa aqui delimitado.

2 Os estudos historiográficos que subsidiaram a discussão do objeto

Por meio da aproximação espacial e temporal, convém ressaltar como contribuição à pesquisa alguns trabalhos. Nesse sentido, os dados levantados por Carla Busato Zandavalli Maluf Araujo em dissertação de mestrado acerca da constituição do “*Ensino de didática, na década de trinta, no sul de Mato Grosso: ordem e controle*”, considerando, em especial, a realidade da cidade de Campo Grande. O estudo de Araujo (1997) contribui para a compreensão do processo de implantação e consolidação da escola normal também em Aquidauana. Isso ocorre pois tal produção focalizou também o contexto histórico da escola normal no sul de Mato Grosso, por meio de suas causas econômicas, políticas e sociais. Além disso, problematiza a influência paulista na estruturação das escolas normais no estado, cujo aspecto bastante significativo se configurou na constatação de traços do escolanovismo presentes na Cadeira de Didática, na escola normal, no sul de Mato Grosso. Em face disso, essa dissertação foi de suma importância para a compreensão da temática aqui delimitada.

Também contribuíram para o desenvolvimento desse estudo, em especial, para a compreensão do processo histórico de implantação e consolidação da escola primária, o estudo de Regina Tereza Cestari de Oliveira materializado no artigo “Reformas Educacionais Mato-grossenses e a Institucionalização dos Grupos Escolares (1910-1930)”. Outra pesquisa de suma relevância consiste nos dados trazidos pelas autoras Regina Tereza Cestari de Oliveira e Margarita Victória Rodríguez sobre a constituição histórica da “Escola Normal no Sul do Estado de Mato Grosso (1930-1950)”, assim, as autoras expõem de forma objetiva os elementos essenciais de composição dessa modalidade de ensino, a partir das peculiaridades da região, não prescindindo das determinações econômicas, políticas e sociais que determinaram, dialeticamente, o desenvolvimento do ensino normal na região, até as transformações sociais ocorridas na sociedade capitalista na primeira metade da década de 1970, período marcado pela extinção das escolas normais no Brasil.

Com relação aos trabalhos que nortearam a pesquisa na esfera nacional, ou seja, as pesquisas que permitem uma visão panorâmica do objeto – a escola normal – em sua origem e desenvolvimento no contexto brasileiro foram basilares as seguintes pesquisas: o artigo de Heloísa Villela publicado no ano de 2008, “*A primeira Escola Normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX*”, o artigo de Leonor Maria Tanuri, datado do ano de 2000 cujo título se define “*História da Formação de professores*” e

a coletânea intitulada “*As escolas normais no Brasil: do Império à República,*” organizada por Araújo; Freitas; Lopes (2008), a qual reúne resultados de pesquisas sobre os diversos aspectos das escolas normais no Brasil, entre outras produções.

Além das pesquisas citadas anteriormente e que se relacionam diretamente ao objeto, cabe destacar algumas produções significativas para a pesquisa. Assim, também foram basilares estudos sobre a educação mato-grossense e as múltiplas relações com os aspectos universais do desenvolvimento da sociedade capitalista, uma vez que essas investigações entendem a história como movimento contraditório e dialético, resultante da materialidade da ação do homem numa dada sociedade.

Nessa assertiva recorre-se a tese de doutorado de Silvia Helena Andrade de Brito concluída em 2001, “*Educação e sociedade na fronteira oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)*”; o livro de Joana Neves publicado pela Editora da UFMS, no ano de 2007, “*Um porto para o Pantanal: A fundação de Aquidauana: Civilização e dependência*”, além da dissertação de mestrado de Francisco Fausto Mato Grosso defendida, em 2013, intitulada “*Coronelismo, poder e desenvolvimento em Aquidauana/MS*”.

Por fim, frise-se o caráter inédito da pesquisa, cujo foco de análise se dedica a abordagem histórica da Escola Normal Jango de Castro, criada em 1949, na cidade de Aquidauana/MT, uma vez que inexistem produções, cujo objeto de análise seja essa escola normal e as determinações correspondentes à sua implantação.

À luz do exposto, a implantação e a consolidação da Escola Normal, na cidade de Aquidauana, na década de 1950 constitui-se fator resultante de processos históricos que, portanto, em hipótese alguma deve se tomada de *per si*, isto é, a instituição não deve ser investigada em si mesma, ao contrário, recorre-se ao entendimento dos fatores concretos que integraram a sua implantação e permanência.

Dentro dessa perspectiva, aborda-se a materialização da Escola Normal Jango de Castro numa linha de investigação que, considera as instituições escolares enquanto sínteses das múltiplas determinações de variadas instâncias: política, econômica, religiosa, cultural, moral e ideológica, que interagem dialeticamente, resultando daí sua identidade (SANFELICE, 2007, p. 77). Cabe ressaltar, que nesse estudo o processo de implantação e funcionamento constitui-se enquanto síntese histórica encerrando em si múltiplas determinações.

Veja-se, no que compete a questão do método, ou seja, a questão de como conhecer e realizar a aproximação ao objeto, o trecho extraído de “Para a crítica da economia política”

de Karl Marx, o qual se constitui bastante elucidativo quanto ao mote.

Quando estudamos um dado país do ponto de vista da Economia Política, começamos por sua população, sua divisão em classes, sua repartição sua repartição entre cidades e campo [...]; os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc. Parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva; assim, em Economia, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. *No entanto, graças a uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isso é falso. A população é uma abstração se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem.* Por seu lado, essas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital, etc. estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. [...] Assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo e, através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. Chegados a esse ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas. [...] *O último método é manifestamente o método cientificamente exato. O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado* (MARX, p. 39-40, 1999, grifos nossos).

Observa-se, portanto, que a teoria constitui-se, distintamente, das demais modalidades do conhecimento, uma vez que o conhecimento teórico se traduz no conhecimento do objeto em sua estrutura e dinâmica tal como ele se apresenta em si mesmo, na sua existência real e efetiva.

Veja-se, quanto ao movimento histórico, a título de exemplificação, Marx, em a “Miséria da Filosofia” concluiu que, o fracasso de Proudhon deve-se ao fato de que o mesmo “não concebe nossas instituições sociais como produtos históricos e não compreende nem a sua origem, nem o seu desenvolvimento” (MARX, 2009, p. 250).

Frise-se, por fim, a necessidade da reconstrução histórica da instituição em conformidade com os aspectos concretos, no sentido de contribuir para a ampliação da pesquisa no campo da história da educação ao dar relevo ao significado social desta instituição para a história da cidade de Aquidauana, fatores que contribuem para justificar a proposta de estudo em tela.

3 As fontes primárias

A pesquisa buscou registrar e analisar a história da Escola Normal Jango de Castro, pelo caminho da reconstituição do movimento histórico, *o universal*: a sociedade capitalista e suas *expressões singulares*, nesse caso, as tramas que envolveram a criação e consolidação da escola Normal Jango de Castro, no nível específico, ou seja, investigam-se as particularidades próprias dessa formação histórica. Assim as fontes primárias, foram organizadas e analisadas à luz do referencial adotado.

Com tal intuito foram analisadas fontes documentais da própria escola (livro de matrícula, livro de atas, portarias, livro ponto, livro de ata de reuniões, entre outros) e fontes pertinentes à esfera da ação do Estado, tanto na esfera nacional como local (leis, decretos, regulamentos, portaria, mensagens, relatórios, entre outros).

As fontes primárias que integram a esfera da legislação estadual encontram-se catalogadas, muitas delas microfilmadas, digitalizadas e disponíveis para consulta no Arquivo Público de Mato Grosso, situado na cidade de Cuiabá. As fontes primárias referentes à Escola Normal Jango de Castro estão arquivadas na Escola Estadual Coronel José Alves Ribeiro, em Aquidauana, a qual cedeu espaço para o funcionamento do curso de habilitação específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau, em atendimento a Lei n. 5692/1971 (BRASIL, 1971). Também se realizou uma busca nos arquivos da Base de Pesquisas Históricas e Culturais das Bacias dos Rios Aquidauana e Miranda – BPRAM – instalada no prédio Esther Sanches, do Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Desta forma, tornou possível reconstituir o processo de instalação da instituição, em foco, ao entendê-la como aspecto singular e sua importância enquanto espaço de manifestação das leis gerais que regem a sociedade capitalista (ALVES, 2003).

Também se constituíram fundamental enquanto recurso metodológico as entrevistas semiestruturadas direcionadas aos ex-dirigentes, ex-alunos e ex-professores da referida instituição. Assim, os dados obtidos foram organizados e analisados de acordo com os objetivos da pesquisa, procurando desvendar as contradições presentes na realidade, ao passo que, em função do tempo, muitas memórias relativas às práticas pertinentes à instituição se perderam, daí uma das explicações para os limites das entrevistas. Nessa perspectiva foram entrevistadas seis pessoas, nas cidades de Aquidauana, Anastácio e Campo Grande, que fizeram parte da trajetória da Escola Normal Jango de Castro, foram elas:

A. uma ex-aluna da primeira turma de 1950, hoje com 84 anos;

- B. uma ex-diretora, que esteve à frente da instituição por um período de 25 anos, entre os anos de 1960 a 1975, hoje com 85 anos (*in memoriam*);
- C. uma ex-aluna que estudou na instituição na segunda metade da década de 1950, hoje com 76 anos;
- D. uma ex-secretária, que trabalhou na escola entre 1960 a 1975, hoje com 75;
- E. uma ex-aluna que formou-se pela escola normal, em 1968, hoje com 66 anos;
- F. um ex-professor da Cadeira de História e Filosofia da Educação, que lecionou na Escola Normal Jango de Castro entre 1960 a 1962, hoje com 80 anos.

Os sujeitos entrevistados foram localizados e consultados acerca da possível colaboração com a pesquisa, em conformidade com os princípios éticos estabelecidos pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Entretanto com o intuito de garantir a identidade preservada, o anonimato foi assegurado, sendo os entrevistados identificados de acordo com as letras do alfabeto acima expostas na ordem das entrevistas.

As entrevistas foram trabalhadas no sentido de contribuir com a pesquisa à medida que se traduziram em instrumento capaz de colocar novos elementos à disposição do entendimento do processo de implantação e funcionamento da instituição, assim, as entrevistas, foram tomadas aqui não como mero substituto para carências documentais.

Para fins de sistematização, a dissertação está organizada em três capítulos.

O primeiro capítulo se vincula a explanação dos aspectos históricos gerais, imanentes ao processo de implantação da formação do professor primário, no Brasil e em Mato Grosso. A fim de fornecer subsídio ao entendimento de como o objeto se manifestou na realidade local e quais configurações veio assumir, na região estudada, delinea-se, no decorrer do capítulo o desenvolvimento da escola normal em sua constituição histórica e os fins a que se destinava no interior da dinâmica da sociedade capitalista.

O segundo capítulo tem como objetivo trabalhar a questão do desenvolvimento da escola primária na região de Aquidauana, partindo do desenvolvimento da sociedade local. Focaliza-se a expansão da escolarização primária nas décadas de 1930 e 1940 enquanto o principal móvel determinante do engendramento da necessidade de criação de uma instituição formadora de professores ao final da década de 1940, no âmbito de suas determinações.

O terceiro capítulo se dedica à explanação do processo de implantação da Escola Normal Jango de Castro na esteira das determinações apresentadas no capítulo anterior de maneira a situar a história da instituição numa relação com as dimensões: econômica, política e social da sociedade aquidauanense, que por sua vez recebeu influência dos grandes

acontecimentos ocorridos, no país. Dessa forma, analisam-se, as especificidades imanentes à história da Escola Normal Jango de Castro, uma vez que, pontuam-se as questões acerca de: espaço físico, organização curricular, o corpo docente, o perfil discente, trajetória social, enfim a relação estabelecida entre a escola e a demanda da escolarização primária em Aquidauana.

CAPÍTULO I

A CONFIGURAÇÃO DO ENSINO NORMAL NO BRASIL E EM MATO GROSSO, DO IMPÉRIO AOS ANOS 1970

Este capítulo objetiva discutir a configuração do ensino normal, no Brasil em primeiro plano delineando o seu desencadeamento em Mato Grosso, levando em consideração as suas determinações históricas. Destaca-se a relação entre a expansão do ensino normal com as demandas oriundas da escolarização primária, às quais se intensificam paulatinamente, a partir do final do período imperial e continuaram a se processar no período republicano.

Assim, a necessidade da criação de escolas normais será destacada de modo a explicitar também como essa modalidade de ensino se pautou enquanto meio disseminador do discurso ideológico que visava ao fortalecimento do capitalismo de base industrial na sociedade brasileira de forma geral.

1.1 Gênese e desenvolvimento do Ensino Normal no Brasil: do Império à República

Ao estabelecer um recuo à Idade Moderna (1789), observa-se que o estabelecimento das Escolas Normais esteve atrelado à institucionalização da instrução pública na modernidade, isto é, à estruturação do ideário liberal de efetivação e extensão do ensino primário para todos.

Tal necessidade fora evidenciada por Comenius, um dos mais importantes precursores da escola pública moderna, no século XVII. Para o bispo morávio “[...] tendo-se multiplicado tanto os homens como os afazeres humanos, são raros os pais que, ou saibam, ou possam, ou pelas muitas ocupações, tenham tempo suficiente para se dedicarem à educação de seus filhos [...]” (COMENIUS, 2006, p. 120). Dessa incapacidade, surgiram ideias da criação de uma instituição social, capaz de assumir as funções educacionais impostas aos pais.

Para Comenius, a escola seria a instituição a assumir o papel dos pais na educação dos filhos. A concepção de Comenius da escola para todos² esbarrava em cinco obstáculos: 1) faltam pessoas [professores] conhecedores do método didático. Uma vez universalizadas, deveriam estar aptos a dirigi-las, tal como concebidas; 2) caso houvesse pessoas capazes de

² A respeito da concepção de Comenius sobre a escola para todos e os limites à sua universalização, consultar: ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. Campinas: UNICAMP, 1998.

conduzi-las, como remunerá-las dado a necessidade de escolas em todos os lugares; 3) como ajudar os filhos dos mais pobres a frequentá-las; 4) como convencer os pseudossábios a mudar seus velhos hábitos e rotinas, que refutam tudo que é novo com franzir dos olhos; 5) a falta de livros didáticos (COMENIUS, 2006, p. 533-535).

Destes impedimentos à universalização da educação cabe-nos, mais de perto, analisar a falta de professores conhecedores do método didático, daí a necessidade de uma instituição capaz de formá-los. Dessa forma, a primeira instituição de ensino destinada à formação específica do professor primário foi criada por São João Batista de La Salle³, sacerdote e pedagogo francês no ano de 1684, em Reims, França, denominada *Seminário dos Mestres* (SAVIANI, 2009). Mantida por La Salle, destinava-se a formar professores para trabalharem nas aldeias da França. Nesta Escola Normal, os mestres viviam em comunidade, sob o regime de internato, aprendendo a importância da docência.

Para Mary Rangel e Lucio Weschenfelder, na pedagogia de La Salle a preparação do professor deveria levá-lo a um ensino que alcançasse a aprendizagem, privilegiando os valores de vida e a convivência, daí a necessidade de uma escola que agrupasse diferentes classes. O magistério deveria receber uma formação criteriosa e fundamentada para alcançar seu objetivo principal - a aprendizagem.

A primeira escola foi assumida no dia 15 de abril de 1679, no bairro de São Maurício. Na mente de La Salle, sua responsabilidade acabaria ali. O resto ficaria com o senhor Nyel. Porém, a significativa orientação pedagógica dada pelo Cônego de La Salle surtiu efeito inesperado naquela primeira escola, através da educação de menores de rua que aprenderam conhecimento e atitudes de socialização. (RANGEL; WESCHENFELDER, 2008, p. 18).

Mesmo com a importância dada por La Salle à formação do professor, no final do século XVII, o debate intrínseco à questão da formação de professores ganhou corpo apenas no século XIX, período em que se exige uma resposta estatal, em decorrência principalmente do processo de expansão da escola primária.

³ Sacerdote e pedagogo francês, trouxe uma inovação ao se dedicar a formar professores para trabalharem com crianças pobres e deu impulso a escola com classes simultâneas, agrupando vários alunos numa mesma classe, num momento em que as classes isoladas eram mais comuns. LA SALLE, J. B. de. *Guia de las escuelas cristianas*. Lima: Distrito Del Peru, 1997.

Assim, a necessidade da instrução para todos intensificou o processo de criação de Escolas Normais, como instituições destinadas à formação escolarizada de professores.

Como aponta Saviani (2009), quanto à questão da formação de professores, a denominação Escola Normal fora proposta desde a Revolução Francesa, mais especificamente com a Convenção instituída em 1794, e criada em 1795, em Paris. A partir desse momento, se introduziu a distinção entre Escola Normal Superior, destinada à formação do professor, cuja atuação se daria no Ensino Secundário; e a Escola Normal, voltada ao preparo do professor primário.

Somente no final do século XVIII, os Estados nacionais em constituição começaram a perceber a necessidade estratégica de institucionalizar esse ofício, passando então a exercer um controle direto sobre os conhecimentos teóricos e práticos dos professores, ao mesmo tempo em que passaram a estabelecer o conjunto das normas que deveriam regulamentar a profissão. Foi a partir dessa preocupação de inculcar “normas” que surge a ideia de institucionalizar as escolas normais, como locais autorizados para a formação de um novo corpo de funcionários públicos. (VILLELA, 2008, p.30).

Além da França, os demais países, como por exemplo, a Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, lançam medidas para a criação de suas respectivas Escolas Normais, ao longo do século XIX, momento histórico em que emergem as condições favoráveis para a expansão da instrução pública nesses países. A implementação, por parte dos Estados Nacionais, dos chamados Sistemas Nacionais de Ensino, se deu em razão da expansão e consolidação do capitalismo, que retirou as crianças das fábricas, fazendo surgir a necessidade de abrigá-las em outras instituições, enquanto seus pais trabalhavam; e das reivindicações do proletariado ao Estado acerca da oferta da escolarização para os seus filhos, que ainda não havia sido cumprida pelo projeto burguês de educação universal, laica e obrigatória (ALVES, 1998). Além disso,

As concepções iluministas, e com elas a crença de que a educação seria o vetor de formação dos cidadãos e dos quadros que iriam compor o Estado moderno, fizeram com que a instrução pública se tornasse uma das prioridades nos governos europeus e nas novas nações americanas. Nesse sentido, a estruturação de escolas de formação docente se fazia necessária a fim de difundir os padrões culturais e morais indispensáveis à consolidação dos Estados Nacionais (SCHAFFRATH, 2008, p. 149).

A Revolução Francesa veiculava a visão da educação enquanto um serviço público que estaria a cargo do Estado, e não como um benefício social oferecido pela Igreja. Todavia, as Escolas Normais ou escolas de formação docente, como eram denominadas na França durante o período revolucionário, passavam pela triagem da Igreja, pois somente após a Revolução se consolidaria a concepção de um estabelecimento destinado à formação específica de docentes para atuar no ensino primário, sob a incumbência estatal. Nessa direção, Tanuri (2000) registra que

É verdade que os movimentos de Reforma e Contra-Reforma, ao darem os primeiros passos para a posterior publicização da educação, também contemplaram iniciativas pertinentes à formação de professores. Mas somente com a Revolução Francesa concretiza-se a ideia de uma escola normal a cargo do Estado, destinada a formar professores leigos, ideia essa que encontraria condições favoráveis no século XIX quando paralelamente à consolidação dos Estados Nacionais e à implantação dos sistemas públicos de ensino, multiplicaram-se as escolas normais (TANURI, 2000, p. 62).

Procura-se, assim, evidenciar que o processo de formação docente operado no Brasil, constituiu-se um movimento gestado no bojo do projeto burguês de “escola para todos”. Inicialmente encampado nos países em que o desenvolvimento do capitalismo se encontrava em estágio mais avançado, tais tendências se espalharam posteriormente para as demais nações cuja forma de produção se caracterizou pelo modo de produção capitalista, como o Brasil, mas que não deixou de apresentar especificidades nessas formações sociais.

Em se tratando do território brasileiro, a necessidade da formação do professor, cuja atuação seria a instrução primária, surgiu timidamente após a Independência (1822). Tal momento se caracterizava, no âmbito da instrução pública, pela cogitação de uma maior organização e expansão da instrução pública, cuja demanda, apesar de lenta, era crescente.

Em face desse contexto, torna-se pertinente salientar, a título de visualização panorâmica, seis períodos que marcaram o processo de institucionalização da formação docente no Brasil sob a ação estatal:

Quadro 1 – Periodização da história da formação docente no Brasil

Períodos	Processos Organizativos Provenientes da Ação Estatal
1º	Ensaio intermitentes de formação de professores (1827-1890)
2º	Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932)
3º	Organização dos Institutos de Educação (1932-1939)

4º	Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais (1939-1971)
5º	Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério (1971-1996)
6º	Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia (1996-2006).

Fonte: Saviani (2009).

Organização: A autora, 2013.

Ao nos atermos à trajetória histórica da Escola Normal no Brasil, é possível compreender que o processo de criação e expansão de tais instituições de ensino se efetivou, mesmo que de forma lenta e gradual, após a promulgação do Ato Adicional de 1834, que delegava às Províncias a autonomia administrativa para a promoção e organização da instrução primária e secundária.

Para atender as demandas da instrução pública primária, as Províncias adotaram o modelo europeu de formação de professores, ou seja, as Escolas Normais. Nessa perspectiva, a Província do Rio de Janeiro tornou-se pioneira no tocante a criação de uma instituição formadora de quadro docente primário, criando em Niterói, no ano de 1835, a primeira Escola Normal do país. Segundo Villela (1990), a criação da escola normal do Rio de Janeiro constitui-se fator resultante de um projeto com a finalidade de formação do “povo” pela expansão da escola primária.

A questão da formação docente, na particularidade brasileira, ganhou nova ênfase no Regimento de 1854, o qual estabelecia uma reforma no ensino primário e secundário. A política de formação de professoras foi instituída em 13 artigos, no Regulamento de 17 de fevereiro de 1854, pelo Decreto Imperial n. 1331-A, que reorganizava a educação no Império, então sob a responsabilidade do Ministro dos Negócios do Império, Couto Ferraz⁴. Esta reforma, entre outras mudanças, instituiu os requisitos mínimos para o exercício do magistério (SAVIANI, 2010).

Nesse sentido, torna-se pertinente sublinhar que o movimento de implantação de escolas normais nos centros mais populosos do país foi levado a cabo pela maioria das províncias, durante o século XIX, considerando a seguinte cronologia: Bahia, 1836; *Mato Grosso*, 1842; São Paulo, 1846; Piauí, 1864; Rio Grande do Sul, 1869; Paraná e Sergipe, 1870; Espírito Santo e Rio Grande do Norte, 1873; Paraíba, 1879; Rio de Janeiro (DF) e Santa

⁴ Trata-se do titular da pasta do Ministério dos Negócios do Império que, à época, era o responsável pela questão da instrução, tendo promulgado a reforma e seu regulamento em 17 de fevereiro de 1854.

Catarina, 1880; Goiás, 1884; Ceará, 1885; Maranhão, 1890 (ROMANELLI, 2003; SAVIANI, 2000; TANURI, 2000. Os grifos são nossos).

Ao periodizarmos a implantação das Escolas Normais, no Brasil, observa-se que as primeiras instituições foram criadas no Período Regencial (1831-1840) e nas duas primeiras décadas do Segundo Reinado. De acordo com Xavier (1994), até a década de 1860, essas instituições perfaziam um quantitativo de seis escolas em todo o território nacional, localizadas nos centros mais desenvolvidos da região Norte, Nordeste e Sudeste.

Pode-se afirmar assim que, desde o Império, a tese de que o professorado necessita de preparo regular e formal já possuía espaço, mesmo que no plano das aspirações políticas e nas proposições teóricas de fins do Regime Monárquico.

Impulsionada pelas discussões de que passou a ser objeto, a partir do polêmico estabelecimento da obrigatoriedade do ensino elementar⁵ em quase todo o Império, a questão da formação de professores inseriu-se num processo de expansão durante as décadas finais desse período. Tal período, dentro de suas possibilidades de oferta do ensino público, acabou por legar ao período republicano escolas normais em quase todas as unidades da Federação. O processo desencadeado em torno da criação das escolas normais não representava apenas uma providência, no sentido de garantir e fazer cumprir a legislação referente às Escolas de Primeiras Letras, mas possuía raízes mais profundas.

A preocupação da classe dominante e, principalmente da burocracia estatal acerca do controle ideológico da instrução pública, ou seja, da educação para o povo, centrava-se, também, nas Escolas Normais, que deveriam se pautar pelo modelo criado na Corte, pois assim, solucionariam o problema da uniformização do ensino elementar, por meio da formação homogênea dos candidatos ao magistério público. Essas instituições estavam a serviço dos ideais de controle político-ideológico desses mesmos grupos sociais (XAVIER, 1994).

No entanto, convém destacar que as Escolas Normais tiveram um percurso intermitente, constituído de avanços e retrocessos, ou seja, eram fechadas e reabertas esporadicamente. Nesse contexto, as condições que configuravam a precarização e instabilidade dos estabelecimentos de formação do professorado primário, no Brasil Império,

⁵ A imposição da obrigatoriedade do ensino primário teve a sua formalização, ainda, no Período Imperial, a partir da promulgação da Reforma Couto Ferraz ou Regimento de 1854, que instituía a obrigatoriedade do ensino elementar, reforçava o princípio da educação gratuita, já estabelecido constitucionalmente, entretanto tolhia o acesso de escravos ao ensino público, e conjecturava a criação de classes especiais para a população adulta. Vide Xavier (1990).

se traduziram na falta de recursos, além da incipiente formação da clientela escolar numa sociedade em que o modo de produção se encontrava em transição, ou seja, uma sociedade eminentemente agrária e escravista, que dava pequenos passos em direção a etapa industrial do modo de produção capitalista.

A carreira do magistério, portanto, não se constituía em atrativo, uma vez que os rendimentos eram parcos e a estabilidade, precária, face às disputas políticas que se fizeram presentes em todo o Período Imperial. Para Xavier (1994), esses e os outros aspectos já expostos configuravam as causas que impediam a formação de grandes contingentes de professores para a escola pública, como se esperava com a expansão do ensino normal.

Em relação aos conteúdos trabalhados, o ensino normal, pertencente à educação pós-primária, cuja duração se fixava de dois a três anos, configurava um curso de “Humanidades”, ou seja, pautava-se numa orientação literária e formativa, tal qual o ensino secundário regular. O programa disciplinar era expresso por conteúdos abstratos, descritivos e enciclopédicos, em detrimento de qualquer formação pedagógico-prática (XAVIER, 1994).

Somente no período republicano (1889), com a Reforma Paulista efetuada por Caetano de Campos, na Escola Normal de São Paulo, em 1890, aos poucos foi se atribuindo um caráter essencialmente técnico-pedagógico no curso normal. Cumpre ressaltar que tal reforma dotou-se de relevância nacional ao configurar-se não como um modelo propriamente, mas exerceu forte influência nas diversas unidades da federação. Isso se constata pelo fato de o Estado de São Paulo, nesse momento histórico, se encontrar à frente do desenvolvimento econômico em relação aos demais estados, acentuando-se pela descentralização da legislação educacional existente. Embora a referida reforma mantivesse a ênfase na parte de cultura geral, as escolas normais definiram um conteúdo específico de preparação prática para o exercício do magistério. Assim, essa Reforma alterou profundamente a concepção de formação prática do professor primário ao introduzir no currículo do curso normal as disciplinas ditas pedagógicas, visando a melhor formação do professor.

Nesse contexto, a República deu sequência, em meio aos percalços já traçados, ao projeto de formação de professores no intuito de realizar o ideal republicano da *escola para todos*, o qual esbarrava nas condições materiais precárias, como a falta de uma extensa clientela, recursos e professores para promovê-la.

1.2 Anos 1920 e 1930 no Brasil: educação, desenvolvimento e o papel das Escolas Normais

Frente às contingências, tornou-se imperiosa a necessidade de tornar efetivas as iniciativas da Primeira República, ou seja, urgia pugnar pela consolidação dos velhos ideais proclamados desde o advento do modelo político instalado em 1889. Tais preocupações compuseram a pauta do debate de natureza político-social à época.

Sob esse aspecto, a última década da Primeira República é ponto de confluência de formas de pensamento e de atuação dos mais variados movimentos político-sociais e correntes de ideias, nuclearizadas em torno da temática republicana (pensar, por exemplo, no nacionalismo, no modernismo, no tenentismo e, até mesmo no *entusiasmo pela educação*). (NAGLE, 2001, p. 20, os grifos são nossos.).

No interior dessa estrutura social, marcada por profundas mudanças estruturais desencadeia a emergência do arcabouço ideológico que concebe a educação da nação enquanto um problema vital, do qual dependeria o progresso do país.

Com o escopo de construir uma compreensão clara no tocante à questão da trajetória da Escola Normal, torna-se mister aludir à relação existente entre a base material e suas demandas políticas por novas formas de gerir a educação, no período republicano.

Tal compreensão é necessária porque parte-se do pressuposto de que o entendimento de uma determinada concepção de educação está intimamente ligada à estrutura social vigente, ou seja, para compreender a função que é atribuída à educação escolarizada historicamente não se deve prescindir da base material, uma vez que a estrutura da sociedade e suas respectivas transformações exercem influência neste processo, e vice-versa, o que constitui uma relação dialética entre a sociedade e a educação.

A aproximação entre esses dois universos é intrínseca, mas em geral não é levada em consideração, deixando esmaecida a sociedade que produz determinada concepção de educação, de acordo com a época.

Seguindo essa linha de discussão torna-se pertinente construir um quadro sinótico acerca do clima de ebulição social responsável pela irradiação do ideário escolanovista no Brasil, movimento que influenciou largamente a reforma do sistema de ensino. Saviani (2010) afirma que o contexto que impulsiona o avanço do movimento renovador remonta, principalmente, à década de 1920. Assim, os ventos “modernizantes” do processo de industrialização e urbanização produziram um processo de transformações consubstanciado

na década de 1920, o que contribuiu para a configuração, no campo educacional, das forças do movimento renovador.

Tal período histórico caracterizou-se por um processo de transição do modelo social (instalação do capitalismo industrial) que buscava consolidar suas bases. Como se pode perceber integrou esse momento um grande esforço para alterar as bases do poder e a função do Estado, principalmente no campo educacional. Observa-se, portanto, que da variedade de forças que culminou no Golpe de 1930, tem-se a formação de uma nova superestrutura social em que o Estado passa a assumir novas funções ao se tornar o grande mediador social. Como define Saviani (2010)

Considerando a variedade de forças que concorreram para a Revolução de 1930, firmou-se na historiografia a seguinte interpretação: não havendo nenhum grupo com legitimidade para assumir o controle governamental, teria emergido do movimento vitorioso um “Estado de compromisso”, sustentado pelo Exército que passou a operar como um “liame unificador das várias frações da classe dominante” (SAVIANI, 2010, p. 191).

Desde a década de 1920, constata-se o recrudescimento da hegemonia da burguesia industrial como demonstra a análise desenvolvida por Edgar De Decca em “1930: o silêncio dos vencidos” acerca do processo de industrialização e hegemonia da burguesia industrial (pp. 135-182), em especial, ao destacar diversas citações de Roberto Simonsen⁶ e de Circulares da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), do ano de 1928.

Por conseguinte, nota-se que esse projeto hegemônico encetado pela burguesia industrial teve sequência após o Golpe de 1930, enfim, emergiu enquanto um dos seus mecanismos chaves, a criação, já em 1931, do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT)⁷, que por sua vez, entre outras linhas de atuação, exerceu forte influência na elaboração das políticas governamentais em todo o período pós-Golpe de 1930 que abrangeu

⁶ Grande líder e ideólogo da burguesia industrial que se manteve filiado ao PRP (Partido Republicano Paulista), o partido da oligarquia rural, desde 1928 até a década de 1940. E com o intuito de conferir justificativa ao desiderato de hegemonia da burguesia industrial, Roberto Simonsen, apregoava a coexistência da indústria e da agricultura numa articulação de auxílio mútuo, portanto, buscava o apoio das oligarquias rurais ao fortalecimento do projeto de industrialização (DE DECCA, 1981, p. 168).

⁷ O IDORT teve como primeiro presidente Armando de Salles Oliveira e como principais dirigentes e colaboradores Roberto Simonsen, Roberto Mange e Lourenço Filho, como também, Noemy Silveira, Júlio de Mesquita Filho e Raul Briquet, que foram signatários do Manifesto dos Pioneiros da educação Nova de 1932. Registra-se a participação do grupo, em especial, pela atuação direta de Salles Oliveira, Roberto Simonsen e Júlio de Mesquita Filho, na criação da Escola de Sociologia e Política, em 1933, e da Universidade de São Paulo (USP), em 1934 (SAVIANI, 2010).

até o ano de 1945. Dessa forma, a partir do seguinte extrato conclui-se o caráter burguês impresso na expansão e consolidação da educação pública em suas diversas modalidades, inclusive, a expansão do ensino normal no interior de tal dinâmica econômico-política.

O IDORT exerceu influência decisiva na formulação das políticas das governamentais em todo o período, pós-Revolução [...] *marcando fortemente a reorganização educacional*, não apenas no que se refere ao ensino profissional, no qual sua orientação foi decisiva. Roberto Mange e Lourenço Filho atuaram como consultores na elaboração das Reformas Capanema de 1942 a 1943, das quais resultaram a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e as leis orgânicas do ensino industrial, secundário e comercial [...] A *Revista do IDORT* (1937, n. 72, p. 265) expressa a satisfação da entidade com a Constituição do Estado Novo que consagrou a “*vitória da ideia que norteia nossas atividades*” (idem, p. 60) (SAVIANI, 2010, p. 192-3. Os grifos são nossos).

Do regime político implantado desde 1930, ou seja, no interior dessa nova conjuntura, resultou, no plano político, a configuração do “Estado de Compromisso” (idem, p. 193) que se colocou como agente, no plano governamental, da hegemonia crescente da burguesia industrial, onde a preocupação com a oferta da educação pública, em primeiro plano, o ensino primário dependente do ensino normal, esteve na pauta do debate.

Pois a educação passa a assumir a finalidade explícita de arrematar forças no sentido de consolidar a nação brasileira e o novo regime político ao atuar na construção da identidade e unidade nacional pela ênfase no sentimento de pertencimento à pátria, enfim o projeto educacional compusera, dessa forma, o ideário necessário para assegurar essas relações.

Dessa forma, cumpre ao Estado garantir as condições mínimas à instauração da nova ordem social, e um dos pontos-chaves de atuação constituiu-se a defesa da educação pública no sentido de atenuar os altos índices de analfabetismo, no país.

Registra-se o fato de que tal concepção passa a assumir uma forma mais explícita, a partir da década de 1920 se fazendo presentes nas décadas subsequentes. A necessidade de “civilizar o povo” para a garantia da consolidação da nova ordem econômica de cunho industrial tornou-se cada vez mais premente, sobretudo no que se refere à ênfase dada à politização em face das questões educacionais, cujo escopo era desenvolver no homem as capacidades para o trabalho na fábrica, ou seja, cumpria submeter o homem aos ditames da fábrica como, por exemplo, as orientações previstas no relatório das associações empresariais

paulistas, redigido, em 1926, por Otávio Pupo Nogueira, secretário-geral da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Os lazeres, os ócios, representam um perigo iminente para o homem habituado ao trabalho, e nos lazeres ele encontra seduções extremamente perigosas, se não tiver suficiente elevação moral para dominar os instintos subalternos que dormem em todo o ser humano (VIANA, 1978, p. 79 apud SAVIANI, 2010, p. 190).

No contexto indicado, cumpre ressaltar que a burguesia industrial brasileira incorpora elementos de orientação fordista que se resumiam na submissão do homem aos princípios da fábrica, expresso pelo controle, inclusive da vida íntima. Nessa assertiva, a educação desempenharia forte papel na garantia da construção da “elevação moral para dominar os instintos subalternos”, os quais representavam perigo iminente a crescente urbanização e industrialização do país.

Essa nova concepção educacional focalizava como premissa central, a educação, a qual era concebida enquanto condição de estabelecimento da ordem, da democracia, da integridade nacional, enfim um instrumento capaz de produzir a civilização e o progresso, de modo a superar o estado de ignorância da antiga sociedade.

É, portanto, neste período que a escola passa a ser vista como instituição responsável pela formação do sentimento de cidadania necessário para colocar o País rumo ao progresso e a consolidação da democracia, nos moldes dos países *civilizados*. (SCHELBAUER, 1998, p. 64).

Profundas transformações ocorreram na sociedade, quer sejam de ordem econômica, quer sejam de ordem política e social, nas décadas iniciais do século XX.

Verifica-se que a crença depositada na educação enquanto a alavanca fulcral do “progresso” constitui expressiva bandeira de luta, hasteada desde a década de 1920. A questão educacional se sobrepõe em grau de importância ante os demais problemas, sejam de natureza econômica, política ou social. Concebe-se a educação como a única alternativa que possibilitaria à nação se livrar da condição de atraso, tomando enquanto parâmetro os países *civilizados*.

A instrução pública primária e a reboque desta, a Escola Normal, enquanto instituição de formação escolarizada do professor primário foram cada vez mais laureadas no sentido de atuar para eliminar os resquícios da velha formação social considerada, pelos intelectuais, resultado da incultura e ignorância das massas. Passou a constituir-se a missão

precípua de o Estado livrar o país do analfabetismo, considerado vergonha nacional e o mais expressivo símbolo de atraso social. Portanto, observa-se, um forte apelo e crença depositados no processo de escolarização, nessa época de transição social. Nessa perspectiva pode-se verificar que tão somente a educação atuaria de modo a superar o estado de ignorância da velha sociedade de acordo com os educadores.

O fenômeno da oligarquização da sociedade brasileira, por exemplo, era conhecido dos “educadores”, bem como as dificuldades da situação econômico-cafeira e os empecilhos para o desenvolvimento de uma sociedade aberta. No entanto, eram problemas derivados da incultura reinante no país. As oligarquias deveriam ser combatidas pelo esclarecimento que a escolarização proporciona: o sistema oligárquico se fundamenta na ignorância popular, de maneira que só a instrução pode superar este estado, e, por conseqüência, destruir aqueles tipos de formação social (NAGLE, 2001, p. 145).

Assim, nas décadas iniciais do século XX, os princípios liberais⁸ experimentaram um fortalecimento, fator que se revela no sistema de ensino, advogando-se bandeiras de lutas pela efetivação de um sistema público de ensino, baseado na liberdade do indivíduo. Consta-se que a emersão do *entusiasmo* e posteriormente o *otimismo pedagógico*⁹ culminam na geração do movimento da Escola Nova, que se consolida na década de 1930. Desta forma, o referido movimento traz como meta precípua a reforma e a reconstrução do sistema público de ensino, o qual introduziria mudanças na organização curricular das Escolas Normais.

Essa luta ideológica que vem na esteira do período que se estende dos anos de 1910 aos anos de 1920 encontrou espaço propício para se fortalecer com os reformadores. Por conseguinte, o processo de viabilização de um novo paradigma educacional culminou no lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, destinado “ao povo e ao governo”, elaborado por Fernando de Azevedo e assinado por 26 educadores brasileiros.

O documento, por sua vez, sintetizou os princípios necessários a tão premente renovação educacional, ao conferir uma direção mais objetiva ao campo educacional,

⁸ Esse contexto histórico que, além do liberalismo, foi marcado por diversos movimentos políticos e ideológicos que entram em disputa, dentre os quais, o nacionalismo, o socialismo, o comunismo e o anarquismo (NAGLE, 2001), foi enfim um contexto de ebulição social, de tensões políticas, que trouxe como desfecho a Revolução de novembro de 1930, com a posse de Getúlio Vargas.

⁹ Para maiores detalhes acerca da definição dos movimentos do entusiasmo pela educação e do otimismo pedagógico consultar Nagle (2001).

ganhando terreno e respaldo no plano das medidas políticas adotadas pelo Presidente Getúlio Vargas, a partir de 1930, mais precisamente, com a promulgação da Constituição de 1934.

Para tanto, cabe salientar que a expansão das escolas primárias e o “acesso a escolarização, tendo como influência os pedagogos europeus e norte-americanos, que idealizavam uma nova escola, buscando atender as necessidades socioeconômicas” (OLIVEIRA *et. al.* 2009), integraram as diretrizes da política nacional.

É importante lembrar que o país, neste momento, enfrentava uma grande crise econômica a partir da qual abandonara paulatinamente a forma tradicional de produção marcada pela economia agrário-exportadora, passando à condição de economia industrial. Para tanto, convém trazer à discussão um extrato esclarecedor produzido por Xavier (1990), no estudo intitulado “*Capitalismo e escola no Brasil*”.

A década de 30 foi decisiva para o avanço das relações capitalistas na área da produção nacional. Do ponto de vista econômico, o Brasil sofreu as consequências da crise internacional de 1929, manifestação inequívoca da fase crítica por que passava a economia capitalista mundial, que exigia a sua rearticulação. O afrouxamento dos laços de submissão que atavam a economia nacional aos centros hegemônicos do capitalismo internacional, resultado da grande recessão e da eclosão da segunda Grande Guerra, favoreceu a expansão do processo de “substituição de importações”, que marcará a feição típica da industrialização brasileira. Politicamente representou o momento de uma profunda redefinição do papel e da ação do Estado Brasileiro, no processo de rearticulação dos grupos no poder efetuado pela Revolução de 30, manifestação inequívoca do avanço da economia nacional. (XAVIER, 1990, p. 37).

Neste contexto, de uma redefinição no papel do Estado, ressurgiu a preocupação estatal com relação à “modernização cultural”, ou seja, postulava-se a reforma da sociedade pela reforma do homem, tornando-se necessária ampliação da rede pública de ensino em seus diversos níveis, para concretização de tal objetivo.

Após o advento do Governo Provisório, em 1930, uma das primeiras medidas, no âmbito educacional, constituiu a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, cuja incumbência foi outorgada a Francisco Campos¹⁰. Assim se delineava a política de ensino

¹⁰Como parte de sua atuação, Francisco Campos, em 1930, ao ser empossado como Ministro da Educação e Saúde Pública, ainda, no primeiro semestre de 1931, promulgou um conjunto de decretos que se tornaram conhecidos como Reforma Francisco Campos. Os referidos decretos podem assim ser elencados: Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931: cria o Conselho Nacional de Educação; Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário; Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; Decreto n. 19.890, de 18

público no país, pois até a década de 1930, o ensino em suas diversas modalidades não estava organizado à base de um sistema nacional¹¹.

A Reforma Francisco Campos tornou-se decisiva no processo de centralização do ensino, pode-se considera-la o “marco da arrancada centralizadora do governo provisório e síntese privilegiada das *tendências predominantes no campo educacional*”¹². [...] Essa reforma representou a concretização do discurso renovador, enquanto versão nacional da proposta escolanovista” (XAVIER, 1990, p. 84).

Nota-se, a partir da década de 1930 um maior recrudescimento acerca do processo de expansão da escola pública, e como elemento, desse conjunto de transformações, a expansão do ensino normal, no Brasil, que vinha se desenvolvendo dentro dos limites da base material a reboque da ampliação progressiva do ensino primário em todo o território nacional.

Conforme os dados evidenciados por Basbaum (1968, p. 283), em 1989, o percentual de matrícula geral dos alunos em idade escolar correspondia a 12% da população, percentual que sofreu um acréscimo, em 1930, totalizando 30%.

Em 1934, após a posse como presidente constitucional, Getúlio Vargas nomeou Capanema para assumir o Ministério da Educação e Saúde Pública, cargo em que permaneceu até o final do Estado Novo, em 1945.

Avançando neste processo, Gustavo Capanema, no exercício de sua função como Ministro da Educação, cargo que exerceu por 11 anos, desde 1934 até 1945, promulgou, de

de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino secundário; Decreto n. 19.941, de 30 de abril de 1931, que restabeleceu o ensino religioso nas escolas públicas; Decreto n. 20. 158, de 30 de junho de 1931, organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências; Decreto n. 21.241, de 14 de abril de 1932: consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário. Embora, a escola normal não tenha sido tratada nessa legislação, observa-se uma orientação mais evidente acerca da educação, por parte do novo governo, que passou a tratá-la como questão nacional, portanto, convertendo-se em objeto de regulamentação em suas diversas modalidades pelo governo central (SAVIANI, 2010, p. 195-6).

¹¹ É patente que o ensino público até a década de 1930 não estava organizado sob a égide de uma base nacional, cuja herança remonta a descentralização outorgada por meio do Ato Adicional de 1934 às Províncias, no período imperial. Em síntese, a organização do ensino pautava-se em sistemas estaduais, sem articulação legal com o sistema central, porém com uma relativa independência da política nacional de educação, haja vista, a legislação referente ao Município da Corte, e posteriormente, ao Distrito Federal, centro político e cultural do país, funcionava como uma espécie de modelo, em geral, seguido em todo o território nacional (XAVIER, 1990).

¹² Faz-se mister sublinhar que as tendências predominantes no campo educacional, nesse período, representavam as vertentes ideológicas constituintes do movimento renovador e seus respectivos representantes sendo, as bases psicológicas lançadas por Lourenço Filho, as bases sociológicas lançadas por Fernando de Azevedo, as bases filosóficas e políticas lançadas por Anísio Teixeira. Para uma análise detalhada acerca da articulação entre esses aspectos consultar Saviani (2010, p. 198-229).

1942 a 1946, as leis orgânicas do ensino, um conjunto de oito decretos-leis, conhecidos como Reforma Capanema¹³.

No decorrer da atuação de Gustavo Capanema junto às iniciativas políticas do Governo Vargas, tornou-se evidente a reestruturação pela qual passou o sistema de ensino em seus diversos níveis e modalidades, abrangendo o Ensino Industrial, Ensino Comercial, Ensino Primário, Ensino Agrícola, Ensino Secundário e Ensino Normal, esse último, sendo estruturado, por meio do Decreto-lei n. 8. 530, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Normal (SAVIANI, 2010), o qual será discutido de forma mais apurada, posteriormente, em especial, no capítulo 3.

1.3 Expansão e consolidação das Escolas Normais: dinâmica que a engendra (1946-1971)

O Brasil recebeu, principalmente, entre os anos de 1930 a 1940, grande influência da ideologia capitalista que objetivava a “modernização e o progresso”. Constatou-se, portanto, que esse discurso se traduziu em princípios que, ao se aliar ao pensamento liberal de uma “escola pública”, “universal e gratuita”, impôs ao Estado a função de garanti-la, de maneira a abranger o maior percentual de indivíduos, gradativamente (XAVIER, 1990).

Por conseguinte como parte desse conjunto de medidas, a Lei Orgânica do Ensino Normal, instituída na gestão do Ministro Gustavo Capanema, promulgada no mesmo dia em que a Lei Orgânica do Ensino Primário foi publicada, tinha suas bases nesse projeto, ao oficializar como função central do Ensino Normal:

Art. 1º. O ensino normal, ramo de ensino do segundo grau, tem as seguintes finalidades:

1. Prover à formação do pessoal docente necessário às escolas primárias.
2. Habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas.
3. Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância (BRASIL, 1946).

¹³ As Leis Orgânicas foram materializadas a partir de oito decretos-leis executados entre os anos de 1942 e 1946, foram eles: Decreto-lei n. 40.48, de 22 de janeiro de 1942, que criou o SENAI; o Decreto-lei n. 4073, de 30 de janeiro de 1942: Lei Orgânica do Ensino Industrial; Decreto-lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942: Lei Orgânica do Ensino Secundário; Decreto-lei n. 6.141, de 28 de dezembro de 1943: Lei Orgânica do Ensino Comercial; Decreto-lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Primário; *Decreto-lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Normal*; Decreto-lei n. 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que criou o SENAC; Decreto-lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946: Lei Orgânica do Ensino Agrícola (SAVIANI, 2010).

Nesse contexto, instituiu diretrizes mais objetivas, ao prever funções que deveriam ser garantidas pelo Ensino Normal. A (re) estruturação da Escola Normal, a partir de então, resultou em mudanças na estrutura organizacional dos cursos e dos currículos, conforme estabelecia o Decreto n. 8530, de 2 de janeiro de 1946 (BRASIL, 1946).

Os cursos de formação de normalistas passaram a compor dois níveis, subdivididos em 1º e 2º ciclos. O curso de 1º ciclo seria responsável pela formação de *regentes de ensino primário*, teriam duração de 8 semestres/4 anos, que seriam oferecidos em instituições denominadas *Escolas Normais Regionais*. Já os cursos de 2º ciclo garantiam a formação do *professor primário*, teriam duração de 6 semestres/3 anos e funcionariam em instituições denominadas *Escolas Normais*.

Uma inovação efetivada pela legislação reside no fato de que, além dos dois tipos de escolas de formação de professores, destacava-se, no entanto, a proposta da criação dos Institutos de Educação, que passaram a funcionar juntos às Escolas Normais Regionais e às Escolas Normais; mais o Jardim de Infância e Escola Primária anexos, e também os cursos de especialização do professor primário e habilitação de administradores escolares.

Acentue-se que os cursos de especialização do professor primário e habilitação de administradores escolares, de acordo com o referido Decreto, deveriam ser oferecidos tão somente pelos Institutos de Educação, tanto com o escopo de especializar o pessoal para exercer a docência na educação pré-primária, ensino complementar primário, ensino supletivo, desenho e artes aplicadas e música; quanto para habilitar quadros de pessoal em administração escolar, dentre os quais, as funções de direção escolar, orientação de ensino, inspeção escolar, estatística escolar e avaliação escolar.

Ao dar prosseguimento à ação de organização do ensino público iniciada por Francisco Campos, as Leis Orgânicas do Ensino instituídas por Capanema, conforme sublinha Xavier (1990), configuraram uma direção mais objetiva à educação pública, em resposta às reivindicações sociais e pressões políticas, inclusive no que compete a organização do ensino técnico-profissional em três áreas da economia, além da formação de professores.

Em 1949, segundo Romanelli (2003), as escolas normais totalizavam 540 instituições, distribuídas pelos diversos Estados do país, fator que expressava o desenvolvimento mais intenso dessa modalidade de ensino enquanto resposta às pressões e reivindicações sociais, em busca da tão propalada democratização do ensino público.

Durante esse período, de acordo com o discurso hegemônico, a crença depositada na educação concebida como alavanca para o progresso do país, vai se tornando cada vez mais expressiva. Nessa direção, ao compor a sequência do projeto de industrialização encampado pelo Estado desde a década de 1930, o período compreendido entre 1951 a 1964 foi marcado pelo denominado nacional-desenvolvimentismo, cujo representante mais expressivo foi Juscelino Kubitschek, que assumiu a Presidência em 31 de janeiro de 1956.

Em sua gestão, com o intuito de ampliar o processo de substituição de importações, conforme a Portaria n. 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), concedeu grandes vantagens quanto à concessão de créditos ao capital estrangeiro.

Desta forma, atraiu as empresas estrangeiras implantando, então, as indústrias de bens de consumo duráveis, as quais, “por ser de capital intensivo, exige grandes somas de investimentos”, sendo que a implantação imediata de tais indústrias somente tornou-se possível graças ao poderio das grandes empresas internacionais (SAVIANI, 2010).

O governo norte-americano, inspirado pela Teoria do Capital Humano, desenvolvida por Theodore W. Schultz¹⁴, entre 1963-1971, fomentou as parcerias com fundações privadas, objetivando a formação de intelectuais que viessem a contribuir com os princípios da acumulação capitalista nos países emergentes da América Latina e Ásia.

No âmbito da sociedade civil, ocorreram as movimentações sociais contra-hegemônicas que, segundo Neves (2010, p. 60), se processaram principalmente entre o fim dos anos 1950 e início dos anos 1960. Tornaram-se expressivos os avanços de movimentos sociais veiculados por meio da “mobilização popular na reivindicação de reformas de base.” Destarte, dentre as diversas mobilizações que caracterizam esse período evidenciou-se a luta em defesa da Escola Pública, cujo desfecho se deu com a materialização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961.

Assim às portas da década de 1960, apesar da expansão ora experimentada pelo ensino primário e escolas normais, Romanelli (2003) levantou dados que expressam a precarização do professorado destinado ao atendimento de tal demanda. Para tanto, chama a atenção para o crescente índice de professores sem formação; leigos mesmo após 11 anos de vigências das Leis Orgânicas do Ensino Primário e Normal. Quanto ao ano de 1957, em que pese, a reforma instituída pela legislação as disparidades regionais continuaram existindo,

¹⁴ A Teoria do Capital Humano concebe a educação enquanto meio de preparar os indivíduos para atuar no mercado de trabalho, que exigiria força de trabalho educada, incrementando a riqueza social e como decorrência o aumento da renda individual. Consultar Schultz (1973).

ficando clara a pouca influência exercida pela lei na redução do número de professores leigos (ROMANELLI, 2003).

Nessa direção, o período político ditatorial instalado a partir de 1964, fundamentou-se nos ideais desenvolvimentistas, ou seja, o governo tinha como preocupação fulcral o progresso do país, por meio do incentivo à industrialização. Assim, no período da ditadura militar, a educação brasileira incorporou os princípios tecnicistas, em substituição aos do escolanovismo. Esta reforma política redundou em adequações no campo educacional.

Primeiramente, essa mudança política iniciou-se pela Lei da Reforma Universitária (Lei 5.540), de 28 de novembro de 1968, que trouxe reformulações para o ensino superior. Em seguida, pela Lei 5.692/1971 que trouxe inovações: definiu o ensino fundamental como 1º grau, com duração de 8 anos, pondo fim ao processo excludente do famoso “exame de admissão”. O ensino de 2º grau, com três anos de duração, perdeu seu caráter propedêutico e transformou-se assumindo uma configuração que, segundo o art. 1º objetivou “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania” (Lei 5.692/1971).

De acordo com tal ideário, a educação, em território nacional, constituiu-se, cada vez mais um elemento de peso, que poderia contribuir amplamente para o desenvolvimento do processo econômico produtivo, na década de 1970. O contexto educacional passou a contar com uma espécie de reconfiguração organizacional, que pode ser sintetizada como “pedagogia tecnicista”¹⁵.

Com o processo cada vez mais acelerado de inserção das empresas internacionais, estreitaram-se os laços entre Brasil e Estados Unidos que, por sua vez, exerceu influência direta no campo educacional. Nesse sentido, Saviani sintetiza com propriedade tal contexto na seguinte passagem.

Com a entrada dessas empresas, importava-se também o modelo organizacional que as presidia. E a demanda de preparação de mão de obra para essas mesmas empresas associada à meta de elevação geral da produtividade do sistema escolar levou à adoção daquele modelo organizacional no campo da educação. Difundiram-se, então, ideias relacionadas à organização racional do trabalho (taylorismo, fordismo), ao

¹⁵ Denomina-se pedagogia tecnicista o modelo pedagógico articulado em substituição ao escolanovismo cujos princípios centrais se definem pelo pressuposto da neutralidade científica inspirada na racionalidade, eficiência e produtividade ao preconizar a reorganização do processo educativo tornando-o objetivo e operacional de modo semelhante ao trabalho fabril, pois o trabalho pedagógico passa a assumir a forma objetivada (SAVIANI, 2009).

enfoque sistêmico e ao controle do comportamento (behaviorismo) que, no campo educacional, configuram uma orientação pedagógica que podemos sintetizar na expressão “pedagogia tecnicista” (SAVIANI, 2010, p. 367-368).

Assim, foram encetadas diversas mudanças na estrutura do ensino público, que passou a contar com um caráter tecnicista. Os currículos vincularam-se às apropriações das técnicas profissionais. O foco central expresso pelos currículos se relacionou à valorização do trabalho nos moldes capitalistas, em detrimento dos conhecimentos de Humanidades. Desta maneira, conforme registra Neves (2010), tal concepção pedagógica tendeu a suprimir as discussões imanentes aos conteúdos filosóficos, políticos e sociais nas escolas, que poderiam contribuir para o adensamento dos ideais socialistas contra-hegemônicos, considerados, portanto, uma ameaça à ordem capitalista de produção.

Aos trabalhadores coube o papel de adequar-se a tal projeto econômico como força de trabalho precariamente qualificada. A ênfase da à preparação dos trabalhadores exigiu da escola o desenvolvimento de habilidades, ou seja, conhecimentos necessários à integração no processo produtivo, tal como defende a Teoria do Capital Humano, com conteúdos escolares planejados, coordenados e controlados direcionados para o “aprender a fazer”. Os programas de ensino ofereceram conhecimentos estanques, sem ligação entre si, nem com o contexto maior da sociedade, de modo a dificultar a visão de sociedade e suas múltiplas determinações.

Nesse contexto de reformas políticas, em virtude do Regime Militar, a educação pública sofreu diversos impactos, um desses impactos constitui-se na desativação da Escola Normal, com nova denominação “habilitação magistério”. Cabe destacar, que essa reestruturação do ideário pedagógico nacional contou com apoio financeiro de agências internacionais, cujo objetivo pautava na venda de tecnologias e assessorias norte-americanas. Para tanto, Tanuri (2000, p. 78) postula

Merece referência a atuação desenvolvida pelo Programa da Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAE), de 1975 a 1965 – resultante de acordo entre o MEC/INEP e a USAID- cujo objetivo prioritário foi inicialmente a instrução de professores das escolas normais, no âmbito das metodologias de ensino, e com base na psicologia, objetivo esse que se estendeu também ao campo da supervisão e do currículo, com vistas a atingir ocupantes de postos de liderança, que pudessem ter uma ação multiplicadora de maior abrangência.

A partir dessas condições, após a aprovação da Lei 5.692/1971, o curso normal assumiu outra configuração sob a denominação “Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério de 1º Grau.

Concluindo, é possível constatar que a Escola Normal, em sua trajetória, se consolidou como um modelo de formação de professores, dentro dos limites da realidade socioeconômica do país, a medida que as condições para a sua ampliação foram geradas o seu desenvolvimento tornou-se concreto, embora se esbarrasse nas contradições impostas pela realidade socioeconômica do país.

O estudo até aqui desenvolvido colocou em evidência a função assumida pelo Estado quanto ao processo de formação escolarizada do professor primário, que por sua vez, objetivava garantir não apenas a educação pública, mas a consolidação de uma ideologia nacional capaz de reafirmar a produção e reprodução das relações sociais próprias à sociedade capitalista no Brasil.

Enfim, observa-se que a materialização das escolas normais, no Brasil, se desenvolveu no interior da sociedade capitalista, no bojo das constantes crises, as quais demandaram processos de estruturação/desestruturação e/ou permanência e retrocessos no seu desenvolvimento.

Contudo, a expansão da Escola Normal não se materializou de forma linear e homogênea em todos os Estados do país, mas assumiu diferentes feições em cada região, isto é, essas instituições foram paulatinamente criadas, conforme as condições materiais efetivas para a sua realização se constituíam em cada localidade. Esclareça-se, no âmbito desse estudo, que as condições materiais efetivas que geraram a necessidade da criação das Escolas Normais foram o surgimento da clientela escolar, e principalmente a obrigatoriedade do ensino elementar, verificadas a partir do final do século XIX, mas, fundamentalmente, na primeira metade do século XX. Também integrando esse processo, a partir dos anos 1930 do século XX, acrescentaram-se o crescimento populacional e a urbanização, fatores que proporcionaram as condições para a consolidação do capitalismo industrial de base urbana no Brasil.

Partindo desse pressuposto, passemos em revista a trajetória da Escola Normal em Mato Grosso, no período republicano, mais precisamente, no que diz respeito ao século XX, evidenciando as mudanças no plano jurídico-formal, e que expressaram a materialização dos ideais de cunho liberal nesta região do país.

Dentro dessa perspectiva, constitui-se objeto de análise do item seguinte o desenvolvimento das Escolas Normais no antigo sul de Mato Grosso, considerando as singularidades locais nos planos econômico, político e social.

1.4 Consolidação do ensino normal no sul de Mato Grosso: século xx

Com a finalidade de entender as características que a escola normal assumiu na região sul do estado, tendo em vista, o processo que lhe deu origem, ora desenvolvido, buscar-se-á traçar o processo de implantação e expansão do ensino normal no sul de Mato Grosso, no período que se estende desde a criação da primeira escola normal na região, em 1930, até a sua substituição pela Habilitação Específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau (HEM) (Lei n. 5692/1971).

Assim será analisada a configuração assumida pela escola normal, na região sul do Estado de Mato Grosso como um todo, desde o seu surgimento, na década de 1930, bem como o processo de consolidação e extinção, na primeira metade dos anos de 1970.

Quando examinada a história da escola normal em Mato Grosso, a primeira instituição de formação escolarizada do professor primário foi instituída em 1842, ainda no período imperial, na capital da Província, Cuiabá, no mandato do Presidente Cônego José da Silva Guimarães (1810-1843), e teve como primeiro dirigente o professor Joaquim Felicíssimo de Almeida Louzadas. Porém, a Escola Normal teve uma existência efêmera ao ser desativada em 1844, na gestão do Presidente Tenente-Coronel Ricardo José Gomes Jardim (1844-1847). Constata-se que somente, em 1874, Mato Grosso passou a contar novamente com uma instituição específica para o preparo do magistério primário, quando o Barão de Diamantino (1874-1875) promulgou a Lei n. 13, que dispunha sobre a criação de um curso normal na Capital, instalado a 3 de fevereiro de 1875 (OLIVEIRA; RODRIGUEZ, 2009).

Assim, segundo Oliveira e Rodrigues (2009, p. 102), o processo de implantação da Escola Normal, dada a realidade histórico-social matogrossense, constituiu-se de rupturas, segundo apontam suas investigações sobre o objeto: “Apesar de reiteradas solicitações oriundas dos dirigentes de ensino para que essa escola ficasse como uma unidade independente, durante vários anos, não ocorreram mudanças a respeito dessa instituição formadora”.

Conforme evidencia a historiografia acerca do processo de implantação da Escola Normal em Mato Grosso, o Estado teria recebido a influência direta da reforma paulista. A partir do advento dessas medidas, como asseveram Oliveira e Rodríguez (2009), o primeiro regulamento de ensino, no que diz respeito ao período republicano, data do século XIX, mediante o Decreto n. 10, de 7 de Novembro de 1891, durante a gestão do presidente Dr. Manoel José Murtinho (1891-1892).

No início do século XX, tem-se a reforma da instrução pública de Pedro Celestino, em Mato Grosso, a reforma foi efetivada pelos professores Leovigildo de Mello e Gustavo Kulmann vindos do Estado de São Paulo com a função de reorganizar a escola primária e secundária cujo objetivo centrava-se na extinção do analfabetismo ao aplicar os princípios da reforma paulista, ou seja, à educação deposita-se maior ênfase enquanto meio de progresso para o estado. Tal reforma culminou na criação, em 1910, da Escola Normal de Cuiabá, posteriormente designada Escola Normal Pedro Celestino Araujo (1997).

Pedro Celestino Corrêa da Costa (1908-1911), ao assumir o Governo do Estado de Mato Grosso em 12 de outubro de 1908, apresentou um extenso programa de governo, sendo que um dos seus objetivos constituía-se em modernizar o Estado, oferecendo-lhe para tal a infraestrutura necessária.

Para atingir esta meta, deveria modernizar o sistema escolar (REIS, 2006, p. 205). Em 13 de maio de 1910, Pedro Celestino Corrêa da Costa em mensagem à Assembleia Legislativa de Mato Grosso, buscava por meio da instrução, concebida como base fundamental de todo o verdadeiro progresso social, inserir Mato Grosso no projeto nacional e republicano de modernização, tomando como parâmetro os moldes dos estados em que o desenvolvimento da economia capitalista se encontrava em estágio de maior desenvolvimento, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Nessa direção, observa-se um processo comprometido com a implantação e expansão da rede pública de instrução primária, uma vez que os Grupos Escolares foram criados oficialmente em Mato Grosso pela Lei n. 508, de 1908. “Os mato-grossenses conviveriam, a partir de então, com uma estrutura escolar moderna, possível graças à chegada dos mestres paulistas” (REIS, 2006, p. 206).

Como parte da reforma da instrução pública em Mato Grosso, foi autorizada a criação de grupos escolares nas principais cidades do estado, Cuiabá, Cáceres, Poconé, Rosário Oeste, Corumbá, Campo Grande, Aquidauana, Três Lagoas e Ponta Porã (OLIVEIRA, 2009, p. 115).

Assim, é possível afirmar a relativa expansão do sistema público de instrução primária na região, fator que desencadeia a necessidade de docentes formados que viessem atender tal demanda, de modo a efetivar a proficiência do ensino primário.

Como indicado, na gestão de Pedro Celestino Corrêa da Costa implantaram-se uma série de reformas no campo do ensino. Assim, no bojo de tais mudanças destaca-se a Escola Normal da Capital, que foi regulamentada pelo Decreto n. 266, de 3 de dezembro de 1910. Cumpre ressaltar que a instituição formadora recebeu a influência direta do ideário educacional ora estabelecido no estado de São Paulo, haja vista, o Presidente do Estado contratou professores paulistas para sua implantação.

A título de elucidação, como expõe Tanuri (2000), a partir dos anos de 1910, comissões de diferentes estados viajavam a São Paulo com a finalidade de estudar a organização do serviço de instrução pública, bem como missões de professores paulistas partiam no intuito de organizar o ensino em diversos estados, dentre eles, partiram Leovigildo de Mello e Gustavo Kulmann para o estado de Mato Grosso.

Digna de nota foi a preocupação em relação à melhoria do ensino, com ênfase à formação de bons professores para exercer o magistério público, expressa pelo Presidente Pedro Celestino Corrêa da Costa, em Mensagem enviada à Assembleia Legislativa em 13 de maio de 1910.

[...] Está o governo aparelhado para melhorar a parte material da instrução, proporcionando-lhe todos os recursos necessários, *mas faltam bons professores* para todas as localidades, como é para desejar, e isso só se conseguirá com o tempo, *preparando moços para o magistério público* que deve tornar-se atraente e de real proveito para a sociedade. [...] Convencido também que o primeiro passo a dar para esse fim é a formação de bons professores, *mandei contratar dois normalistas em São Paulo*, com o fim de crear aqui uma Escola Normal de que havemos mister para a realização desse importante objetivo: esperando que me habilitareis para leval-o a afeito nas condições desejáveis (MATO GROSSO. Mensagem, 1910, *itálicos não originais*).

Portanto, até o ano de 1914, a Escola Normal da Capital funcionou regularmente. A partir desse momento sua estrutura passou por uma reorganização, mantendo-se dessa maneira até o segundo mandato do Presidente Pedro Celestino Corrêa da Costa (1922-1926), período em que a instituição passou novamente por uma reformulação, uma vez que foram introduzidos nova administração e um técnico especializado.

Nesse mesmo período, resultados oriundos do desenvolvimento econômico mais concretos surgiram no Sul de Mato Grosso com a inauguração, em 1914, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) trouxe as possibilidades para a expansão da escolarização. Efetivando-se uma ligação férrea entre o longínquo Mato Grosso e o Estado de São Paulo, mais especificamente, até a cidade de Bauru. Foi nesse contexto que se acelerou a expansão da região do sul de Mato Grosso, com a criação dos grupos escolares de Campo Grande, Três Lagoas e Aquidauana, em 1921; em Corumbá e Miranda, em 1924, o que certamente preparou as condições para a criação de escolas normais na região, nas décadas subsequentes, Oliveira (2009).

Desde fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o Brasil foi marcado pela inserção num processo de ascendente urbanização e industrialização, sob o impulso de vertiginosa acumulação capitalista. As contradições se agudizaram, por conseguinte, o contexto se caracterizou por um processo de transição do modelo social que buscava consolidar suas bases, ou seja, há a instalação, mais precisamente a partir dos anos de 1930, de uma nova etapa do capitalismo no Brasil, o capitalismo de base industrial urbana. Em decorrência, o sistema escolar sofreu transformações, que o adequavam às exigências da expansão econômica. Integrou esse momento um grande esforço para alterar as bases do poder e a função do Estado, principalmente no campo educacional.

Constata-se a preocupação com a expansão do ensino, enfim incluiu-se na pauta do debate político a “educação do povo”, com a finalidade explícita de arrematar forças no sentido de consolidar a nação brasileira e o regime político da nova Federação, o que resultou no fortalecimento do sentimento de identidade com a pátria.

Essa nova concepção educacional elegeu como premissa central a educação como condição de estabelecimento da ordem, da democracia, da integridade nacional, enfim, os dirigentes políticos e os intelectuais entendiam a educação como um instrumento capaz de produzir a civilização e o progresso, de modo a superar o estado de ignorância da antiga sociedade. Era necessária a consolidação e democratização da escola para colocar o país nos moldes dos países civilizados.

Foi neste contexto que, na década de 1930, ocorreu a materialização da escola normal ao Sul de Mato Grosso, inicialmente na cidade de Campo Grande.

A expansão da Escola Normal na região se deu em razão de mudanças de caráter econômico, que emergiram na esteira das transformações que se processaram na sociedade brasileira e nos diversos países do mundo, nesse momento histórico (ARAÚJO, 1997).

Observa-se que desde o limiar do século XX, o modo de produção capitalista dava sinais de exaustão, que resultaram na crise de 1929, com a Quebra da Bolsa de Nova York. Nessa perspectiva Araujo (1997), ao investigar a estruturação da Escola Normal na região, numa articulação com essas transformações sociais mundiais, assinala que o crescimento econômico impetuoso e descontrolado, a superprodução, o direcionamento débil do modo de produção capitalista, gestaram as dificuldades e os percalços à circulação e à troca de mercadorias, em síntese, tornou-se mais expressivo o recrudescimento do nível de dificuldade quanto à geração de valores e acumulação de capital.

Esses fatores não deixaram de influenciar a economia brasileira, uma vez que no Brasil o reflexo da crise econômica ora instaurada nas grandes potências capitalistas, surgiu de imediato, logo após a Quebra da Bolsa de Nova York, e manifestou-se com a impossibilidade de exportar a superprodução cafeeira.

Conforme exposto, a crise econômica engendrou mudanças de cunho político e social, fatores que desencadearam paulatinamente a ruína da burguesia produtora de café, e a emersão dos grupos políticos ligados ao capital industrial. No caso do Brasil, guiando-se pelo modelo de substituição de importações, efetivou-se a paulatina hegemonia da burguesia industrial.

Para tal, a partir da Revolução de 1930, instituiu-se um “Estado de compromisso”, cabendo destacar, no entanto, que esse Estado se pôs como agente, no plano governamental, da hegemonia da burguesia industrial.

No campo educacional, difundiu-se pelo país o movimento renovador, impulsionado pelos os ventos modernizantes do crescente processo de industrialização e urbanização.

Assim, em função do novo regime em que “ordem e progresso” era o lema, era preciso investir em escolas, pois seriam o instrumento de transformação social. [...] Era preciso mudar, romper com o passado. [...] Deste modo, ganha força um discurso de que a escola torna-se o centro de propagação de conhecimento, cultura e normas de conduta, necessários para o crescimento e expansão da cidade rumo à modernidade, assim seria a educação o principal instrumento de formação moral e intelectual de um povo (GATTI; FILHO; GATTI JÚNIOR, 2012, p. 210-11).

As transformações econômicas ocorridas nos grandes centros do país, que configuravam esse novo arcabouço ideológico, inclusive, com fortes reflexos no campo educacional, não deixou de influenciar os Estados mais longínquos.

No que tange aos aspectos do desenvolvimento econômico, o Estado de Mato Grosso, embora contasse com relações capitalistas ainda incipientes, não estava excluído, ao passo que sua classe dirigente, influenciada pelos novos ideais de progresso, que ora se processava no país, procurou seguir tal tendência ao desencadear as condições infraestruturais para alavancar o desenvolvimento na região (OLIVEIRA; RODRÍGUEZ, 2009).

As concepções de modernização, ordem, civilidade e, sobretudo, progresso intrínsecas ao ideário republicano foram incorporadas ao debate, tanto dos intelectuais quanto dos políticos mato-grossenses, de maneira a materializar tais princípios em diversas reformas do ensino. Observam-se tais mudanças no plano econômico, político e educacional, ao passo que, no âmbito educacional, foram ensaiadas diversas reformas.

O debate de orientação liberal desencadeou transformações, nesse período, nos processos organizativos para a estruturação do Estado burguês no Brasil e materializou-se nas Unidades Federadas. Já foi dito que, com o intuito de elevar a nação à condição de desenvolvimento, em especial, a partir dos anos de 1930, os intelectuais e políticos elegeram a educação enquanto a alavanca precípua ao progresso.

Para tal, nesse momento se intensificaram os ânimos na direção da implantação e organização de um sistema educacional público, gratuito, laico e obrigatório, embora não tenham sido materializados de imediato, conforme previsto em alguns Estados brasileiros, verificando-se um quantitativo insuficiente de escolas primárias. Em face dessa conjuntura, diversos estados organizaram seus sistemas de educação pública, a partir do modelo paulista: Mato Grosso, Espírito Santo, Santa Catarina, Sergipe, Alagoas, Ceará, Goiás, dentre outros.

Já se comentou como, no Sul do Estado, mais precisamente, na cidade de Campo Grande, alavancavam-se as condições de infraestrutura necessárias para a expansão do ensino público, com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a partir de 1914. Iniciou-se ali um processo de modernização e desenvolvimento, pois a ferrovia se transformou num grande corredor imigratório/migratório, fator que contribuiu para engendrar a necessidade da formação de quadro docente para atender as demandas da escolarização primária. A partir de 1914, “o ano do grande acontecimento”, ano de inauguração da ferrovia, veio na esteira a luz elétrica e Campo Grande se tornou a segunda cidade de Mato Grosso a dispor do serviço, conformando os elementos concretos centrais para alavancar o desenvolvimento da pacata cidade de 1.800 habitantes (BITTAR, 2004).

Tais mudanças propiciaram a expansão da rede escolar durante as décadas de 1920 e 1930, como já citado, com a criação dos grupos escolares em Campo Grande, Aquidauana e Corumbá.

No âmbito desse contexto, instalou-se em 21 de abril de 1930 a primeira instituição formadora de professores em Campo Grande, a Escola Normal Joaquim Murтинho. No mesmo ano também foi fundada a Escola Normal D. Bosco, de iniciativa privada, dirigida pelas freiras da Congregação Salesiana, e equiparada às escolas normais, sob a égide estatal, em 1931, por meio do Decreto nº 98, do Interventor Federal do Estado, Artur Antunes Maciel (ARAUJO, 1997).

Embora tenha havido a expansão do ensino normal, no Sul do Estado, desde o ano de 1930, Araujo (1997), destaca que o quantitativo de formandos oriundos de ambas as escolas sequer ultrapassou o total de 100 normalistas, uma vez que havia evasão durante os quatro anos de curso, fator que reduzia o número de formandos. Além disso, em que pese a expansão do ensino primário em Mato Grosso, ela se restringia aos centros mais populosos do Estado, em sua maioria, situados no Sul de Mato Grosso (BRITO, 2001).

Diante de tal percurso efetivado pela Escola Normal, no Sul do Estado, em dezembro de 1937 o Interventor Julio Strübing Müller decretou o fechamento das duas Escolas Normais, a de Cuiabá e a de Campo Grande.

O restabelecimento da Escola Normal de Campo Grande e de Cuiabá se efetivou durante a gestão do governo José Marcelo Moreira (1946-1947), em razão da promulgação do Decreto-Lei nº 834, de 31 de janeiro de 1947. Com isso, teve sua organização instituída em dois ciclos, conforme dispunha a Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-lei nº 8530, de 2 de janeiro de 1946). O primeiro ciclo era destinado à habilitação de regentes do ensino de duração de quatro anos, e o segundo ciclo era destinado para a formação do professor primário, com duração de três anos.

Também foram implantadas orientações políticas que outorgavam ao setor privado a responsabilidade por tal modalidade de ensino, fator que delegava a questão da formação de professores, principalmente, ao setor confessional (OLIVEIRA; RODRÍGUEZ, 2009).

Em 1948, durante o mandato de Arnaldo de Figueiredo, primeiro governador eleito em Mato Grosso após o fim do Estado Novo, o regulamento das Escolas Normais do estado sofreu outras modificações, conforme dispunha o Decreto n. 590, de 31 de dezembro de 1948, (1947-1950). Como evidencia Marcílio (1963), com relação ao regulamento de 1948, a Escola Normal, deveria se organizar em dois ciclos. Um ciclo seria o Curso Normal Regional

composto de quatro séries correspondendo ao ensino ginásial, e o segundo ciclo seria a Escola Normal propriamente, com duração de dois anos, portanto também nesse modelo funcionaria em consonância com o art. 9º da Lei Orgânica em vigor relativa ao ensino normal.

Note-se que, diferentemente da proposta de 1947, o que efetivou em 1948 foi a escola normal com duas séries. Esse modelo, previsto também como possibilidade na Lei Orgânica de 1946, permitiu a implantação imediata das duas escolas normais, atendendo as possibilidades materiais (recursos financeiros e humanos) que o gestor público pretendia mobilizar para tal.

Somente ao final da década de 1950, sob a regulamentação instituída pelo Decreto n. 555, de 31 de dezembro de 1958, baixado durante o mandato de Ponce de Arruda (1956-1961), o Ensino Normal veio a ser constituído de três séries anuais (MATO GROSSO, 1958), processo que será discutido no terceiro capítulo, com articulações específicas na estrutura organizacional da Escola Normal Jango de Castro.

Foi nesse movimento, em torno, da escola normal do Estado de Mato Grosso que, em mensagem apresentada à Assembleia Legislativa por ocasião do início da Legislatura de 1950, Arnaldo Estevão de Figueiredo realizou uma breve retrospectiva em relação às condições gerais do Ensino Normal em todo o Estado, ao enfatizar que, no ano de 1946, o Estado não mantinha sob sua égide as Escolas Normais, em função do Decreto n. 112, de 29 de dezembro de 1937, conforme apontado anteriormente (MATO GROSSO, 1950). Arnaldo Estevão de Figueiredo, no mesmo texto, expunha as metas do governo em relação às melhorias efetivadas, a partir de 1946, no que diz respeito às condições do professorado, com vistas ao eficiente desenvolvimento do ensino primário.

O governador lembrou também que, dentro desse projeto político houve a restabelecimento, em 1947, das Escolas Normais “Pedro Celestino” e “Joaquim Murtinho”, em Cuiabá e Campo Grande, as quais se encontravam desativadas. Na mesma perspectiva, constatou-se a necessidade da criação de uma instituição de formação escolarizada de professores normalistas que viesse contribuir para a eficiência do ensino primário, na cidade de Aquidauana.

Isso porque a cidade contava com o Grupo Escolar Antonio Corrêa, fundado em 10 de março de 1924, cuja denominação foi dada pelo Decreto n. 669, de 5 de junho de 1924. Ainda, como parte do desenvolvimento e ampliação do Ensino Normal, a 1949, o Governo recebe autorização expedida pela Assembleia Legislativa para assinar convênio com o

Ginásio Candido Mariano em cujo prédio funcionaria, em anexo, o primeiro estabelecimento de Ensino Normal.

Mediante a Lei n. 342, de 12 de Dezembro de 1949, criou-se a Escola Normal de Aquidauana, a qual se designou “Jango de Castro” (MATO GROSSO, DIÁRIO OFICIAL, 1949), uma vez que Aquidauana constituía-se, no referido período, uma das principais cidades do Estado devido a sua posição geográfica, e localização estratégica na Bacia do Prata, ligando-se a um processo mais amplo, o processo de ocupação do Pantanal.

Assim, embora a década de 1950 seja considerada a etapa final do processo de implantação da Escola Normal, no sul do estado, observa-se que até à época tais estabelecimentos funcionavam em precárias condições: falta de professores, de material didático e de prédios próprios, uma vez que se destacava a existência dessas escolas mantidas pelo Estado em parceria com a iniciativa privada (OLIVEIRA; RODRIGUEZ, 2009).

Contudo, a Escola Normal, na região sul, teve sua existência efetiva até a promulgação da Lei 5692/1971, que reconfigurou alguns princípios do sistema educacional do país. Os princípios mais expressivos, a partir dessa Lei, culminaram na organização do sistema de ensino em dois graus. Nessa estruturação, a formação de professores normalistas, até então, sob a incumbência dos estabelecimentos denominados Escolas Normais, passou a constituir uma habilitação profissional de caráter terminal, entre outras, no ensino de 2º Grau. A partir de 1971, o preparo do professor primário, em atendimento à Lei n. 5692/1971, passou à alçada da chamada Habilitação Específica para o Magistério de 2º grau.

O estudo ora desenvolvido, no tocante ao processo de implantação e consolidação da Escola Normal, no Estado de Mato Grosso, no caso particular, na região sulista do estado, torna patente a íntima relação da região com as transformações políticas, econômicas e sociais que se processaram no país e no mundo.

Observa-se, que o processo de implantação da instituição formadora do professor primário manifestou-se, não de forma tardia, todavia em consonância com as condições efetivas à sua realização. Nessa perspectiva, convêm-nos reportar aos postulados de Marx (1987, p. 30).

É por isso que a humanidade só se propõe às tarefas que pode resolver, pois, se se considerar mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde às condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir.

O processo de fechamento e abertura da Escola Normal esteve atrelado às mudanças econômicas e suas correspondentes lutas político-ideológicas, intrínsecas ao período analisado.

A implantação de tal estabelecimento de ensino se efetivou, na década de 1930, em virtude de diversos fatores, considerados fundamentais ao seu desenvolvimento: a crescente urbanização e industrialização dos centros mais desenvolvidos do país, fator que de forma dialética exerceu influência sobre a economia mato-grossense, dentre outros, como a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil; melhorias dos meios de comunicação; o fortalecimento econômico de Campo Grande e seu papel de entreposto comercial e proximidade com os grandes centros urbano-industriais do país; e principalmente, pelas transformações ocorridas na pecuária, nesse momento histórico.

Em resumo, esse conjunto de determinações favoreceu a implantação da Escola Normal, no “longínquo” Sul de Mato Grosso, cujo um dos objetivos centrais se pautava em instruir o povo, consoante os princípios republicanos de obediência e moralidade, na garantia de adequar a sociedade aos ditames do capitalismo industrial com a finalidade última de elevar a nação ao patamar dos países considerados *civilizados*. Assim, isso era válido também para Mato Grosso que por sua vez, buscava aparelhar via educação para alcançar o tão propalado progresso.

CAPÍTULO II

O PROCESSO DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA EM AQUIDAUANA: CONTEXTO HISTÓRICO E NECESSIDADE DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O objetivo deste capítulo consiste em abordar como se desenvolveu o processo da expansão da instrução pública primária na região de Aquidauana, ao levar em consideração as suas determinações gerais.

Assim, tais fatores são entendidos enquanto determinações universais numa relação dialética com o singular, o desenvolvimento da região de Aquidauana, bem como à implantação e consolidação da Escola Normal Jango de Castro, que constituirá a temática de discussão no capítulo posterior. A análise referente a esse capítulo versa sobre a explicitação das principais determinações consubstanciadas na implantação da escola normal: a formação histórica da região de Aquidauana numa articulação com a expansão da escolarização primária, com especial destaque para as décadas de 1930 e 1940, período em se torna inadiável a instalação de uma instituição formadora do professor primário em face da crescente demanda de acordo com a singularidade local.

2.1 Desenvolvimento econômico no Sul de Mato Grosso

Desde o limiar da República, o Sul de Mato Grosso, favorecido pela via platina¹⁶, mesmo não oferecendo condições suficientes¹⁷ tornou-se, após a internacionalização das águas do Rio Paraguai, uma importante via de escoamento e ampliação de suas atividades econômicas. Essa ampliação tornou-se possível graças à exportação de capitais para a região, oriundo dos países capitalistas, na fase de transição do capitalismo concorrencial para o capital monopolista. Para Valmir Batista Corrêa, os comerciantes do Sul de Mato Grosso, desfrutando dos contatos com comerciantes estrangeiros, identificavam-se mais com seus interesses de classe, do que com a política estadual ou nacional (CORRÊA, 1985, p. 18-20).

¹⁶ Via Platina, formada pelos rios da Bacia do Prata, Paraná, Paraguai e Uruguai.

¹⁷ Para Paulo Roberto Cimó (2009), a liberação da navegação do Rio Paraguai não representou um grande melhoramento, superestimado pela historiografia regional, pois havia necessidade de melhorar as vias internas de acesso aos portos.

Para Gilberto Luiz Alves (1985), estes comerciantes, que estavam articulados às casas comerciais, eram os grandes comerciantes dos portos, que ao contrário do mercador, não exerciam seu poder exclusivamente por meio do armazém, mas por meio dos contatos diretos com os produtores. Além disso, representando grandes bancos, pela ausência de agências bancárias, os grandes comerciantes intermediavam as transações bancárias.

Desvinculados da ligação imediata com seu empreendimento, legando suas antigas responsabilidades a inúmeros funcionários especializados, o que levaria a nova casa comercial a assumir grandes dimensões físicas a fim de abrigar escritórios e dependências para os diversos serviços prestados, após a guerra com o Paraguai os comerciantes dos portos tornaram-se os responsáveis diretos pelos contatos com Assunção, Buenos Aires, Montevideú, Rio de Janeiro e os principais centros comerciais europeus. (ALVES, 1985, p. 62).

Estes comerciantes se beneficiaram de investimentos platinos voltados à produção do charque, cuja produção ganharia maior impulso na primeira década do século XX, constituindo em grandes estruturas produtivas, conforme assinala Nascimento (1992).

As principais charqueadas instaladas no Estado, até a segunda década do século XX, eram grandes estruturas industriais de propriedade de empresários uruguaios e argentinos, que trouxeram, além do capital e tecnologia, toda a aparelhagem para suas instalações. Do Estado de Mato Grosso, só utilizaram a matéria-prima e a mão-de-obra. (NASCIMENTO, 1992, p. 13).

Para o autor, as casas comerciais exerceram monopólio também no mercado do charque: como representantes bancários financiavam a produção, pois as seções bancárias das casas comerciais eram o único instrumento de crédito à época (NASCIMENTO, 1992, p. 46). Para Alves, o grande comerciante dos portos tinha no crédito à produção sua maior força, cuja “[...] ação implacável, porém, refletida especialmente em elevadas taxas de juros sobre empréstimos e financiamentos, gerou nos capitalistas mato-grossenses ligados à produção o anseio pela presença de bancos na região” (ALVES, 1984, p. 39-40).

Cabe salientar que o primeiro estabelecimento público de crédito a se estabelecer na região de Corumbá foi o Banco do Brasil, em 1916, a 14ª agência do país e a primeira no

Estado de Mato Grosso, cuja sede era no Edifício Comercial Wanderley Baís & Cia¹⁸ no Complexo do Casario do Porto. A Casa Wanderley Baís era uma das maiores da praça de Corumbá, e além de funcionar como correspondente bancário, operava no comércio de importação e exportação.

A via platina oferecia a possibilidade de contatos diretos com o mercado internacional, não somente pela produção de charque, mas também pelo polo comercial de Corumbá, cada vez mais internacionalizado, sobretudo a partir do final do século XIX, “[...] quando se amplia o movimento de exportação de capitais dos países centrais do capitalismo em direção aos países periféricos, numa fase que duraria até as vésperas da Primeira Grande Guerra” (QUEIRÓZ, 2009, p. 40).

Nesse contexto, na segunda metade do século XIX, após a Guerra do Paraguai e a expansão da cafeicultura, a vinculação econômica do Mato Grosso com o Sudeste se aprofundou. Para Neves (2007), mais uma vez se acentuou a relação de dependência entre Mato Grosso e São Paulo, “mais particularmente com a região sul pantaneira, criadora de gado”. Para assegurar estas articulações econômicas, considerando as cheias sazonais dos pantanais como dificuldade para o escoamento da produção, no início de 1892 os Coronéis Theodoro Rondon e Augusto Mascarenhas angariaram subscrições de fazendeiros de Miranda e Nioaque para aquisição de uma área a fim de instalar um povoado livre de alagamentos, como suporte às atividades de criatórios e de subsistência.

Com esta finalidade, em 15 de agosto de 1892, fazendeiros locais e interessados reuniram-se a margem direita do Rio Aquidauana, num lugar denominado, São João da Boa Vista, para fundação solene do povoado.

A sua origem mesmo liga-se à geografia do Pantanal. Para resolver o problema de isolamento e dificuldades de transações comerciais que as sucessivas enchentes do Pantanal provocavam, no final do século XIX os fazendeiros da região de Miranda resolveram fundar um novo povoado junto ao rio Aquidauana. Esse povoado devia situar-se num ponto equidistante da cidade de Miranda e do, então, povoado de Campo Grande, de modo que os moradores da região pudessem se comunicar com Miranda pelo rio e com Campo Grande por terra e não ficassem isolados quando as chuvas impedissem a ida das carretas para Miranda. No lugar chamado São João da Boa Vista, que atendia a essas exigências, surgiu Aquidauana. (NEVES, 1974, p. 1677).

¹⁸ Sobre a Casa Comercial Wanderley Baís & Cia, consultar: AYALA, S. Cardoso; SIMON, Feliciano (Orgs.). *Álbum Gráfico do Estado de Mato Grosso*. Corumbá; Hamburgo: [s. n.], 1914.

Após as formalidades da fundação, foram adotados procedimentos para a organização do povoado, como abertura de ruas, loteamento, construção de moradias e próprios públicos municipais: “A partir de 1894, com uma pequena população já instalada á margem direita do Rio Aquidauana, a povoação do Alto Aquidauana começou a conhecer os progressos urbanos que, em pouco tempo transformaram-na em sede do município” (NEVES, 2007, p. 90).



Figura 1. Foto Aérea da cidade de Aquidauana.

Fonte:<http://cidadesinteresse militar.blogspot.com.br/2012/10/mato-grosso-do-sul-aquidauana.html>

A fundação de Aquidauana foi resultante de interesses de fazendeiros do Pantanal, motivados por determinações específicas – facilitar a atividade econômica com Campo Grande e o Sudeste – como forma de garantir a continuidade da atividade comercial durante o período das cheias. Para garantir essas relações sociais, foi erigido um aparato político, jurídico, administrativo e educacional para garantir o poder nas mãos de seus idealizadores.

Assim, a criação da cidade de Aquidauana, no então Sul de Mato Grosso se vincula aos efeitos produzidos pela Guerra do Paraguai (1864-1870). Embora a inserção de Mato Grosso na economia nacional possa ser definida enquanto periférica frise-se que o advento da Guerra entre Brasil e Paraguai expressou as consequências de um grande marco econômico – a transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista. Assim, a guerra e o período imediatamente subsequente possibilitaram uma maior participação de Mato Grosso

no capitalismo nacional e internacional, pois observa-se uma nova situação da qual essa região não havia desfrutado nas décadas anteriores (WILCOX *apud* QUERÓZ, 2008, p. 54).

Pois a título de informação, aqui cabe um adendo a fim de demonstrar esse aspecto como um dos marcos decisivos para alavancar o desenvolvimento na região.

Mesmo [...] constituindo-se em obstáculos para o crescimento econômico do Império Brasileiro (DORATIOTO, 2002, p. 484), a Guerra do Paraguai representou para Mato Grosso possibilidades de “maior inserção na economia nacional”¹⁹, seja pela presença de tropas²⁰, construção de quartéis, transferência do Arsenal de Marinha de Mato de Cuiabá para Ladário em 1873²¹, cujos gastos com as instalações navais, ultrapassavam as rendas da Província de Mato Grosso, que neste período alcançavam pouco mais de Duzentos Contos de Réis (MATO GROSSO, 1878, p. 57).

No âmbito econômico, desde a sua criação a cidade de Aquidauana se caracterizou pela relevância da pecuária extensiva, em particular, a criação do boi. Nesse sentido, para Joana Neves, a escolha do local para instalação de Aquidauana em 1892 a margem esquerda do Rio Aquidauana, “[...] foi adequado para a função que lhe reservava [...] A ligação com São Paulo foi o motivo estrutural, não percebido (ou apenas não revelado) pelos fundadores, para o surgimento de Aquidauana” (NEVES, 2007, p. 102). Esta função, de acordo com seus fundadores era colocar a produção dos fazendeiros da região em contado com os mercados do Sudeste, via Porto de Corumbá. Neves, em seu estudo sobre as razões estruturais da fundação de Aquidauana, a vincula diretamente às atrações do Sudeste.

Da análise feita sobre a fundação do povoado urbano no Alto Aquidauana, pode-se deduzir que este fato constitui-se num resultado do processo de

¹⁹ Não apenas os gastos militares, mas, a internacionalização das águas do Rio Paraguai foi determinante para o crescimento econômico do Sul de Mato Grosso. A fim de desenvolver a região, o Império Brasileiro internacionaliza as águas do Rio Paraguai, tornando Corumbá porto franco para produtos importados ou destinados a importação. “vila de Corumbá mostra crescente importância econômica como pólo de comércio de importação e exportação da Província, ligado, por via fluvial, aos principais núcleos urbanos da região (Cuiabá, Cáceres, Coxim, Miranda, Aquidauana)” (QUEIRÓZ, 2003, p. 25).

²⁰ Após a guerra, foram enviadas para Mato Grosso o 3º Regimento de Artilharia a Cavalos; o 2º Batalhão de Artilharia a Pé e o 8º Batalhão de Infantaria. In: DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 469.

²¹ Com a construção de novos quartéis na Freguesia de Ladário para abrigar as tropas transferidas de Cuiabá, o Império Brasileiro realizou vultosos investimentos na região, aproximadamente 1.720:074\$727 (Hum Mil. Setecentos e Vinte Contos, Setenta e Quatro Mil e Setecentos e Vinte e Sete Réis) estes valores representavam os maiores investimentos militares da época. In: MELLO, Saulo Alvaro de. *Arsenal da marinha em Mato Grosso. Projeto político de defesa nacional e de disciplinarização do trabalho. Do planalto à planície pantaneira (1719-1873)*. Dissertação de Mestrado. UFGD. Dourados, 2009, p. 245; GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Mato Grosso (1850-1889): uma Província na Fronteira do Império*. São Paulo: UNICAMP. Dissertação de Mestrado em Economia, Instituto de Economia, Universidade de Campinas, 2001. p. 127.

captação do Pantanal pela expansão econômica Paulista; que por sua vez, contribuiu para a acentuação deste processo (NEVES, 2007, p. 121).

Ao longo dos trilhos da Noroeste do Brasil, cidades como Aquidauana e Miranda ganharam um novo impulso econômico e contatos com o Sudeste. A estação ferroviária de Aquidauana foi fundada em 21 de dezembro de 1912, e possibilitou um maior fluxo de pessoas, atraídas pelas riquezas da região. O Governador do Estado Joaquim Augusto da Costa Marques, em visita ao Sul do Estado em 01 de outubro de 1912, mencionou a construção das oficinas da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil na Vila de Aquidauana. Destaca a cidade como a “[...] maior e mais populosa do sul do Estado [onde] já se notam muitos prédios novos e bem conservados e muitos outros em construção, sendo bem delineadas as suas ruas e praças” (MATO GROSSO, 1913, p. 9).

Joaquim Augusto da Costa Marques, destacou ainda a existência de várias casas comerciais, tanto na margem esquerda quanto na margem direita do Rio Aquidauana, e a pujança da economia local baseada na pecuária. A “*Síntese Histórica de Aquidauana*” (NEVES, 2007), documento produzido por João de Almeida Castro (Jango de Castro), em junho de 1913, um dos signatários da Ata da Fundação de Aquidauana, arrolando os fatos envolvendo a fundação e principais atividades econômicas da cidade, apresenta dados conflitantes aos apresentados por Joaquim Augusto da Costa Marques, referentes aos rebanhos da Vila.

Tabela 1 – Quadro comparativo dos rebanhos em Aquidauana em 1912 e 1913

Especificação	Costa Marques*	Castro
Bovinos	150.000	126.000
Equinos	15.000	2.800
Muare	3.000	450
Caprinos	600	250
Laníferos	900	600
Suínos	3.000	2.500

* Relatório publicado em 1913, com dados recolhidos em 1912.

Fontes: CASTRO (1913); MATO GROSSO (1913).

Os dados apresentados por Costa Marques são de outubro de 1912 e os de Jango de Castro datam de junho de 1913, portanto um período relativamente pequeno para tal discrepância. Mesmo discrepantes em relação ao rebanho, ambos demonstram em seus números, a pujança da pecuária na região. Para Jango de Castro a produção pastoril constituía a principal fonte de riqueza de Aquidauana nos primórdios de sua fundação, pois “[...]”

existem muitas fazendas de criação de gado bovino, muar, cavalari, lanígero e suíno, sendo o primeiro em maior número” (CASTRO, 1913).

A presença dos rebanhos descritos por Jango de Castro (1913) e Costa Marques (1912) em Aquidauana possibilitou a instalação de charqueadas na região e a expansão da pecuária, graças aos contatos com o Sudeste, favorecidos pela construção da Estrada de Ferro.

É interessante destacar que o traçado inicial da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil ligaria Bauru a Cuiabá, entretanto, entretanto o Decreto Presidencial n. 6463, de 25 de abril de 1907, alterou seu traçado a partir do Km 309, de acordo com Relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.

No intuito de melhorar o traçado da linha para Mato Grosso, de que é concessionária a Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil, expediu o Governo em 1907 o decreto n. 6463, de 25 de abril, inovando o contrato, de modo a alterar, a partir do quilômetro 309, o primitivo traçado da estrada, que, em vez de tomar a direção de Cuiabá, devia, a partir daquele ponto, procurar a travessia preferível do Rio Paraná, nas imediações da corredeira do Jupuí, e, passando por Aquidauana, ou outro ponto mais conveniente do curso francamente navegável do Rio Paraguai ou de afluente seu, encaminhar-se para Corumbá (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, 1908, p. 1110).

O novo traçado da estrada de ferro favoreceu sobremaneira o Sul de Estado, principalmente ao atingir o Porto de Corumbá e, a partir daí, os mercados platinos e do sudeste brasileiro. Os estudos do novo traçado foram feitos pelo engenheiro Emilio Schnoor, acompanhado pelo engenheiro do Estado de Mato Grosso Antonio Gravatá, para reconhecimento e estudos dos Rios Aquidauana, Miranda e do Pantanal. Após estes estudos e exploração do Rio Paraná no trecho de Jupuí e Urubupungá para a construção da ponte no vão do Paraná, e transposição dos Rios Sucuriú, Pombo, Verde, Pardo e das Botas até Campo Grande, na região das Vacarias, o projeto seguiu pelo Rio Aquidauana, até a vila de nome homônimo, onde o Engenheiro Emilio Schnoor instalou seus escritórios (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, 1908 p. 1111-2). Sobre a Vila de Aquidauana, os engenheiros responsáveis pelos estudos exploratórios e sobre o melhor traçado para a Estrada de Ferro, teceram os seguintes comentários:

A villa de Aquidauana, situada numa estreita lomba de terra alta entre o rio do mesmo nome e o pantanal do ribeirão João Dias, no extremo leste da grande baixada mato-grossense, é de origem recente (1894). Têm cerca de 80 casas e uns 500 habitantes, e constitue importante núcleo de commercio

na região (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, 1908 p. 1117).

De acordo com relatório do Engenheiro Emilio Schnoor, para os trabalhos até Porto Esperança havia necessidade de instalação de quatro estações de 3ª classe (numa grandeza que ia até quatro), sendo elas: Miranda, Aquidauana, Campo Grande e Itapura. Ainda em Aquidauana, Boa Vista, Campo Grande e Itapura haveria pequenos depósitos de locomotivas, carros e oficinas de reparos. Queiróz lembra que um empreendimento ferroviário mobiliza expressivos contingentes humanos, além de recursos materiais e financeiros “[...] quer uma ferrovia ligue o ponto A ao B ou o C ao D, o que permanece de pé é que sua construção consome equipamentos e mobilizam empreiteiras, gerando lucros, empregando pessoal, etc.” (QUEIRÓZ, 1997, p. 108). Desta mobilização de recursos se beneficiou a Cidade de Aquidauana, com a instalação de um parque de manutenção, estação, casas de funcionários – a Vila Ferroviária de Aquidauana – além de possibilitar o barateamento e rapidez em suas ligações com o Sudeste.



Figura 2 - Oficinas da NOB, Aquidauana 1914. Depósito provisório de locomotivas AYALA, S. Cardoso; SIMON, Feliciano (Orgs.). *Álbum Gráfico do Estado de Mato Grosso*. Corumbá; Hamburgo: [s. n.], 1914, p. 155.

Tanto a pecuária, como suas relações com São Paulo ganharam maiores impulsos com a instalação da Ferrovia, fator que possibilitou o escoamento da carne boi e seus derivados para os centros consumidores, tanto em nível nacional, quanto internacional. Seguindo essa linha de considerações, a partir de 1914, Aquidauana, passou por um processo de recrudescimento econômico e social, haja vista, tornou-se uma cidade próspera em

comparação com as cidades circunvizinhas que a antecederam, como Nioaque e Miranda, da qual se emancipou.

Reforçando a questão dos móveis determinantes do desenvolvimento econômico inerente à região, Wilcox destaca que Mato Grosso, à época da Primeira Guerra Mundial, foi inserido no mercado nacional vendendo gado em pé em grandes quantidades para abatedouros de São Paulo, por meio da ferrovia, aumentando as suas pastagens, os abates e a necessária infraestrutura a esta atividade.

A contar com os serviços de transporte ofertados pela estrada de ferro, os fazendeiros do Sul de Mato Grosso poderiam usufruir desse meio de transporte caracterizado pela eficiência, à época – conferia a proximidade entre o Sul do estado aos centros mais desenvolvidos: São Paulo e Rio de Janeiro. Exportando charque, e diminuindo a influência de capitais platinos, argentinos e uruguaios, ligados às charqueadas, a ferrovia, abriu “a possibilidade de exportar o charque via estrada de ferro, estimulou o desenvolvimento, junto aos trilhos” (NASCIMENTO, 1992, p. 12).

Para Queiróz (2008), os efeitos da Primeira Guerra Mundial no Sul de Mato Grosso se fizeram presentes na multiplicação do número de charqueadas, cuja produção tradicionalmente direcionada ao mercado interno, tendeu a ser encaminhada ao mercado europeu. Neste sentido a atração da economia paulista sobre Mato Grosso foi reforçada com a irrupção do conflito.

Mato Grosso, já estabelecido como um importante produtor de carne bovina para o mercado paulista, foi rapidamente inserido na economia nacional da época da guerra, exportando crescentes quantidades de gado em pé para os abatedouros de São Paulo e expandindo as pastagens, os abates e a necessária infra-estrutura. A guerra e o período imediatamente subsequente garantiram a definitiva participação de Mato Grosso no capitalismo nacional e internacional – uma situação da qual essa região havia desfrutado apenas de modo periférico, [...] nas décadas anteriores (WILCOX *apud* QUEIRÓZ, 2008, p. 54).

O aumento da demanda pelo charque, consumido pelos países beligerantes, não só estimulou a produção do charque, mas também a exportação de gado em pé (QUERÓZ, 2008).

Seja como for, dentre os 22 estabelecimentos charqueadores mato-grossenses referidos por um autor em 1923, a maioria (13) localizava-se à margem da NOB (cf. MARQUES, 1923, p. 162-164), e a participação da ferrovia no transporte da produção mato-grossense de charque, que era de

menos de 15% em 1919, elevou-se já em 1930 a mais de 80%. (QUEIROZ, 2004, p. 413).

Para Virgílio Correa Filho, após o conflito o ambiente econômico e social do pantanal fez com que os fazendeiros aprendessem a conseguir melhor preço dos rebanhos junto aos compradores, tinha-se transfigurado, com a valorização das terras e do gado, graças à entrada de capitais no estado, oriundos do sudeste e dos países do prata (CORRÊA FILHO, 1955, P. 35-6).

Em 1925, o estado contava com vários empreendimentos, entre eles 13 charquedas, localizadas as margens dos rios Cuiabá, Piraim, Paraguai, Miranda e Aquidauana. Às margens do Rio Aquidauana, destacava-se a charqueada de Pinsdorff & Cia. Neste cenário, Aquidauana conforme o Departamento Estadual de Estatística, destacou-se na produção de charque, produzindo em 1952 quase duas toneladas de charque (1.912.671 kg) (CORRÊA FILHO, 1955, p. 36).

As relações de proximidade que a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil materializou entre o Sul de Mato Grosso e os estados mais desenvolvidos do país, como São Paulo e Rio de Janeiro, como já dito, desencadearam mudanças nos setores, econômico, político e social da região.

É importante lembrar, ainda que essa relação de Aquidauana e o sudeste do país não se constituiu apenas no aspecto econômico, mas também cultural, o que contribuía de forma bastante expressiva para os cidadãos se informarem quanto aos acontecimentos políticos de relevância para a nação, seja por meio das viagens ou pelo acesso aos jornais que chegavam como, por exemplo, o Estado de São Paulo segundo o depoimento da entrevistada A.

2.2 A expansão da escolarização primária

O desenvolvimento econômico e urbano do Sul de Mato Grosso, nesse contexto histórico, também facilitou a aproximação cultural entre as duas regiões, o que criou condições para a penetração de influências da reforma paulista de 1893 em Mato Grosso, quando os grupos escolares assumiram papel decisivo na expansão da instrução pública,

Na região sulista de Mato Grosso, a institucionalização da escola primária se deu de maneira paulatina, assim como ao norte. Pode-se afirmar que esse processo se efetivou conforme as condições materiais que engendraram o desenvolvimento da região, ou seja, a

implantação e consolidação da educação em suas diversas modalidades fez-se mister a partir de uma conjuntura de fatores, dentre eles, citam-se em primeira ordem: a intensificação do desenvolvimento econômico e crescimento demográfico.

Em suma, no momento em que as condições materiais emergiram, tornou-se premente a instrução, sobretudo, tal aspecto pode ser observado a partir da Reforma da Instrução Pública de 1910 de Pedro Celestino Corrêa da Costa, cujo projeto de modernização do Estado passava pela expansão da instrução pública e a conseqüente preocupação com a formação de professores pelas Escolas Normais. Com relação à instrução pública, o governador mencionou a existência de duas escolas, uma do sexo masculino e outra do sexo feminino, mal instaladas em casas alugadas. Havia ainda segundo ele a necessidade de se instalar mais uma escola na margem esquerda (atual cidade de Anastácio) em virtude da demanda exigir tal providência, sendo “[...] muito necessária a construção de um bom prédio destinado ao funcionamento das escolas reunidas, dado o aumento da população dessa vila” (MATO GROSSO, 1913, p. 10)²².

Como parte da reforma da instrução pública, em Mato Grosso, como citado anteriormente, foi autorizada a criação de grupos escolares nas principais cidades do estado: Cuiabá, Cáceres, Poconé, Rosário Oeste, Corumbá, Campo Grande, Aquidauana, Três Lagoas e Ponta Porá (OLIVEIRA, 2009, p. 115). Somente alguns anos depois, contudo, que o Bispo de Prusíade, D. Aquino Corrêa, Presidente do Estado de Mato Grosso, em visita ao Sul do Estado, lançou em 1920 a pedra fundamental do Grupo Escolar Antonio Corrêa, na cidade de Aquidauana, como parte das comemorações do Bicentenário da fundação da cidade de Cuiabá. Neste período, havia no estado 5 grupos escolares e 142 escolas isoladas. Das escolas isoladas, 5 estavam na cidade de Aquidauana²³.

Nessa perspectiva, D. Aquino Corrêa, a partir da Resolução nº 846, de 3 de novembro de 1921, criou três grupos escolares no Sul de Mato Grosso, com sede nas cidades de Campo Grande, Três Lagoas e Aquidauana²⁴. Três anos mais tarde, em 10 de março de 1924, passou a funcionar, na cidade de Aquidauana, o primeiro grupo escolar, o Grupo Escolar Antonio Corrêa, cuja denominação foi dada pelo Decreto nº 669, de 5 de junho de

²² A inexistência de um prédio necessário à instalação de uma escola, observado pelo Presidente, somente seria criado em 1921 pelo Bispo Dom Francisco Aquino Corrêa, à época, Presidente do Estado de Mato Grosso (MATO GROSSO, 1913).

²³ Mato Grosso (1919 p. 32-34)

²⁴ Nesta época já funcionava, na margem esquerda do Rio Aquidauana (atual cidade de Anastácio), a Escola Primária Mixta criada pelo Decreto nº 536, de 21 de janeiro de 1921, tendo como professores Haydeé Corrêa Cardoso, Paulino Anderson e Emília Bodstein (ROBBA, 1992).

1924. Inicialmente funcionou a Rua Marechal Mallet, em prédio alugado, sendo o primeiro diretor o Professor João Tessitore Júnior, e as primeiras professoras: Anísia Buchara, Dalila Alves de Souza e Leonor D'Avila, empossadas em 15 de março de 1924.

Como se pode observar, o processo de implantação dos grupos escolares ao Sul do estado se materializou nas cidades cujo crescimento populacional, atrelado ao desenvolvimento econômico passaram, de certa forma, a compor e alterar o seu *modus vivendi*. Portanto, no caso de Aquidauana, a necessidade de um grupo escolar, que se tornou premente desde 1914, com a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e, conseqüente chegada, nas décadas de 1920 e 1930, de imigrantes de diversas nacionalidades, sírios, libaneses, turcos, gregos, italianos e japoneses (ROBBA, 1992), só se materializou uma década depois.

Determinada por essas condições, o agrupamento das escolas reunidas em um único prédio na cidade de Aquidauana, com a criação do Grupo Escolar Antônio Corrêa, era parte do projeto de reorganização do sistema de ensino em Mato Grosso. Este projeto fazia parte das tentativas de modernização implantadas pelo regime republicano, onde a participação política do cidadão por meio do voto tornava a expansão da instrução primária indispensável para a consolidação do regime: os grupos escolares foram pensados para ser a escola da república (SOUZA, 1998, p. 27). Este projeto de modernização foi incorporado pela política educacional em Mato Grosso.

A educação em Mato Grosso, logo após o advento da República, foi pensada no interior de um processo modernizador que pretendia equipará-la aos padrões dos Estados mais desenvolvidos da nação, e, nessa direção, a população deveria ser formada para bem retratá-la diante dos mais “cultos”. Sob essa orientação, as escolas foram incorporadas a um sistema mais amplo da Instrução Pública, cuja estrutura organizacional tinha no topo da pirâmide os presidentes de Estado, seguidos dos Diretores Gerais, da Inspeção, dos Diretores das escolas e, por fim, dos professores e alunos (REIS, 2006, p. 208).

Traços desse intento modernizador, no entanto, só se materializaram quando tal necessidade se fez premente na região, e o Estado, portanto, arregimentou as condições suficientes para a empreita. No ano de 1929, a Prefeitura Municipal de Aquidauana doou ao governo estadual dois terrenos situados à Rua 27 de Junho, de frente à Praça Afonso Pena, para a construção de nova sede para o Grupo Escolar Antonio Corrêa. Desta forma, no ano de 1930, o Grupo Escolar Antonio Corrêa mudou-se para o novo e suntuoso prédio, construído pelo Estado.

A arquitetura dos grupos escolares caracterizava-se por prédios imponentes cuja função maior seria a valorização da simbologia de serem as luzes da República, como destacam Faria Filho e Vidal.

[...] A arquitetura monumental, os amplos corredores, a altura do pé-direito, as dimensões grandiosas de janelas e portas, a racionalização e a higienização dos espaços e o destaque do prédio escolar com relação à cidade que o cercava visavam inculcar nos alunos o apreço à educação racional e científica, valorizando uma simbologia estética, cultural e ideológica constituída pelas luzes da República (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 25).



Figura 3 - Prédio do antigo Grupo Escolar Antonio Corrêa (1930), Aquidauana 2011.
Fonte: Luciana Belissimo de Carvalho (arquivo pessoal).

Após esse período de criação e implantação dos Grupos Escolares no transcorrer dos anos de 1920, nas principais cidades sulistas, já no limiar da década de 1930, Mato Grosso contava com 11 grupos escolares, assim distribuídos: a região sul contava com seis estabelecimentos, enquanto ao norte podiam ser contabilizados cinco grupos escolares. Nesse período, as matrículas nos diversos grupos escolares do estado constituíam um percentual de 3854 alunos, sendo 1712 pertencentes aos estabelecimentos do sul e 2142 aos estabelecimentos do norte. Vejam-se as tabelas 7 e 8.

Tabela 2 – Número de matrículas nos grupos escolares em Mato Grosso – região norte (1930)

Grupos escolares	Cidades	Matrículas
-------------------------	----------------	-------------------

Barão de Melgaço	Cuiabá	1040
Senador Azeredo	Cuiabá	510
Presidente Marques	Rosario Oeste	168
Poconé	Poconé	201
Esperidião Marques	Cáceres	223
Total		Total
5		2142

Fonte: Mato Grosso, 1931. Organização: A autora, 2013.

Ao tomar como parâmetro o quantitativo dos grupos escolares existentes na região norte, bem como o total geral de matrículas torna-se possível concluir que a expansão dos grupos escolares na região sul, entre eles, o Grupo Escolar Antônio Corrêa constituía-se significativa apesar da inexistência de uma instituição formadora de professores normalistas para suprir tal demanda, a qual se materializou apenas em 1950. Pois, ao relativizar o percentual de matrículas dos grupos escolares da região norte e sul, torna-se patente que, à época, que o quantitativo de matrículas nos grupos escolares sulistas não se encontrava em grandes diferenças, uma vez que o número de alunos que expressava a demanda pela escolarização primária em toda a região sul se encontrava em um déficit de 430 alunos em relação ao norte de Mato Grosso, dados que se confirmam a partir da tabela abaixo.

Tabela 3: Número de matrículas nos grupos escolares em Mato Grosso – região sul (1930)

Grupos escolares	Cidades	Matrículas
Luiz de Albuquerque	Corumbá	353
Caetano Pinto	Miranda	167
Antônio Corrêa	Aquidauana	278
Joaquim Murtinho	Campo Grande	374
Affonso Penna	Três Lagoas	286
Mendes Gonçalves	Ponta Porá	254

Total: 6**Total: 1712**

Fonte: Mato Grosso, 1931.
Organização: A autora, 2013.

Conforme registrado em Relatório apresentado ao Secretário Geral do Estado, pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Prof. Franklin Cassiano da Silva, em 15 de Abril de 1931 pode-se visualizar a partir da tabela que o quantitativo de alunos matriculados no Grupo Escolar Antonio Corrêa, principal instituição de instrução primária da cidade de Aquidauana totalizava-se 278 alunos, fator que demonstra a crescente demanda pela escolarização e a decorrente necessidade de professores normalistas (MATO GROSSO, 1931).

Entretanto, no tocante aos estabelecimentos da região sul, em particular, inicialmente enfrentaram condições materiais precárias para o seu devido funcionamento, o que se tornou patente a partir de registro em relatório apresentado pelo Prof. Franklin Cassiano da Silva, Diretor de Instrução Pública, ao Secretário Geral do Estado, em 1931.

A situação geral do ensino naquela zona, é lastimável, pela falta quase que completa de material didactico assim como pela desorientação em relação ao emprego de methods. Entregue geralmente as direcções dos estabelecimentos às pessoas leigas, sem tirocinio no magistério, transformou-se assim o cargo de diretor de Grupo, de uma função essencialmente tecnica para a de simples burocracia. Por outro, lado, na maioria dos grupos escolares, o corpo docente é quase todo constituído de pessoas sem preparo tecnico, necessario, dahi a confusão, a falta de orientação segura, que se note, geralmente referido estabelecimentos. Procurei, na medida do possível, dar uma organização homogenea aos grupos por mim visitados e tenho esperança que de alguma utilidade tenha sido minha visita a esses estabelecimentos. (MATO GROSSO, 1931. Os grifos são nossos.).

No tocante a Aquidauana, é evidente, portanto, de acordo com Robba (1992) que o processo imigratório/migratório desde a década de 1920 e décadas subsequentes contribuiu de forma expressiva para o crescimento populacional da cidade, fator que desencadeou maiores demandas pela escolarização primária. À medida que se intensificava a procura pela escolarização, contudo tornava-se visível as condições materiais precárias fundamentais à efetivação desse atendimento que, portanto foram engendradas paulatinamente. Assim convém ressaltar como apontadas pelo Prof. Franklin Cassiano da Silva, Diretor de Instrução

Pública, ao Secretário Geral do Estado, em 1931, as condições lastimáveis de funcionamento do ensino, no então Sul de Mato Grosso.

- a) Falta quase que completa de material didactico;
- b) Desorientação em relação ao emprego de methods;
- c) Entregue geralmente as direcções dos estabelecimentos às pessoas leigas, sem tirocinio no magistério;
- d) O corpo docente é quase todo constituído de pessoas sem preparo tecnico, necessario, dahi a confusão, a falta de orientação segura.

Observa-se pelos apontamentos do diretor que a situação geral de funcionamento do ensino público não se definia por condições favoráveis ao desenvolvimento desse serviço, ao contrário, além da queixa acerca da falta quase completa de material didático, tornam-se evidente em sua fala as condições de despreparo em que se encontrava o corpo docente que dirigia e ministrava a instrução na década de 1930. Pois o referido relatório constituiu-se bastante enfático ao destacar a falta de qualificação técnico-pedagógica do professorado, uma vez que relata a desorientação dos professores em relação à aplicação dos métodos de ensino, o que se tornava expressa pela desorientação dos professores.

Nessa perspectiva, ficaram claras as dificuldades que as escolas públicas enfrentavam em relação ao funcionamento, em especial, ao expor que a maioria dos cargos de direção estava entregue às pessoas caracterizadas como leigas, por conseguinte, pessoas sem experiência no magistério, ou seja, nas palavras do diretor, sem tirocínio. Dessa forma, o corpo docente, também não fugia à regra, logo, o quadro docente que ministrava o ensino, à época, compusera-se em sua maior parcela de pessoas sem preparo técnico necessário o que segundo o relatório desencadeava a confusão e a falta de orientação segura para o desenvolvimento do ensino.

Outras informações sobre o ensino primário em Aquidauana foram encontradas para os anos 1940, quando é possível averiguar um aumento considerável referente ao número de matrículas na principal instituição de escolarização primária de Aquidauana (tabela 8).

O Relatório referente ao ano de 1943, do Diretor Geral da Instrução Pública Prof. Francisco A. Ferreira Mendes evidenciou, naquele ano, que o corpo discente do Grupo Escolar Antônio Corrêa integrou um expressivo aumento de alunos, sendo 481 alunos de ambos os sexos matriculados, com frequência média anual de 342,5; 233 aprovações nos

exames finais; 59 reprovações, uma vez que 95 alunos deixaram de comparecer. Para tanto, o corpo docente se compunha de 12 professoras, assim distribuídas: 8 efetivas e 4 interinas, e havia 11 salas de aula em funcionamento (MATO GROSSO, 1943).

Desta forma, o ensino público matogrossense estruturava-se nos seguintes graus: a) primário; b) de especialização; c) secundário; d) comercial. Entretanto, torna-se pertinente frisar que a formação profissional para o exercício do magistério destinado ao ensino primário realizava-se, como já comentado anteriormente, pelo *curso de especialização para professores*, após o ano de 1937, quando o Interventor Federal Júlio Strübing Müller promulgou o Decreto nº 112, de 29 de dezembro de 1937, o qual estabelecia a incorporação das Escolas Normais Pedro Celestino e Joaquim Murtinho, respectivamente, na capital Cuiabá e na cidade de Campo Grande, aos Liceus, estabelecimentos de ensino secundário.

Desta forma, os candidatos ao magistério primário deviam se matricular no Curso de Especialização para professores oferecido pelos Liceus, com duração de um ano. O Estado permaneceu sem Escolas Normais por um período de sete anos, quando promulga-se a Lei nº 834, de 31 de janeiro de 1947, que restabeleceu o ensino normal em todo o estado (MATO GROSSO, 1948).

No que se refere ao ensino primário²⁵, na primeira metade da década de 1940, no perímetro urbano do município de Aquidauana, o mesmo era oferecido no Grupo Escolar Antônio Corrêa e nas Escolas Reunidas Teodoro Rondon, criada pelo Decreto-Lei nº 24, de 16 de Setembro de 1936, localizada à margem esquerda do Rio Aquidauana e, ainda, em duas Escolas Distritais.

²⁵ Nesse período, o ensino primário organizava-se segundo o “Regulamento da Instrução Publica Primaria do Estado de Matto-Grosso” (Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927). Assim, o referido regulamento estabelecia que o ensino, nessa modalidade, fosse oferecido em cinco tipos de escolas públicas: 1) as escolas isoladas rurais definidas pelas escolas situadas a mais de 3 km da sede do município, cuja finalidade era ministrar a instrução primária rudimentar em dois anos; 2) as escolas isoladas urbanas localizadas até 3 km da sede do município, cujo curso tinha duração de três anos; 3) os cursos noturnos que funcionavam em até 3 km da sede do município, com duração de três anos, porém oferecido para meninos de mais de 12 anos, trabalhadores que não podiam frequentar as escolas em período diurno; 4) as escolas reunidas localizadas por um raio de até 2 km da sede do município, pois reuniam três ou mais escolas isoladas com a frequência mínima de 80 alunos, assim, essas escolas deviam ter no mínimo três classes e no máximo sete classes. O curso em três anos era oferecido em programa próprio atendendo o regimento dos grupos escolares; os grupos escolares localizados até 2 km da sede, com um total mínimo de 8 classes, deviam se estabelecer em regiões onde houvesse um quantitativo de 250 crianças em idade escolar. Torna-se necessária a definição de outras duas nomenclaturas de escolas públicas primárias, que aparecem do decorrer do estudo: são elas, as escolas regimentais e as escolas distritais. Observa-se que ambas eram escolas isoladas cuja diferenciação se dava pela localização e tipo de alunos que atendiam. Nota-se que as escolas regimentais, que entre os anos de 1941 e 1942 funcionavam em número de 12 em Mato Grosso, tinham por finalidade ministrar a instrução primária aos adultos que serviam às fileiras do Exército Nacional e à Força Policial do Estado. Quanto às escolas distritais, eram estabelecimentos isolados, que por sua vez, se localizavam na sede dos distritos das diversas cidades do Estado (BRITO, 2001).

Tabela 4 – Números de Matrículas nas Escolas Estaduais em Aquidauana em 1943

ENSINO PRIMÁRIO	MATRÍCULA	ANO	LOCALIDADE
Grupo Escolar Antônio Corrêa	481	1943	Aquidauana
Escolas Reunidas Teodoro Rondon	121	1943	Aquidauana
Total: 2	Total: 602		

Fonte: Mato Grosso, Relatório 1943.

Organização: A autora, 2013.

Nesse contexto, a classe dominante de Aquidauana, ou seja, os detentores do poder econômico e político propalava enquanto *desideratum* propulsor do progresso, o acesso à escolarização primária, uma vez que podemos encontrar essa assertiva no Jornal do Povo (1937), que veiculava certo apelo à extinção do analfabetismo, com o escopo precípua de construir a igualdade entre os cidadãos, dando-lhes expressão social, ao livrá-los da ignorância.

É uma monstruosidade, uma aberração inqualificável, deshumana, no nosso século, ainda, se observar num paiz como o nosso, onde o homem em geral é inteligente e de índole bôa, uma porcentagem de analfabetos de quase três quartas partes de sua população, que se torna quasi um peso morto, com insignificante poder econômico e quasi sem expressão social. Precisamos, pois, extinguir o analfabetismo do paiz, por patriotismo, por altruísmo, por solidariedade humana. (...) Para isso devemos empreender uma nova campanha abolicionista, esta, porem, da libertação dos escravos da ignorância. (...) É indispensável que em todos os recantos do paiz a luz da instrução seja tão intensa quanto a luz do sol. (...) O Brasil será admirado, quando no mais longínquo dos seus sertões não houver um analfabeto! (JORNAL DO POVO, 1937, p. 2).

Em face de tais considerações, a fim de não prescindir do foco da abordagem acerca das determinações históricas que se consubstanciaram na materialização da primeira instituição de formação escolarizada do professor primário, observa-se que a classe detentora do poder político-econômico, em Aquidauana, estava imbuída das “ideias modernizantes”, que desde, os anos de 1920, faziam-se patentes no discurso dos intelectuais e políticos em todo o país, que se dispuseram a pensar, avaliar e projetar uma nova sociedade a partir da educação (NAGLE, 2001; SAVIANI, 2010).

O discurso político nacional postulava forte crença na educação, vista, portanto, como o mais potente instrumento de solução das mazelas sociais, ao passo que livraria as massas da condição de ignorância. A condição de ignorância constituiu-se, na concepção dos

intelectuais, a causa do “atraso da nação”. Se se expandisse a rede de escolarização, contudo se romperia, em definitivo com os resquícios da antiga ordem social, a qual padeceu pela falta de instrução. Ou seja, por meio da instrução pública de oferta estatal tornar-se-ia possível elevar à nação ao patamar dos países denominados civilizados, aqueles em que a ordem capitalista de produção se encontrava num patamar de desenvolvimento mais avançado.

Essa visão não deixou de influenciar o discurso de intelectuais e políticos de Mato Grosso desde o início do século XX, no âmbito da instrução pública, desde a Reforma do Governador Pedro Celestino Corrêa da Costa (1908- 1911), expedida em 1910, configurou uma tentativa de imprimir maior organização no ensino primário e, conseqüentemente, promoção do desenvolvimento do Estado; até meados do século XX, marco temporal deste trabalho, quando o contexto educacional passou a contar com uma diretriz mais objetiva em relação a consolidação da instrução pública.

Nessa linha de interpretação, observa-se que no início da segunda metade do século XX, em Aquidauana, se encontravam em funcionamento um número considerável de escolas públicas estaduais e municipais, além dos dois estabelecimentos principais: o Grupo Escolar Antônio Corrêa e o Grupo Escolar Teodoro Rondon.

Quadro 2- Município de Aquidauana – quantitativo de escolas públicas em funcionamento em 1953

Grupos Escolares	Antônio Correa Teodoro Rondon
Escolas Reunidas	Escolas Reunidas “Bairro Alto”
Escolas Rurais Mistas	Bairro Alto Barreiro Vermelho Cipó Discípulos de Jesus Estação de Camisão Esperança Furnas Fazenda Rio Negro Jango Laranjalzinho
Escolas Rurais	Morrinho Pulador Piraputangas São José do Douradão Anta Escola Regimental 1/5 R.D.C. Vila Trindade Visconde de Taunay (masculina e feminina)
	Total: 21

Fonte: MATO GROSSO, 1953.

Essas escolas, em funcionamento, no início da década de 1950, demonstram o processo de aceleração da expansão da educação pública, tanto na zona urbana, quanto na zona rural. Vejamos que, no referido período, o município comportava um quantitativo de 21 escolas instaladas, fator que impelia de certa forma a necessidade de professores habilitados para dirigir e ministrar a instrução pública, no caso particular, os normalistas em primeira instância.

Desta forma, convém sublinhar o fato de que foi a partir dessa formação histórica que a criação da Escola Normal Jango de Castro fez se presente, portanto originou-se no conjunto das demandas oriundas do desenvolvimento local, em especial, a expansão da escola primária no município como demonstrado. Tecidas essas considerações, passemos em revista, o capítulo seguinte, a fim de reconstituir as especificidades históricas da instituição de modo a evidenciar as contradições inerentes a tal realidade, desde o início da década de 1950 até a sua extinção nos anos de 1970.

CAPÍTULO III

A PRIMEIRA ESCOLA NORMAL DE AQUIDAUANA: ESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS PRÁTICAS DE ESCOLARIZAÇÃO DO PROFESSOR PRIMÁRIO: 1949-1975

A cidade de Aquidauana, durante todo o século XX, embora caracterizada por um estágio de desenvolvimento capitalista menos desenvolvido, marcado pela economia agrária, em relação aos Estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, não deve ser tomada enquanto uma região excluída do processo de expansão do modo capitalista de produção.

Observa-se que o desenvolvimento da região, dadas as suas peculiaridades, se efetivou de forma paulatina, sendo intensificado com a chegada dos trilhos da Noroeste do Brasil, em 1914 (BITTAR, 2004). Esse contexto foi marcado pelo aumento populacional, ao passo que a ferrovia possibilitou a instalação de imigrantes/migrantes²⁶ na cidade. Dessa forma, Aquidauana recebeu esse contingente populacional, fator que integrou uma das determinações para a criação da escola normal, enfim, contribuiu no processo de geração da demanda pela escolarização primária e, em decorrência, a necessidade de uma Escola Normal, com vistas a garantir a oferta da escolarização primária no município.

3.1 Instalação física da Escola Normal Jango de Castro: infraestrutura e recursos materiais

Como parte do desenvolvimento e ampliação do Ensino Normal, no Sul de Mato Grosso pela ação estatal, no ano de 1949, criou-se mediante a Lei nº 342, de 13 de dezembro de 1949, a Escola Normal de Aquidauana, a qual se designou “Jango de Castro”²⁷. Em síntese, assim determinava a seguinte lei publicada no Diário Oficial:

²⁶ Sobre o processo de imigração/migração ocorrido na cidade de Aquidauana, entre as décadas de 1920 e 1930, Robba (1992) fornece pistas relevantes.

²⁷ A Escola Normal de Aquidauana recebeu a denominação de Jango de Castro, pelo Decreto n. 887, de 22 de fevereiro de 1950, em homenagem póstuma realizada pelo Estado ao Cel. João de Almeida Castro (1860-1930), popularmente conhecido como Jango de Castro, comerciante e um dos subscritores da Ata de Fundação da Villa de Aquidauana, em 15 de agosto de 1892. Exerceu os primeiros cargos públicos que foram criados com o desenvolvimento da mesma, como primeiro juiz de paz, o primeiro agente dos correios, o primeiro delegado de polícia, enfim, era o intelectual do grupo de fundadores de Aquidauana e o maior propugnador de seu progresso (NEVES, 2007; ROBBA, 1992).

Lei n. 342, de 13 de dezembro de 1949. Autoriza o Governador do estado a celebrar com o Ginásio “Candido Mariano”, de Aquidauana um convênio para o efeito de criação de uma Escola Normal Estadual anéxa [sic] àquele Ginásio.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO: Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1. - Fica o Governador do Estado a celebrar com o Ginásio “Candido Mariano”, da cidade de Aquidauana, um convenio em virtude do qual o Estado manterá uma Escola Normal de 1. e 2. ciclos junto àquele educandário.

Artigo 2. – A Escola Normal deverá funcionar de modo que as suas aulas práticas de metodologia sejam ministradas no Grupo escolar “Antonio Correa”, daquela cidade.

Artigo 3. – A despesa decorrente da execução desta lei, correrá pela verba própria do orçamento.

Artigo 4. – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 13 de dezembro de 1949, 128º da Independencia e 61º da República.

ARNALDO ESTEVÃO DE FIGUEREDO

Carlindo Hugueney (MATO GROSSO, LEI 342, DIÁRIO OFICIAL, 1949).

Apesar de a referida lei estabelecer o funcionamento da escola normal de Aquidauana anexa ao Ginásio Candido Mariano, convém salientar que o referido Ginásio funcionava, à época, nas dependências do prédio do Grupo Escolar Antônio Correa. Dessa forma, eram oferecidas três modalidades de ensino em único prédio, isto é, o ensino primário, o secundário e a Escola Normal Jango de Castro.

A instituição formadora do professor para o exercício específico do magistério primário, embora criada em 1949, passou a funcionar de forma efetiva no início da década de 1950, conforme consta no Livro de Atas de Reuniões da Congregação da Escola Normal Jango de Castro, referente ao período que se estende de 9 de março de 1950 a 1º de maio de 1972 (ESCOLA NORMAL JANGO DE CASTRO, 1950):

Termo de Abertura das Aulas da Escola Normal Cel. “Jango de Castro”.

Aos quinze dias do mês de março de mil novecentos e cinquenta, no prédio do Grupo Escolar Antonio Corrêa, desta cidade, realizou-se a abertura das

aulas da Escola Normal Cel. “Jango de Castro”, criada pela Lei N. 342, de 13 de Dezembro de 1949, pelo Sr. Governador do Estado Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo.

E, para constar, eu, Maria de Lourdes Toledo Salustio Areias, secretária, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelo Sr. Diretor e Corpo Docente.

Aquidauana, 15 de março de 1950.

Antonio Salustio Areias – Diretor
 Diomar A. Piragibe Carneiro
 João Jorge Carneiro
 Balbina Maciel Sobreira
 Heitor Gomes Chaves
 Luis Mongelli
 Timotheo Rostey
 M^a de Lourdes Toledo Areias
 Ana Santana Pinto dos Santos

A Escola Normal Jango de Castro, no decorrer da sua trajetória histórica, não contou com prédio próprio. Tal constatação tornou-se expressa nos registros dos Livros de Atas e no depoimento das entrevistadas.

Todavia, não deixaram de ser empreendidas reivindicações ao governo estadual acerca da construção de um prédio próprio para o funcionamento da escola. Com relação ao assunto, localizou-se, entre outros documentos, um documento manuscrito nos arquivos da Base de Pesquisas Históricas e Culturais das Bacias dos Rios Aquidauana e Miranda – BPRAM – instalada no prédio Esther Sanches, do Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O referido documento, datado de 1953, afigura ser uma correspondência²⁸ dirigida por um cidadão comum, cujo destinatário era o Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa²⁹ (1951-1956). O assunto que ora se tratou se vincula a indignação de um cidadão aquidauanense frente ao veto do governador acerca da verba destinada ao prédio da escola normal. Nesse aspecto, torna-se patente uma atitude de protesto que, por sua vez, refletiu as lutas políticas³⁰ em Aquidauana, neste período, pois em resposta ao referido veto do

²⁸ O referido documento conta com a assinatura do cidadão, contudo, conforme os depoimentos coletados, a assinatura se define por um pseudônimo.

²⁹ Fernando Corrêa da Costa foi eleito duas vezes governador do estado de Mato Grosso, sendo o primeiro mandato compreendido de 1951-1956 e o segundo entre os anos de 1961-1965. Em ambos os mandatos representou o Partido da União Democrática Nacional (UDN) (PEREIRA 2013).

³⁰ Ver o trabalho de dissertação de Francisco Fausto Mato Grosso Pereira defendida no ano de 2013, no qual são tratadas de forma apurada as questões relacionadas às lutas políticas em Aquidauana, marcadas pela disputa em

governador, o eleitor anônimo deixou claro que sua indignação se transformaria em votos contrários ao governador, no próximo pleito eleitoral.

Apezar de gravemente doente, retido no leito, conforme não ignorais, e como fundador, neste Estado de 3 escolas mistas rurais com a ajuda simplesmente do Povo e da Cruzada Nacional de Educação, protesto contra tal impatriótica atitude que fere nossos brios e como repúdio, seja dada, na urnas, na próxima eleição, nossa resposta. (AQUIDAUANA, 1953).

Para efeitos de esclarecimento acerca do contexto político local convém sublinhar que entre os anos de 1948 e 1967 a União Democrática Nacional (UDN) manteve claro domínio no poder local,³¹ rivalizando-se com o Partido Social Democrático (PSD) e Partido Social Trabalhista (PST). Tal disputa também pode ser observada no plano político estadual no período de 1947 a 1966. Nesse contexto marcado por candentes disputas políticas, torna-se pertinente destacar que ambos os blocos partidários se alternavam no poder estadual (PEREIRA, 2013).

Partindo dessa premissa, segundo o depoimento da entrevistada A, o remetente da correspondência seria “um radialista ‘bocado’ de Aquidauana”. Todavia, a única rádio existente em Aquidauana à época era a Rádio Difusora³², nesse sentido, há fortes indícios de que a mesma “fazia política intensamente em favor da UDN” (PEREIRA, 2013, p. 94).

Em síntese é possível deduzir que a indignação desse cidadão comum ante o veto pelo Governador do Estado, Fernando Corrêa da Costa (UDN), da verba destinada à construção do prédio para o funcionamento da escola normal não passou de uma iniciativa isolada frente à sistemática política em âmbito local e estadual, uma vez que essa instituição de ensino não teve materializada a infraestrutura própria.

De acordo com o depoimento das entrevistadas e com os registros expressos no arquivo analisado, a Escola Normal Jango de Castro funcionou durante toda a extensão de sua trajetória - 25 anos no prédio do Grupo Escolar Antônio Corrêa.

torno da hegemonia entre os representantes da União Democrática Nacional (UDN) e os representantes do Partido Social Democrata, com predominância dos coronéis da UDN sobre os do PSD, no poder municipal.

³¹ No que diz respeito à periodização dos mandatos de prefeito e sua alternância no poder municipal, em Aquidauana descrevem-se: Delfino Alves Correa (1948-1950; UDN), Moisés de Albuquerque (1951-1954; UDN), Fernando Luís Alves Ribeiro (1955-1958; UDN), Antônio Salústio Areias (1959-1962; PSD), Fernando Luís Alves Ribeiro (1963-1966; UDN), Rudel Trindade (1967; UDN) (PEREIRA, 2013).

³² A Rádio Difusora de Aquidauana Ltda foi inaugurada no dia 16 de março de 1952, com seu estúdio na Rua Estevão Alves Corrêa, e seu transmissor instalado na Rua Mal. Deodoro (atualmente seus estúdios). Considerada por Pereira (2013) como um meio de comunicação de massa que desenvolveu um importante papel na formação da opinião pública, em decorrência manteve forte influência na política local.

Quanto à suficiência do espaço físico destinado ao funcionamento da escola, ou seja, o prédio do Grupo Escolar Antônio Corrêa observa-se certa discordância a partir das memórias dos entrevistados, haja vista, a maioria não atribuiu problemas a respeito, ao afirmar que o espaço era suficiente para comportar o número de alunos, uma vez que as salas de aulas definiram as salas de aulas como “salas amplas”, em comparação com a demanda em idade escolar, além da alegação de que o contingente populacional da cidade não favorecia altos índices de matrículas. Em média, as turmas, que compunham a clientela do ensino normal se traduziam em um quantitativo de 12 alunos.

Em contrapartida, a visão do Entrevistado F acerca do espaço físico destinado ao funcionamento da escola é oposta, ao definir o espaço como insuficiente para a realização das atividades do curso normal, tendo em vista que as salas de aulas suportavam as demandas quantitativas de três modalidades de ensino. Para atender a demanda em ampliação do ensino primário que dividia as salas com o ensino secundário e normal, em virtude da falta de espaço necessário relatada pelo Entrevistado F, existiam soluções em andamento. O ginásio logo se transferiu para prédio próprio, onde depois funcionou o Fórum da cidade, o que ocorreu após construção do novo prédio (instalação atual da Escola Estadual Cândido Mariano) do Ginásio Estadual Cândido Mariano. Ainda, no que se refere a limitação de espaço para o funcionamento da Escola Normal Jango de Castro pode-se recorrer ao depoimento da Entrevistada E.

O espaço físico era bastante limitado. Constituíam-se de três salas de aula, para as três séries do curso (1º, 2º e 3º anos) e de uma sala que abrigava a diretoria e a secretaria da escola. As demais dependências do prédio pertenciam à Escola Modelo, uma escola de ensino primário (ENTREVISTADA E, 2013).

Em resumo, para abrigar o curso normal foram disponibilizadas pelo Estado três salas com mobiliário pertencente ao grupo escolar tais como: mesas, carteiras, cadeiras para professores que, por sua vez, se encontravam em bom estado de conservação, fator definido consensualmente nos depoimentos enquanto capaz de atender a demanda quantitativa do período (ENTREVISTADA A, 2013; ENTREVISTA B, 2013; ENTREVISTA C, 2013; ENTREVISTA D, 2013). Apesar de a instituição não possuir mobiliário próprio, exibia um piano, objeto considerado de luxo à época, o qual era utilizado nas apresentações formais: “A escola tinha um piano!” (ENTREVISTADA D, 2013).

Nessa perspectiva, a escola normal não contou com biblioteca, tampouco laboratório para o desenvolvimento das atividades, sendo o material didático, principalmente, os livros, fornecido pelo governo e definido pelos ex-funcionários como suficiente em relação à demanda.

No que tange o assunto observa-se a seguinte afirmação da ex-secretária da escola: “Recordo muito bem que a escola não disponibilizou biblioteca própria e também de laboratório. Lembro a sala da direção com vários livros, bons livros por sinal,³³ os quais poderiam ser utilizados tanto pelos professores da escola normal quanto pelas normalistas” (ENTREVISTADA D).

Em que pese a limitação de espaço necessário para o desenvolvimento das atividades voltadas ao curso de formação de normalistas é possível constatar por parte dos entrevistados uma definição positiva do curso normal ofertado na Escola Normal Jango de Castro.

O ensino normal em Aquidauana era considerado muito bom. Eu mesmo, que fui primeiro diretor do Ginásio Estadual Cândido Mariano, quando encampado pelo Estado, em virtude da falta de professores licenciados, procurei o Professor Antônio Salústio Areias, que era o diretor da Escola Normal, para me indicar alunos que se destacaram a fim de introduzi-los no ensino ginásial, o que teve muito bom resultado (ENTREVISTADO F, 2014).

Considerando-se aquela época, final da década de 60, podemos afirmar que o ensino oferecido pela escola normal contribuiu para a expansão da escola primária em Aquidauana e em Anastácio, município vizinho, pois quase todos os formados pela Escola Normal ingressaram no magistério público estadual e municipal, além de contribuírem também com as escolas particulares da região (ENTREVISTADA E, 2013).

Em face das condições de espaço para a realização das atividades voltadas à formação dos professores primários, observa-se uma visão de compensação no interior de toda essa dinâmica, ao passo que apesar dessas limitações, as informações acima indicam que a instituição atingiu o seu objetivo, em especial, na década de 1960, quando a maioria dos professores diplomados ingressou no magistério público estadual e municipal, além de contribuir com as escolas particulares da região.

³³ Apesar de a referida entrevistada classificar os livros didáticos usados nas atividades do curso normal como um material de boa qualidade a mesma não se recordou durante a entrevista dos títulos e/ou autoria desses livros.

3.2 Organização curricular: revendo sua trajetória

Em consonância com os marcos legais intrínsecos à educação pública, a instituição iniciou as suas atividades formativas, de acordo com a Lei Orgânica do Ensino Normal, instituída a partir do Decreto n. 8530, de 2 de janeiro de 1946, o qual organizava o curso normal em dois ciclos, ou seja, 1º e 2º ciclos. De acordo com esta estrutura organizacional, o curso de primeiro ciclo tinha por incumbência a formação de *regentes de ensino primário* com duração de 4 anos, e o curso de segundo ciclo garantia a *formação de professores primários* com duração de 3 anos (Art. 2).

Compreendia ainda o ensino normal, os *cursos de especialização para professores primários*, bem como os *cursos de habilitação para administradores escolares*, cuja atuação se vinculava ao ensino primário (Art.3), sendo estes últimos a serem ofertados numa instituição específica, o Instituto de Educação. Dessa forma, quanto aos estabelecimentos específicos de ensino normal, a referida lei estabelecia a existência de três tipos: o *curso normal regional*, a *escola normal* e o *instituto de educação*. Nessa perspectiva, podemos observar a estruturação do ensino normal, no Brasil, à época da criação da Escola Normal Jango de Castro no quadro a seguir.

Quadro 3 – Estrutura do Ensino Normal

ORGANIZAÇÃO DO ENSINO NORMAL - Lei Orgânica (1946)		
Tipos de estabelecimentos	Ciclo	Formação
Curso Normal Regional	1º Ciclo – duração de 4 anos	Regentes de ensino primário
Escola Normal	2º Ciclo – duração de 3 anos	Professores de ensino primário
Instituto de Educação	1º e 2º Ciclos	Professor, regente e administrador escolar

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir da Lei Orgânica instituída pelo Decreto - Lei n. 8530, de 2 de janeiro de 1946.

Segundo os parâmetros estabelecidos pela legislação nacional, na Escola Normal Jango de Castro seriam ofertados os cursos de 1º e 2º ciclos. Embora a lei de sua criação previsse, ali, a existência de um curso normal regional, a instituição sempre ofereceu o curso de 2º ciclo, como escola normal propriamente dita. Conforme explicitado, desenvolveu a função de preparo do quadro de pessoal de professores de ensino primário, portanto, se constituiu um estabelecimento de 2º ciclo até o ano de 1958.

Todavia, o curso de formação de professores primários se pautou, conforme afirmado, pela Lei Orgânica e também pelo Decreto-Lei n. 8530, de 1946. O art. 9 da legislação nacional instituiu a duração do curso também em conformidade com tais princípios: “Será também permitido o funcionamento do curso de que trata o artigo anterior, em dois anos de estudos intensivos” [...] (BRASIL, art. 9, 1946).

Partindo desse pressuposto, o programa curricular da escola normal de 2º ciclo, em consonância com o artigo supracitado, era organizado em duas séries anuais de estudos intensivos. Assim sendo, a organização curricular do curso normal, com duração de 24 meses constituía-se da distribuição das matérias elencadas no quadro abaixo.

Quadro 4 – Programa curricular da Escola Normal de 2º Ciclo com duração de 4 semestres/2 anos

PRIMEIRA SÉRIE	
Disciplinas	
Português	
Matemática	
Biologia Educacional	
Psicologia Educacional	
Metodologia do Ensino Primário	
Desenho e Artes Aplicadas	
Música e Canto	
Educação Física, Recreação e Jogos.	
Total: 8	
SEGUNDA SÉRIE	
Disciplinas	
Psicologia Educacional	
Fundamentos Sociais da Educação	
Puericultura e Educação Sanitária	
Metodologia do Ensino Primário	
Prática de Ensino	
Desenho e Artes Aplicadas	
Música e Canto	
Educação Física, Recreação e Jogos.	
Total: 8	

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no Art. 9 da Lei Orgânica do Ensino Normal (1946).

Com o escopo de traçar um quadro comparativo entre as atribuições normativas de âmbito nacional que instituíam o programa curricular do curso normal com duração de dois anos, e os aspectos, nessa perspectiva, de incumbência estadual, tem-se, em decorrência, o Regulamento do Ensino Normal, promulgado pelo Decreto n. 590, de 31 de dezembro de 1948 (MATO GROSSO, 1948) durante a administração do Governador Arnaldo Estevão de Figueiredo (1947-1950).

A organização do curso normal em duas séries anuais foi definida, no Art. 4 do Decreto n. 590, de forma consoante ao que estabelecia o Art. 9 da Lei Orgânica, com relação às disciplinas a serem trabalhadas, com exceção do francês e do Inglês. Vejamos.

Quadro 5 – Detalhamento do Programa Curricular da Escola Normal de 2º Ciclo, com duração de 2 anos, em Mato Grosso, em 1948

PRIMEIRA SÉRIE
Disciplinas e Aulas
Português – 4 aulas Francês – 2 aulas Matemática – 2 aulas Psicologia Educacional – 3 aulas Noções de Anatomia e Fisiologia Humanas – 2 aulas Metodologia do Ensino Primário – 4 aulas Desenho e Artes Aplicadas – 3 aulas Música e Canto – 2 aulas Educação Física, Recreação e Jogos – 2 aulas
Total: 24 aulas
SEGUNDA SÉRIE
Disciplinas e Aulas
Português – 3 aulas Francês – 2 aulas Inglês – 3 aulas Psicologia Educacional – 3 aulas Fundamentos Sociais da Educação – 3 aulas Puericultura e Educação Sanitária – 3 aulas Metodologia e Prática do Ensino Primário – 4 aulas Desenho e Artes Aplicadas – 3 aulas Música e Canto – 2 aulas Educação Física, Recreação e Jogos – 2 aulas
Total: 28 aulas

Fonte: Tabela elaborada pela autora com dados obtidos no Regulamento do Ensino Normal do Estado de Mato Grosso, baixado pelo Decreto n. 590, de 31 de dezembro de 1948.

Partindo de uma análise em relação à distribuição das disciplinas, constata-se a ênfase na parte pedagógico-prática do curso, o que indica a influência dos princípios escolanovistas. Nessa perspectiva, Araujo (1997) levantou dados que indicaram traços da influência³⁴ do movimento escolanovista, na escola normal da região sul de Mato Grosso, mais precisamente, com referência à Campo Grande, a partir da década de 1930.

³⁴ Segundo Araujo (1997), destaca que uma das formas de influência desse ideário, ocorreu por conta da disseminação de livros produzidos por professores paulistas e trazidos para a escola normal, provavelmente, essas fontes chegavam até Campo Grande pelas mãos de militares que vinha servir os quartéis e até mesmo pelos

Marcas de tal aspecto parece ter ocupado espaço no desenvolvimento dos conteúdos práticos de ensino efetivadas na Escola Normal Jango de Castro, na década de 1950.

Nesse sentido, a composição e a execução do programa exposto acima punha em destaque a necessidade de que as aulas deveriam ser compostas de explicação sistemática dos programas de ensino primário, seus objetivos, articulação da matéria, indicação dos processos e formas de ensino, e ainda a revisão do conteúdo desses programas. Houve forte consenso nas memórias trazidas por meio das entrevistas de que o ensino referente às disciplinas: Psicologia Educacional, Puericultura e Educação Sanitária, Metodologia e Prática do Ensino Primário, Desenho e Artes Aplicadas, Educação Física, Recreação e Jogos se vinculava diretamente à prática, uma vez que os conteúdos eram discutidos e trabalhados pelas normalistas no ensino primário ofertado no próprio Grupo Escolas Antônio Correa. “O ensino dessas disciplinas compreendia desde os princípios às técnicas de ensino, tudo era levado à prática, focalizavam-se a leitura, as fábulas, a linguagem e o cálculo como elementos essenciais de aprendizagem” (ENTREVISTADA D). “A prática de ensino fora tomada, à época, com extremo rigor, pois, o desenvolvimento dessas disciplinas era aparelhado mediante a consideração de três princípios centrais: a observação, experimentação e participação” (ENTREVISTADA C).

Conforme o exposto, assim se configurou a parte prático-metodológica do curso de formação de professores para o magistério primário uma vez que, as entrevistadas, em suas memórias demonstraram a forte preocupação existente, à época, com a estruturação do suporte prático do processo formativo na constituição desse campo profissional do magistério. Simultaneamente, enfatizaram como esse aspecto estaria voltado ao atendimento da demanda, em expansão, da escolarização primária no município e região. No que competia às atividades de prática da docência pelos alunos do curso normal observa-se que a realização das mesmas se efetivavam nas classes de ensino primário do próprio Grupo Escolar Antônio Corrêa e demais escolas primárias de Aquidauana, incluindo a escola particular XV de Agosto (ENTREVISTADA A, ENTREVISTADA C).

Quanto os aspectos referentes a relação estabelecida entre os conhecimentos teóricos trabalhados, ao caracterizar a formação oferecida na Escola Normal Jango de Castro, na segunda metade da década de 1950 a ex-normalista afirmou:

filhos da terra que completavam seus estudos em São Paulo e Rio de Janeiro e aproveitavam, em seu retorno, os livros utilizados. Tal aspecto pode ter ocorrido, na Escola Normal Jango de Castro, no entanto, permanece em aberto dependente de futuras investigações.

[...] A formação que obtive na Escola Normal Jango de Castro contribuiu muito, porque na época não havia outra escola de formação de professores aqui, para atender a região, para a população serviu muito. Os conhecimentos obtidos no curso normal contribuíram bastante para o suporte da minha prática docente, os professores eram profissionais com formação, inclusive, o casal, o professor Areias e a esposa, Maria Toledo Areias tinha vindo de Minas, ele tinha sido seminarista e ela era formada. Eram muitas as pessoas que vinham de fora, eram elas que atuavam no ensino, as pessoas ilustradas, digamos. O estágio docente seguiu por muito tempo o mesmo processo de quando eu fazia o normal por volta de 1956-1957. Realizava-se no Antônio Correa mesmo, o número de escolas era pouco, o grupo escolar era a maior escola da cidade. *Os professores acompanhavam todo o processo de forma rigorosa.* Tinha um casal que veio do Rio de Janeiro, ele militar aposentado dava aula de Educação física e ela a parte de didática e metodologia de ensino, nessa área. O critério avaliativo que atribuíam era bem rigoroso, baseava-se na atribuição de notas, não me recordo ao certo, acho que maior que 5 ou 6 não me lembro. Na minha época, a criança tinha prioridade, não eram permitidos *castigos físicos* na sala de aula e, nem se praticavam. Nas cidades maiores isso não havia. A gente ouvia falar, mas nunca presenciei na minha época *a criança era o centro da aprendizagem*, podíamos trabalhar em forma de *aulas de campo*, o que era uma inovação (ENTREVISTADA C, 2013. Os grifos são meus).

Segundo o depoimento da Entrevistada C, o tratamento dado às atividades voltadas à prática de ensino, na escola primária parece indicar traços do escolanovismo, em especial, quando afirmou que a criança era o centro da aprendizagem, além da possibilidade da realização de atividades de prática docente que compreendiam aulas de campo.

Nessa perspectiva, a mesma mencionou que os professores da escola normal levavam os alunos para assistir às palestras, e participar de festividades que ocorriam na cidade. As palestras ocorriam no Cine Glória, local em que também os alunos do normal assistiam aos filmes.

Torna-se evidente, a partir do depoimento da referida entrevistada que estiveram presentes na composição das práticas de ensino na escola normal traços do escolanovismo, diga-se, de passagem, tal período, fora marcado, no campo educacional brasileiro pelas tentativas de aplicação desse ideário, o que não se configurou de forma distinta, em Aquidauana, nas diversas modalidades de ensino, mas assumiu características próprias, dados os aspectos singulares apontados no decorrer da pesquisa aqui proposta.



Figura 4: Aluna do curso normal em atividade de prática docente, no local, onde posteriormente foi construída a Praça Afonso Pena.

Fonte: Arquivo pessoal de Jandira Mendes Trindade.

Apesar de não fornecer pistas completamente claras, os aspectos referentes às inovações metodológicas desenvolvidas durante as atividades de cunho prático, no curso normal, mencionados pela ex-normalista apontam para a ocorrência de metodologias “importadas”, ou seja, experiências educacionais trazidas, nas décadas de 1950 e 1960 de outros estados que, portanto havia “dado certo”.

Portanto, a seleção e organização de tais metodologias se davam por meio de cursos realizados na cidade, em geral, no início do ano letivo.

O assunto que se debatia versava sobre a área educacional, eles pegavam métodos que haviam dado certo em lugares como São Paulo, Paraná, etc. Experiências já realizadas e traziam pessoas para ministrar esses cursos em Aquidauana. O Governo promovia esses cursos” (ENTREVISTADA C, 2013).

Há também informações de que esses cursos não se realizavam somente em Aquidauana. Pois os alunos da escola normal participavam juntamente ao pessoal do quadro docente municipal, estadual e até mesmo do setor particular. Registra-se que os cursos oferecidos para qualificação profissional do campo do magistério primário se realizavam em outras cidades de Mato Grosso como Cuiabá que era o centro de tudo, como referenciado pela Entrevistada C.

Quando havia cursos eu sempre participei, aquele tempo, era Cuiabá, o centro. Fazíamos cursos. Formávamos grupos. Sempre participei. Em Campo Grande também. Os cursos eram disponibilizados pelo Governo. Reuníamos todos e íamos para as chamadas cidades polos, as cidades principais Campo Grande, Cuiabá, em Aquidauana quase não tinha. Precisávamos ir à busca desses cursos, via pela qual, discutia-se a *sistemática adotada*. O Governo trazia (ENTREVISTADA C, 2013. Os grifos são meus).

Ao que tudo indica esses cursos oferecidos, entre os anos de 1950 e 1960, com o intuito de auxiliar a prática daqueles que já atuavam na área e contribuir para a formação dos futuros professores primários, conforme pontuou a Entrevistada C, possuíam traços de orientação, cuja base se fundamentava no ideário escolanovista, ao passo que coincide com o período de “predomínio da pedagogia nova no Brasil (1932-1969)”, como classifica Saviani (2010).

Dentro dessa perspectiva, cumpre pontuar que a própria legislação geral, em vigor: a Lei Orgânica do Ensino Normal encerrava em suas bases os princípios da Escola Nova. Para tanto, vem corroborar esse aspecto a análise de Paulo Ghiraldelli Jr. em a “História da Educação”, ao expor acerca das Leis Orgânicas do Ensino, afirma a vinculação direta entre o programa curricular da escola normal e o programa referente à escola primária, cujo aspecto em comum se caracterizava pela influência dos princípios pedagógicos da Escola Nova. Nesse sentido, o autor assevera.

De fato, o receituário pedagógico escolanovista se fez presente nessa legislação. A declaração de princípios que deveriam nortear a escola primária foi toda de inspiração escolanovista. Falava em desenvolver o ensino de modo sistemático e graduado, segundo os interesses da infância; colocava que o ensino deveria basear-se numa didática que levasse em conta as atividades dos próprios discípulos; apoiar o ensino nas realidades do ambiente; desenvolver o espírito de cooperação e o sentimento de

solidariedade social; procurar revelar as tendências e aptidões dos alunos etc. (GHIRALDELLI, 1990, p. 85).

Expostas tais orientações de organização e funcionamento da escola normal consoante à legislação em vigor, tanto no que se refere ao âmbito nacional quanto ao estadual, a Escola Normal Jango de Castro, de acordo com os arquivos consultados, realizou a abertura oficial das suas aulas, em 1950, com uma turma feminina integrada de 12 alunas, sendo que ao final de 1951, foram diplomadas as primeiras professoras normalistas, que em tese atuariam no ensino primário oferecido no município e região. Assim, não houve evasão, sendo diplomadas as 12 alunas, segunda consta na Ata de Entrega de Diplomas da turma de 1951 (JANGO DE CASTRO, 1950).

O currículo sofreu nova reforma em 1958, no governo de Ponce de Arruda (1956-1961), por meio do Decreto n. 555, de 31 de outubro de 1958 (MATO GROSSO, 1958), entrando em vigor no ano seguinte que, por sua vez atendia o que estava prescrito na Lei Orgânica do Ensino Normal, de 1946. O referido decreto veio dar nova redação ao art. 4º do Decreto n. 590/1948.

A reforma no regulamento do ensino normal instituiu a duração do curso em três séries anuais, pondo fim ao curso normal intensivo de dois anos que até então era ofertado. Assim, a nova legislação, em atendimento ao art. 8º da Lei Orgânica do Ensino Normal, em vigência, introduziu no programa curricular duas disciplinas na terceira série, as disciplinas de Sociologia Educacional e Filosofia e História da Educação.

O atendimento à legislação confirma-se, a partir dos registros localizados no Livro de Pontos dos Professores e Funcionários (ESCOLA NORMAL JANGO DE CASTRO, 1960), quando se observa a reestruturação do curso normal em três séries com as seguintes disciplinas.

Quadro 6 - Programa Curricular da Escola Normal Jango de Castro e distribuição das disciplinas por séries a partir de 1959

1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE
----------	----------	----------

Português Matemática Física e Química Anatomia e Fisiologia Humana Música e Canto Desenho e Artes Aplicadas Educação Física, Recreação e Jogos Francês Geografia da América do Sul e do Brasil	Biologia Educacional Psicologia Educacional Higiene e Educação Sanitária Metodologia do ensino Primário Desenho e Artes Aplicadas Música e Canto Educação Física, Recreação e Jogos Francês Inglês	Psicologia Educacional Sociologia Educacional História e Filosofia da Educação Higiene e Puericultura Metodologia do Ensino Primário Desenho e Artes Aplicadas Música e Canto Educação Física, recreação e Jogos
Total: 9	Total: 9	Total: 8

Fonte: Elaborado pela autora com base no Livro de Pontos dos Professores e Pessoal Administrativo (1960-1961) e Mato Grosso (1958).

Assim, torna-se notória a influência escolanovista na composição curricular da escola normal, uma vez que a parte propriamente pedagógica teve preeminência sobre a parte de cultura geral, ou como preferem alguns, a formação geral (Línguas Modernas e Ciências Físicas e Biológicas). Pois houve a introdução de duas novas disciplinas na terceira série do curso, o que causou o aumento do quantitativo referente às disciplinas de cunho voltado ao campo educacional, as disciplinas de Sociologia Educacional e História e Filosofia da Educação na terceira série do curso.

Concluindo essa explanação acerca das questões curriculares que subsidiaram o trabalho didático na Escola Normal Jango de Castro outro componente importante do currículo constituiu-se a ênfase nas datas cívicas.



Figura 5 – Normalistas da Escola Normal Jango de Castro em desfile cívico de comemoração do aniversário de Aquidauana (1950)

Fonte: Jandira Mendes Trindade (Arquivo Pessoal)

No tocante às comemorações é possível observar que houve uma forte integração entre a escola e a cidade expressa na comemoração de datas cívicas. Constatase que na organização curricular esse aspecto do ideário republicano fazia-se presente, uma vez que estava presente a valorização de uma identidade nacional nas comemorações dos principais eventos históricos que marcaram a nação, entre eles, o dia 21 de Abril, 7 de Setembro, 15 de Novembro, entre outras datas, bem como eventos que implicavam em manifestações patrióticas, próprios da singularidade de Aquidauana como o Desfile Cívico de XV Agosto, em comemoração ao aniversário da cidade e o Dia do Soldado (ENTREVISTADA A, 2013).

Contudo, a escola normal aquidauanense, criada em 1949, se caracterizou como instituição precursora do projeto estatal, gestado pela classe burguesa e camadas médias, para a formação dos professores que ministrariam a educação pública primária em Aquidauana e demais cidades do sul do estado de Mato Grosso.

3.3 O perfil social dos discentes da Escola Normal Jango de Castro

Na vigência da legislação federal de 1946 para o ensino normal, os alunos deveriam ser regularmente matriculados nas escolas normais, em todos os ciclos, não se admitindo alunos ouvintes. Quanto ao processo de admissão aos cursos, em qualquer um dos ciclos de

ensino normal, exigia-se, portanto, do candidato as seguintes condições, para o ingresso na Escola Normal Jango de Castro (BRASIL, 1946):

- a) ser brasileiro;
- b) sanidade física e mental;
- c) ausência de defeito físico ou distúrbio funcional que contraindique o exercício da função docente;
- d) bom comportamento social;
- e) habilitação nos exames de admissão.

Acentue-se o fato de não se permitir o ingresso, em qualquer dos dois cursos, para os candidatos maiores de vinte e cinco anos, o que evidenciou o caráter seletivo do ensino normal na segunda metade do século XX.

O curso de formação de professores ofertado na Escola Normal Jango de Castro se organizou durante seus vinte e cinco anos de funcionamento em turmas mistas e femininas aleatoriamente, ou seja, as turmas eram compostas de acordo com o gênero dos candidatos (ESCOLA NORMAL JANGO DE CASTRO, 1952-1968).

Considerando todos esses quesitos, durante o período de 25 anos de trajetória da Escola Normal Jango de Castro, de acordo com os dados disponíveis, foram habilitados, pela instituição um total de 342 normalistas.

Tabela 5: Quantitativo de formandos da Escola Normal Jango de Castro -1950-1975

Ano de ingresso*	Alunos matriculados	Ano de conclusão	Alunos evadidos	Total de formandos
1950	12	1951	0	12
1951	n.d.	1952	n.d.	3
1952	12	1953	4	8
1953	14	1954	11	3
1954	6	1955	4	2
1955	15	1956	5	10
1956	10	1957	3	7
1957	8	1958	3	5
1958	10	1959	1	9
1959	7	1961	4	3
1960	9	1962	0	9
1961	9	1963	3	6
1962	13	1964	5	8
1963	12	1965	3	9
1964	17	1966	7	10

1965	12	1967	1	13
1966	22	1968	4	18
1967	32	1969	12	20
1968	6	1970	n.d.	29
1969	n.d.	1971	n.d.	25
1970	n.d.	1972	n.d.	40
1971	n.d.	1973	n.d.	28
1972	n.d.	1974	n.d.	40
1973	n.d.	1975	n.d.	25
TOTAL	226		69	342

n.d. – dado não disponível

* 1973 foi o último ano de ingresso, sendo que esta turma formou-se em 1975.

Fonte: ESCOLA NORMAL JANGO DE CASTRO. Livro de Matrícula. Aquidauana, MT, 1952-1968. ESCOLA NORMAL JANGO DE CASTRO. Livro de Atas de Entrega de Diplomas. Aquidauana, MT, 1951.

Quanto ao número de alunos evadidos observa-se um percentual expressivo em relação ao número de matrículas, a título de exemplo, as turmas de 1954 com 11 alunos evadidos e de 1969 com um total de 12 normalistas evadidos do curso, assim, torna-se possível observar que isso ocorreu de forma mais acentuada, em alguns anos, uma vez que ao final do curso, se encontram registros de apenas dois, três e cinco formandos como no caso dos anos de 1952, 1954, 1955 e 1958.

Outro aspecto que chama a atenção se constitui o fato de que até o ano de 1965 tanto o número de matrícula quanto o número de formandos era menor em relação aos anos subsequentes, os quais foram cedendo espaço para um número maior de normalistas.

A maioria dos candidatos ao curso normal era do sexo feminino, oriunda de Aquidauana e de cidades localizadas ao sul do Estado, tais como Miranda, Bodoquena, Nioaque, Bonito, Bela Vista, Corumbá, entre outras.

Para analisar a origem social desses alunos, se estruturou, no conjunto de gráficos, abaixo, os números que expressam a origem social dos candidatos ao curso normal e o movimento de alteração do público atendido, a partir da profissão dos pais (ESCOLA NORMAL JANGO DE CASTRO, 1952). Mormente, torna-se relevante chamar a atenção para um detalhe: o processo de ampliação progressiva da participação da classe trabalhadora, na busca pela formação em tal modalidade de ensino.

Com o escopo de conferir melhor clareza à exposição de tal processo, assinala-se, portanto, que os dados que confirmam a origem social dos alunos foram analisados e em decorrência, agrupados de modo a evidenciar a origem social dos alunos a partir das profissões dos pais e das mães dos candidatos.

Partindo dessa premissa, esses dados coletados no Livro de Matrícula (1952-1968), foram distribuídos, estatisticamente, em cinco conjuntos de gráficos organizados por períodos

configurados em triênios, que por sua vez totalizam um período de 18 anos de funcionamento da instituição, abrangendo desde os candidatos matriculados na primeira turma de 1950 ao ano de 1968. Nessa assertiva cabe destacar que se trata de um período relativamente considerável, tomando como parâmetro o período de funcionamento da Escola Normal Jango de Castro, criada em 1950 e extinta em 1975, ou seja, 25 anos de trajetória.

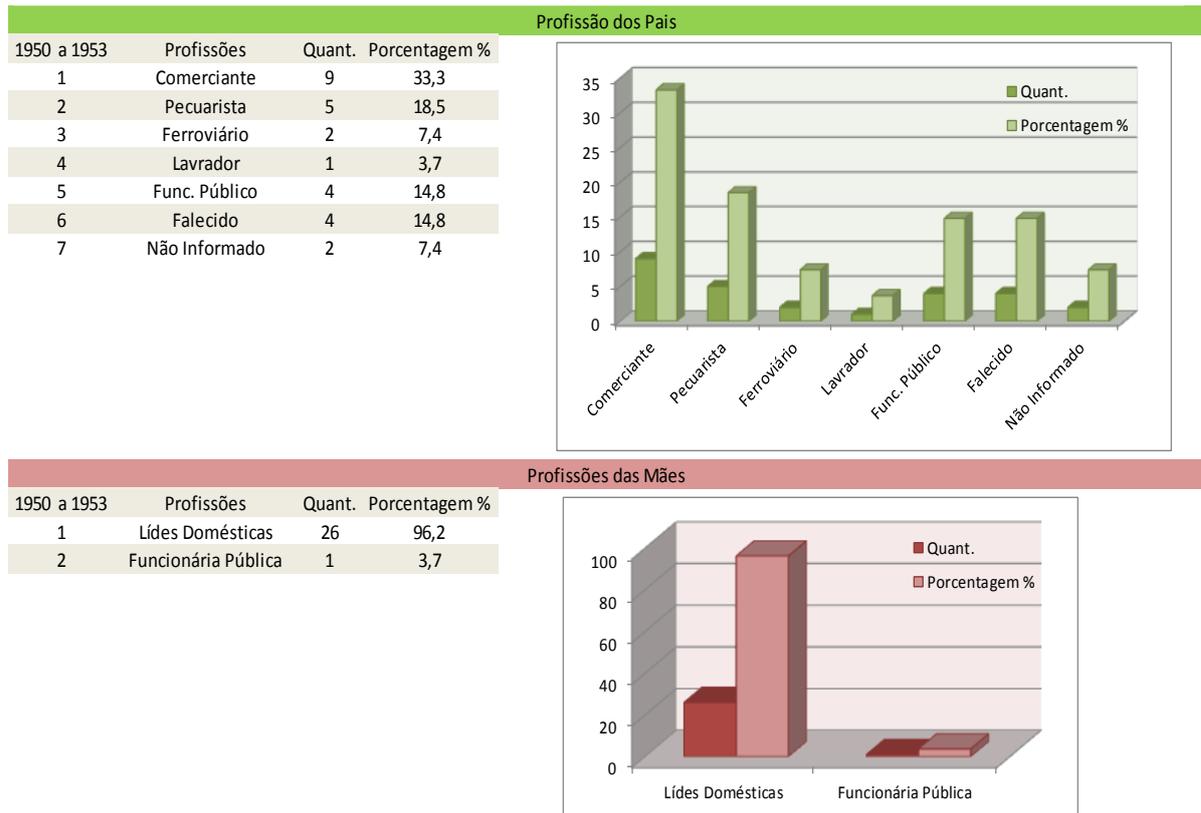


Figura 6: Gráfico - Origem social dos alunos da Escola Normal Jango de Castro – Aquidauana – 1950 a 1953. Fonte: ENTREVISTADA A. *Entrevista concedida à autora*. Anastácio: MS, 14 de agosto de 2013. ESCOLA NORMAL JANGO DE CASTRO. *Livro de matrícula (1952-1968)*. Aquidauana: MT, 1952.

Observa-se, nesse período, dos candidatos que ingressaram no curso normal 51,8% eram filhos de pecuaristas com 18,5% e de comerciantes com 33,3%, sendo mais da metade dos alunos matriculados nas três primeiras turmas. Quanto ao restante 48,1% se dividiram entre filhos de (funcionários públicos 14,8%), de (lavrador 3,7%) e de (ferroviano 7,4%), elementos que demonstram a predominância dos filhos da burguesia e das camadas médias no curso normal. Cabe um adendo com relação ao papel social desempenhado pelas mães dos alunos do curso normal, no início da década de 1950, em Aquidauana, conforme visto no gráfico acima. Torna-se evidente que o percentual de mulheres que trabalhavam era reduzido,

uma vez que a sua maior parcela se restringia às lides domésticas, isto é, aos cuidados com o lar e com os filhos. Isso se confirma, entre os anos de 1950 e 1953 pelo quantitativo de 96,2% de mulheres que se dedicavam ao lar na região de Aquidauana. Portanto, de acordo com os dados analisados iminentes ao período, apenas 3,7 das mulheres possuíam emprego fora do lar, contudo, essas mães exerceram o um dos primeiros ofícios sociais aceito para as mulheres, a carreira no magistério³⁵, o que perante a sociedade, à época, se configurava como uma extensão das atividades do lar: a educação das crianças.

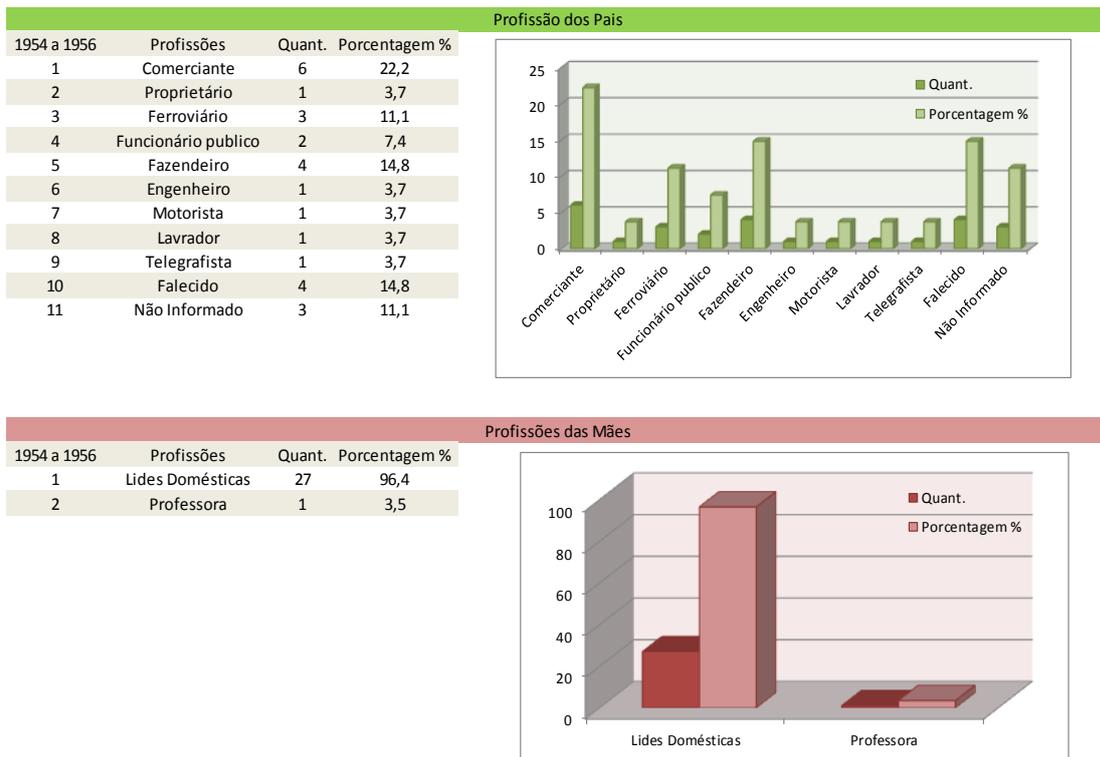


Figura 7: Gráfico - Origem social dos alunos da Escola Normal Jango de Castro – Aquidauana – 1954 a 1956
 Fonte: ESCOLA NORMAL JANGO DE CASTRO. *Livro de matrícula (1952-1968)*. Aquidauana : MT, 1952.

³⁵ A feminização do magistério remonta suas raízes às transformações de cunho econômico que se processavam, no Brasil, desde os últimos anos do século XIX (aparecimento dos primeiros sinais de exaustão do modelo agrário-exportador), quando as contradições se agudizam desencadeando alterações econômicas, demográficas, sociais e políticas em virtude da emergência do crescente processo de industrialização, que se intensifica nas décadas de 1920 e 1930 determinando a participação da mulher no mercado de trabalho, dentre essa participação, a atuação como professora normalista. A título de informação, registra-se que o processo de inserção da mulher na carreira do magistério se deu efetivamente pelo aumento do número de vagas e, segundo alguns historiadores, pelo abandono dos homens desse campo profissional. A retirada dos homens em busca de outros empregos (emprego na indústria) mais remunerados teria permitido que seus lugares fossem ocupados pelas mulheres. ALMEIDA, Jane. Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: UNESP, 1998.

Com relação ao triênio de 1954 a 1956 torna-se patente uma queda nos índices de alunos que frequentaram a escola, oriundos de famílias de pecuaristas e de comerciantes aquidauanenses (51,8%, expresso no triênio anterior, observa-se um decréscimo de 11,1% totalizando um público de 40,7%, dividido entre filhos de comerciantes 22,2%, de proprietários (incluindo médios e grandes proprietários) 3,7% e de fazendeiros 14,8%, além dos filhos de funcionários públicos representados por 7,4% e de engenheiro por 3,7.

No que diz respeito à participação dos candidatos originários da classe trabalhadora nota-se um aumento nos números inerentes aos candidatos dessa classe social definido pelo percentual de 22,2%, ou seja, os filhos dos ferroviários representavam, nesse período, 11,1%, os filhos de motoristas 3,7%, os filhos de lavradores 3,7%, os filhos de telegrafistas 3,7%.

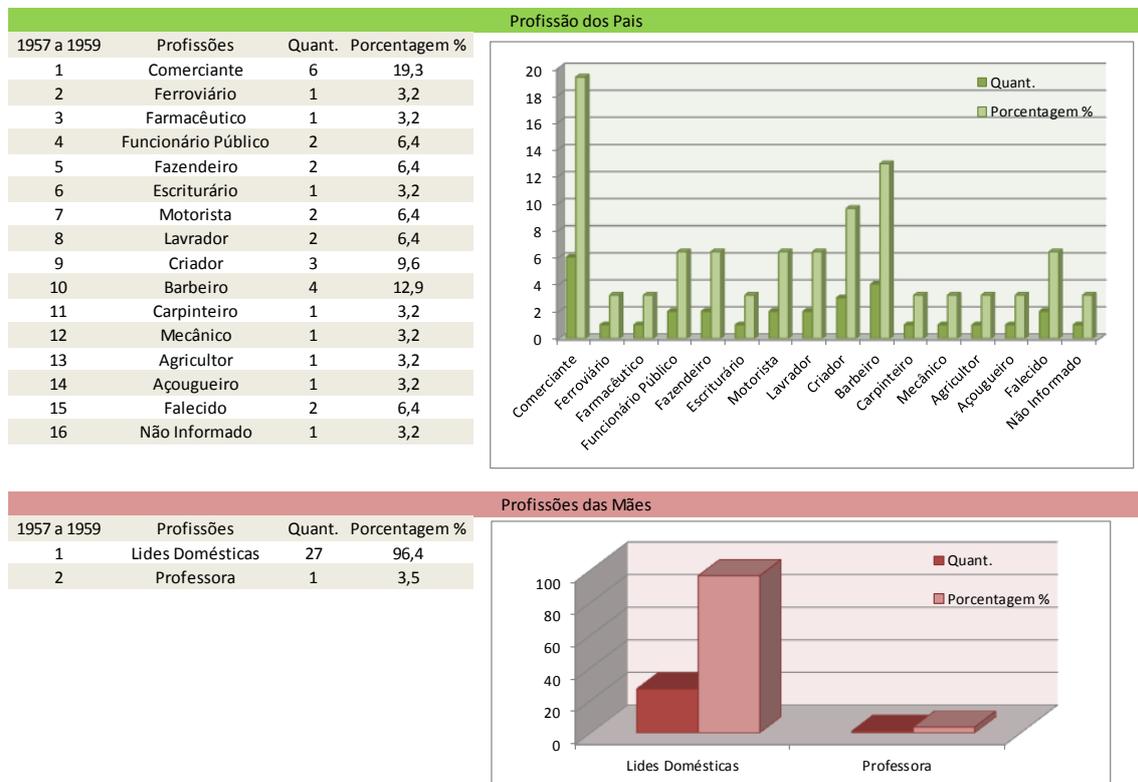


Figura 8: Gráfico - Origem social dos alunos da Escola Normal Jango de Castro – Aquidauana – 1957 a 1959
Fonte: ESCOLA NORMAL JANGO DE CASTRO. *Livro de matrícula (1952-1968)*. Aquidauana : MT, 1952.

Entre os anos de 1957 e 1959 torna-se possível observar que o quantitativo de alunos pertencentes às famílias de pecuaristas e de comerciantes que frequentou a escola normal sofreu uma novamente uma diminuição em termos percentuais, veja-se, ao passo que entre 1954 a 1956, esses alunos representavam 40,7%, nos anos de 1957 a 1959 esse percentual sofreu um decréscimo de 5,4%, resultando em 35,3% dos alunos normalistas, conforme o

gráfico: 19,3% representando os filhos de comerciantes, 6,4% representando os filhos dos fazendeiros e 9,6% representando os filhos dos criadores (espécie de arrendatário de terras e gado, como explicitado anteriormente). Os filhos dos funcionários públicos quantificaram 6,4%, apresentado uma redução de 1% em relação aos anos de 1954 a 1956 com uma participação de 7,4%.

Nesse mesmo período, quanto ao montante relativo à participação dos alunos de famílias da classe trabalhadora constata-se um aumento no percentual de 22,2% referente ao triênio anterior (1954-1956), para 44,9% nos anos de 1957 a 1959, isto é, um acréscimo de 22,7% em termos percentuais, sendo tal público cotado em: 3,2% filhos de ferroviários, 3,2% filhos de farmacêuticos, 3,2% filhos de escriturário, 6,4% filhos de motoristas, 6,4% filhos de lavrador, 12% filhos de barbeiros, 3,2% filhos de carpinteiros, 3,2% filhos de mecânicos, 3,2% filhos de açougueiros.

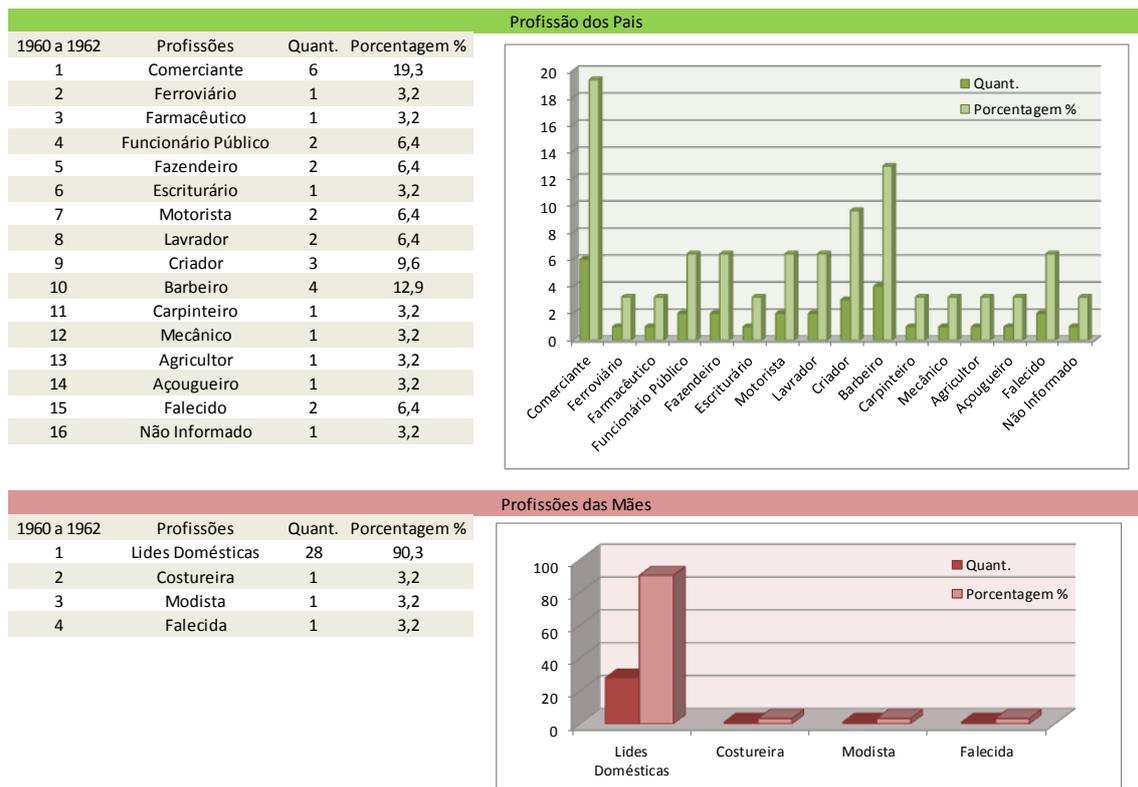


Figura 9: Gráfico - Origem social dos alunos da Escola Normal Jango de Castro – Aquidauana – 1960 a 1962
Fonte: ESCOLA NORMAL JANGO DE CASTRO. *Livro de matrícula (1952-1968)*. Aquidauana : MT, 1952.

Conforme evidenciam os dados expostos no gráfico, no que tange a origem social dos alunos, os índices de participação na escola normal pelas classes sociais aqui focalizadas, nota-se que os números permanecem inalterados, excetuando-se, o quadro de profissão das

mães de 9,6%, onde é possível averiguar um pequeno aumento de 6,1% da participação dessas mulheres no campo profissional em comparação com o triênio anterior fixado em 3,5%.

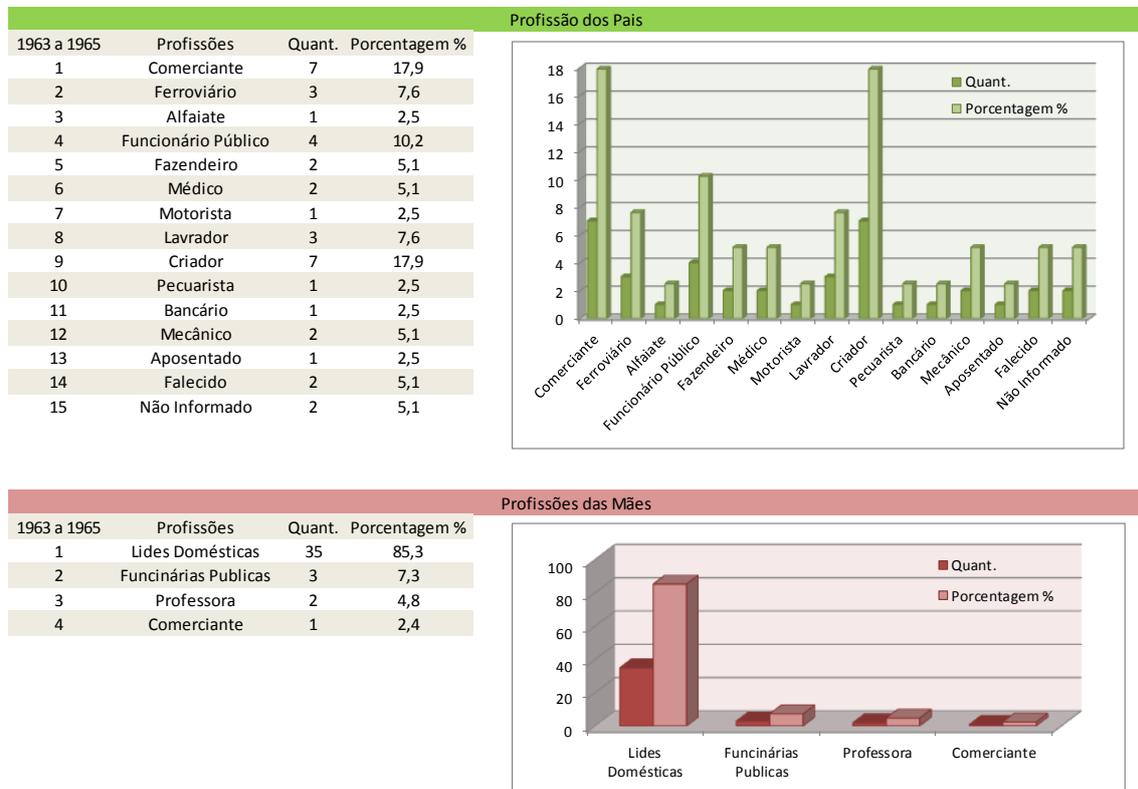


Figura 10: Gráfico - Origem social dos alunos da Escola Normal Jango de Castro – Aquidauana – 1963 a 1965
Fonte: ESCOLA NORMAL JANGO DE CASTRO. *Livro de matrícula (1952-1968)*. Aquidauana : MT, 1952.

Durante o triênio compreendido de 1963 a 1965 a participação dos alunos provenientes da burguesia agrária e de famílias de comerciantes atingiu a média de 48,5%. Em comparação com o percentual anterior de 40,7%, ou seja, houve um aumento de 7,8%. Logo, segue-se, a participação dos filhos de funcionários públicos em geral fixada em 10,2%, dos filhos dos bancários com 2,5%, dos filhos de aposentados também com 2,5%.

Os índices referentes ao público proveniente das famílias da classe trabalhadora registra-se um percentual de 25,3% subdivididos, como se pôde observar, entre filhos de: ferroviários 7,6%, alfaiate 2,5%, motorista 2,5%, lavrador 7,6%, mecânico 5,1%. Assim, tais dados indicam a presença de um déficit de 19,6% em relação ao penúltimo e último triênios ambos representados pela participação de 44,9% de alunos filhos de trabalhadores.

Um aspecto que merece destaque se traduz na participação da mulher na esfera pública, embora reduzida ganha espaço progressivamente, atingindo 14,5% distribuídos entre funcionárias públicas 7,3%, professoras 4,8% e 2,4% comerciantes. Contudo, 85,3% era o percentual referente às mulheres que se dedicavam exclusivamente ao lar.

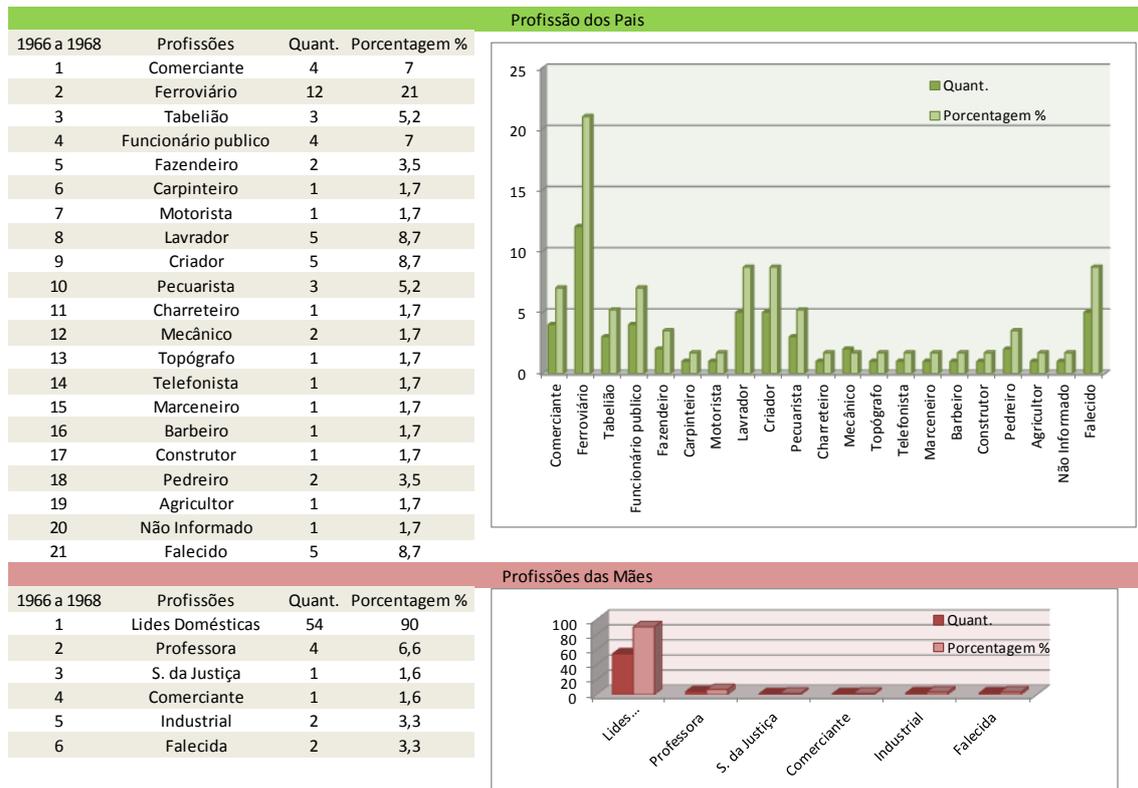


Figura 11: Gráfico - Origem social dos alunos da Escola Normal Jango de Castro – Aquidauana – 1966 a 1968
Fonte: ESCOLA NORMAL JANGO DE CASTRO. *Livro de matrícula (1952-1968)*. Aquidauana : MT, 1952.

No que diz respeito aos dados disponíveis referentes ao último triênio, em consonância com o arquivo pesquisado, torna-se possível concluir que houve uma queda considerável dos candidatos ao curso normal, cuja origem social se caracterizava pelo pertencimento a burguesia agrária e comerciantes de Aquidauana ficando esse índice traduzido em 24,4% em comparação com o período anterior em que a participação dessa classe se pautou por 48,5%. Dessa forma, para uma melhor compreensão, leiam-se: 7% filhos de comerciantes, 3,5% filhos de fazendeiros, 8,7% filhos de criadores e 5,2% filhos de pecuarista. Na sequencia observa-se a posição de 7% ocupada pelos filhos dos funcionários públicos.

Um dado relevante que emerge constitui-se na ampliação significativa de 21% relacionada à busca pelo curso normal por parte dos alunos filhos de ferroviários, no final da década de 1960, fator que demonstra que o magistério já não se constituía algo tão atrativo para as moças pertencentes às famílias de pecuaristas e de comerciantes, permanecendo como uma das poucas opções de ascensão social, ou seja, um meio de vida para as filhas dos trabalhadores.

À luz do exposto, cumpre sublinhar que durante o período analisado, com o escopo central de caracterizar o perfil social dos alunos que ingressaram na Escola Normal Jango de Castro constata-se a forte presença dos filhos da burguesia aquidauanense, ou melhor, a participação dos filhos de grandes e médios fazendeiros e também dos filhos da burguesia comercial, o que totalizava uma média 39,3% referente esse período de 18 anos de funcionamento da escola normal.

A partir da identificação e análise dos dados relacionados à origem social do público que buscou pela formação de professores na instituição fica patente a participação massiva dos candidatos que pertenciam às famílias da burguesia agrária e comercial.

Afirma-se, esse contexto foi definido e exposto por meio das entrevistas (com relação aos alunos matriculados em 1950 e 1951 os dados foram obtidos a partir das memórias da Entrevistada A) e dos registros contidos no Livro de Matrícula (ESCOLA NORMAL JANGO DE CASTRO, 1952-1968), assim, faz-se mister sublinhar, na maioria dos casos apenas os pais possuíam uma profissão, sendo essas ocupações sociais, as de grandes e médios comerciantes, grandes proprietários de terras (fazendeiros), criadores³⁶, funcionários públicos federal, estadual e municipal, militares e profissionais liberais (engenheiros, advogados e médicos).

Assim, torna-se possível observar um percentual menor, embora com ampliação progressiva de participação no curso, de candidatos oriundos de famílias pertencentes a classe trabalhadora, representada, nesse contexto, pelos ferroviários, lavradores, marceneiros e carpinteiros, barbeiros, charreteiros, mecânicos, motoristas, açougueiros. Entretanto, os candidatos que buscavam pelo curso de formação de professores, na Escola Jango de Castro, no transcorrer dos primeiros 18 anos (1950-1968) de trajetória da instituição, sofreram transformações de modo paulatino, em relação à sua origem social.

³⁶ Torna-se necessário explicitar que a profissão denominada “criador” se caracterizava por um espécie de arrendatário de grandes e médias extensões de terras, cujo objetivo principal constituía-se em criar gado para comercializar carne, leite e couro.

À medida que a escola se consolidava enquanto instituição formadora, tornou-se significativo o aumento do percentual de candidatos ao curso normal, cuja origem social se definia pela pertinência à classe trabalhadora, em especial, o segmento dos trabalhadores ferroviários.

A participação das esposas e filhas de ferroviários na escola normal se caracterizou como um processo que marcou o campo profissional do magistério primário em Aquidauana, portanto, foram essas mulheres que dirigiram e ministraram a instrução primária nas escolas municipais, estaduais e particulares. Somou-se a isso o fato de que muitas se tornaram, por meio da competência profissional, conceituadas professoras na região de Aquidauana, inseridas num processo maior, marcado pela ampliação progressiva da educação pública às frações das classes trabalhadoras urbanas e rurais.

Em relação às matrículas das esposas, das filhas dos ferroviários, militares e bancários, que foram progressivamente aumentando, o processo constituía-se muito dificultoso. Fazer os Livros de Atas e, principalmente, o Livro de Matrícula era uma tarefa de maior complexidade. Precisava fazer o processo de adaptação, porque elas passavam por outras escolas normais. Assim tornava-se necessária a adaptação de carga horária e disciplinas que haviam concluído. (ENTREVISTADA D, 2013).

Cumprir assinalar que as normalistas habilitadas pela escola normal oriundas, por sua vez das famílias de fazendeiros e de comerciantes, dificilmente exerceram o magistério primário nas escolas públicas. Nessa perspectiva, os registros contidos no Livro de Termo de Posse dos Professores e Funcionários (1955) comprovam um percentual bastante reduzido no que diz respeito à trajetória profissional dessas moças, onde é possível constatar nomes de algumas ex-alunas da Jango de Castro, filhas de famílias da classe dominante ingressando como docente na instituição (JANGO DE CASTRO, 1955).

Ao passo que umas, após se habilitarem professoras primárias pela escola normal, acabavam ingressando como docente na própria Escola Normal Jango de Castro; outras atuaram no setor educacional particular, as quais se destacaram como grandes empresárias do ramo na cidade.

Ademais, as informações obtidas via entrevistas indicam que uma pequena parcela, das normalistas oriundas da classe dominante exerceu o magistério, e quando isso ocorria assumiam a direção de escolas públicas municipal e estadual, por sinal, cargo que implicava em responsabilidade político-social. Ou seja, recebiam o convite dos governantes e eram

nomeadas de maneira a estabelecer uma ligação com a política partidária local, à época, tendo em vista as candentes disputas políticas travadas em Aquidauana, no referido período.

A fim de conferir melhor ilustração acerca da atuação das diretoras de escolas em Aquidauana em meio as tramas da política local, convém sublinhar o estudo de Pereira (2013) que apontou, a partir do trabalho com entrevistas, a ligação das diretoras com a política partidária local.

Com relação à instituição escolar, a maioria dos entrevistados opinou que as diretoras não faziam o jogo da política local. Mas alguns entrevistados não concordavam com tal opinião, pois a dependência destas aos chefes políticos lhes impunha, como questão de sobrevivência no cargo, mesmo que não ostensivamente, a militância em favor do coronel patrono (PEREIRA, 2013, p. 99)

E prossegue,

As diretoras de escolas eram trocadas se o partido delas perdesse a eleição. [...]. As diretoras trabalhavam como cabos eleitorais (ENTREVISTADO B). As diretoras das escolas conviviam com as famílias dos alunos e tinham, portanto, uma ‘rede de penetração’ [...]. Essa era a importância dos diretores do ponto de vista dos grupos políticos (ENTREVISTADO G). As diretoras de escolas movimentavam muitas pessoas, famílias, por isso havia interesse eleitoral em nomeá-las (ENTREVISTADO J). (PEREIRA, 2013, p. 99).

Em que pese o fato de determinadas normalistas terem atuado no magistério primário, os dados coletados durante as entrevistas indicam que a maior parcela dessas normalistas constituiu matrimônio com elementos da mesma classe social dos estados como Mato Grosso, São Paulo e Rio de Janeiro, entre outros. Ou seja, a trajetória social dessas egressas não sofreu transformações, ao passo que continuaram pertencentes a mesma classe social quando do ingresso na escola normal. É certo que tais moças após receber o diploma não lecionaram nas escolas públicas. De fato, as alunas filhas de grandes e médios proprietários, em geral, não lecionaram nas instituições públicas, tampouco no campo, quando muito atuaram na instrução pública oferecida na cidade. Por conseguinte, aguardavam, com o

diploma, o casamento com homens da mesma classe social, ao passo que a o curso normal, em seus conteúdos, inclusive pelo rigor, proporcionava ampla cultura geral (ENTREVISTADA A, 2013, ENTREVISTADA B).

Nota-se, que essas normalistas, após a conclusão do curso normal não exerceram o docência, ao passo que, obviamente as suas trajetórias profissionais se caracterizaram pelo desenvolvimento das atividades sociais inerentes à burguesia local. Para tanto, cabe trazer como exemplo, o caso da Entrevistada A e a maior parte de suas colegas de classe, as quais permanecem atualmente na condição de classe social dominante.

Em face das considerações a respeito do perfil e trajetória social das alunas da Escola Normal Jango de Castro, observa-se que trajetória distinta tiveram as filhas da classe trabalhadora. Nessa perspectiva, tal processo será exemplificado, a partir da trajetória social de uma normalista, filha de trabalhador ferroviário sob o ponto de vista de uma aluna egressa pertencente à burguesia comercial, que se define no seguinte trecho de seu depoimento no que tange ao assunto.

Todas as moças da minha turma tinham condições, mas a ... (nome), aquela sim se mostrou uma vencedora, filha de família humilde (o pai era ferroviário, trabalhava na oficina da Noroeste). Ela era muito dedicada e estudiosa, venceu por meio da garra, entre as dificuldades. Venceu por mérito próprio, o que proporcionou seu reconhecimento no setor educacional, inclusive, chegou a assumir a direção de uma grande escola pública de Aquidauana, na qual permaneceu por muito tempo (ENTREVISTADA A).

Um aspecto passível de consideração reside no fato de que a classe social dos alunos que ingressavam na escola normal determinou, com exceções, a trajetória social, desses candidatos após a conclusão do curso. Ao passo que para os candidatos oriundos da classe trabalhadora, principalmente, às filhas dos funcionários da Estrada Ferro Noroeste do Brasil (NOB), como lembrou a Entrevistada A, a atuação no magistério representava um meio de ascensão e participação social, o mesmo possuía significado distinto para as filhas dos grandes e médios proprietários de terras, criadores, grandes e médios comerciantes, enfim.

Segundo, o depoimento da entrevistada A, as dificuldades que a maioria das famílias encontrava para garantir a educação formal dos filhos, principalmente em relação à educação das mulheres, eram grandes. Já havia se configurado, contudo, em anos anteriores a 1950, situações em que uma maior disponibilidade financeira e a importância atribuída ao

letramento, faziam com que famílias da classe dominante ou de camadas médias enviassem e mantivessem os seus filhos em escolas fora da cidade, como, por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro:

[...] naquela época, [eram] pouquíssimas, as famílias que podiam mandar suas filhas estudarem, já tinha certo contexto, aqui na cidade das mulheres estudarem, sabe, eram raras, só famílias que tinham certa cultura, apesar do meu pai e da minha mãe terem feito só o primário. (ENTREVISTADA A, 2013).

As famílias que não podiam arcar com as despesas acerca da formação de suas filhas em outros estados, para cursar o nível secundário, enviavam para Campo Grande, o que se confirma no seguinte trecho da entrevista: “Naquele tempo as pessoas que não podiam mandar [os filhos estudarem] pra São Paulo, mandavam pra Auxiliadora [Colégio Nossa Senhora Auxiliadora] em Campo Grande” (Entrevistada A).

Afirmando, de modo geral, ao passo que as moças pertencentes às famílias de trabalhadores exerceram o magistério na esfera pública, em meio às dificuldades caracterizadas pelos baixos salários, escassez de materiais pedagógicos, entre outros percalços ao desenvolvimento da prática pedagógica, nas décadas de 1950, 1960 e início dos anos de 1970 (ENTREVISTADA C); sendo essa formação no magistério uma necessidade pessoal, uma vez que significava um importante degrau de inserção no mundo do trabalho, portanto, um meio de sobrevivência; Para a maioria das moças pertencentes à classe social burguesa, o magistério primário caracterizava-se num meio de aquisição dos conhecimentos de cultura geral, enquanto uma forma de complementar a formação intelectual das jovens donas de casa.

3.4 Os traços da ordem e do controle na Escola Normal Jango de Castro

A profissionalização para o magistério público deveria pautar, em consonância com os arquivos analisados, dentro de determinadas limitações, ou seja, constata-se o fato de que os valores morais imanentes à sociedade de classes se fizeram presentes no processo de formação de normalistas, na Escola Normal Jango de Castro.

Nessa assertiva, cumpre salientar uma necessária articulação entre a configuração dos traços de ordem e controle imbricados no processo de formação de professores e as determinações gerais da sociedade capitalista. Embora o nosso recorte se inicie no final de 1940, ressalta-se que, sobretudo a partir da década de 1930, no Brasil, dada a nova conjuntura da época – a instalação do capitalismo monopolista, o forte apelo à ordem – nessa perspectiva,

a educação vem a calhar, de modo geral, tornando-se o fulcral instrumento de constituição da unidade e identidade nacional no sentido de apaziguar e disciplinar a sociedade com o objetivo último de garantir as condições favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo industrial, conforme exposto no primeiro capítulo.

Isso pode nos levar à seguinte indagação: Como no Sul de Mato Grosso, uma região onde a divisão regional do trabalho impôs condições para que predominasse a economia agrária, os traços do caráter disciplinador e controlador se fizeram presentes? Será a cobrança institucional à observância aos preceitos da “bôa educação” (expressão usada à época e localizada nos livros de atas), apenas expressão corriqueira da consciência social do período que se estende da década de 1930 às décadas subsequentes, ou em seus conteúdos podem ser constatadas tais marcas constitutivas?

Tal evidência fica patente não apenas na estruturação das práticas inerentes à Escola Normal Jango de Castro, mas também foi identificada em estudo anterior. Araujo (1997) constatou esses traços, ou seja, tanto o caráter de ordem quanto o de controle, não somente na disciplina de Didática do curso normal em Campo Grande, portanto, mesmo no “longínquo”³⁷ Sul de Mato Grosso, marcado pela atividade pecuária, mas na educação em geral, concebida enquanto fonte apaziguadora da população.

Ocorre que a ordem e o controle, são marcas bastante presentes na própria conjuntura da época, onde não só a Didática, mas a educação, de modo geral, é tomada como fonte apaziguadora e disciplinadora da população. Vale ressaltar que é a noção de disciplina exigida pelas condições urbano-industriais, pois a preocupação em civilizar o meio social, em garantir ordem para as cidades, denota a necessidade de criar as condições propícias para o desenvolvimento industrial. Esse apelo torna-se mais forte na década de trinta e pode ser sentido, mesmo no sul de Mato Grosso, onde a “vocaçãõ” econômica imposta pela divisão regional do trabalho fez predominar a economia primária: a pecuária. Exemplos desse fato são os discursos³⁸ do Presidente do Estado, em 1930, Annibal de Toledo. (ARAUJO, 1997, p. 192)

³⁷ Referimo-nos a esse recorte geográfico-espacial como “longínquo” Sul de Mato Grosso, em função de sua localização marcada pelo afastamento dos centros mais desenvolvidos economicamente, tais como, São Paulo, Rios de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

³⁸ Para maiores esclarecimentos no que tange aos discursos do Presidente do Estado, Annibal de Toledo, em 1930, consultar o capítulo 3 da dissertação de Araujo (1997).

Em se tratando da escola normal de Aquidauana, podemos observar a continuidade do processo ordenador e controlador nas décadas de 1950, 1960 e primeira metade da década de 1970, fato que se confirma pelos registros expressos sob a forma de portarias nos livros de atas e também pelos depoimentos.

Considerando que essa questão está intimamente relacionada à gestão escolar, cabe aqui tratar desse aspecto. No período que se estende entre os anos de 1950 e 1975, seis diretores foram responsáveis pela administração da escola normal em Aquidauana. Foram eles: Antônio Salustio Areias (1950-1951), também diretor do Ginásio Cândido Mariano, João Jorge Carneiro (1951-1953), José Carvalho de Toledo (1953-1956), José J. Rubião (1956-1960), Vicente Paschoal Junior (1960-1961), e por fim Maria de Lourdes Chebel (1961-1975), a qual exerceu o cargo por um período de mais de vinte anos, até a substituição das escolas normais pela Habilitação Específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau (HEM), pelo parecer n. 349/72 (Brasil-MEC-CFE, 1972). Abaixo, o quadro que permite a visualização nominal dos diretores da escola ao longo de um período de vinte e cinco anos.

Quadro 7 - Relação nominal do quadro de diretores da Escola Normal Jango de Castro - 1950-1975

Diretores	Gestão
1 - Antônio Salustio Areias	1950 - 1951
2 - João Jorge Carneiro	1951 - 1953
3 - José Carvalho de Toledo	1953 - 1956
4 - José J. Rubião	1956 - 1960
5 - Vicente Paschoal Junior	1960 - 1961
6 - Maria de Lourdes Chebel	1961 - 1975

Fonte: Livro de Atas de Reuniões (1950) e Livro de Termo de Posse (1955).

Os aspectos concernentes à disciplina e ao controle, tanto em relação ao corpo docente e funcionários administrativos quanto ao corpo discente da Escola Normal Jango de Castro, se estruturaram por normas disciplinares rigorosas, no contexto da gestão escolar. Assim, seus diferentes dirigentes não abriram precedentes à manutenção da disciplina e controle dos alunos. No entanto, por vezes motivadas pela falta de professores em algumas disciplinas, as normalistas encontravam uma forma de no tempo vago fazer passeios por

diversos pontos da cidade, entre eles, Bares Spumoni, Café Caipira e Rádio Bar³⁹, Clube dos Médicos, Jardim da Estevão⁴⁰ e Rio Aquidauana, fato incomum à época, para as mulheres, o que despertava a atenção da sociedade aquidauanense.

Nós saíamos assim. Como naquele tempo às vezes faltava muito professor sabe, então a gente dava uns passeiozinhos. A Irene Cicalise, professora Irene Cicalise, minha querida e estimada amiga do meu coração, ela pegava uma sombrinha, abria a sombrinha e nós íamos atrás dela em fila indiana, sabe, saíamos dali do Antônio Corrêa e íamos ao Jardim da Estevão. [...] tudo em fila cumprimentando, passava você falava bom dia, passava você, falava bom dia, até passar as doze uma atrás da outra e a Irene na frente de sombrinha aberta [...] aí nós chegávamos lá e íamos atrás do Senhor Teles que tinha um autofalante e pedíamos música (ENTREVISTADA A, 2013).



Figura 12: Turma de normalistas em um dos passeios que realizava por falta de professores.
Fonte: Arquivo pessoal de Jandira Mendes Trindade.

³⁹ À época, o Rádio Bar constituía-se no único serviço de alto-falante da cidade, fator que tornava o local atrativo, portanto, um dos lugares mais badalados da sociedade aquidauanense.

⁴⁰ O Jardim da Estevão situava-se na Rua Estevão Alves Corrêa, próximo da atual Caixa Econômica Federal, sendo desapropriado pela Prefeitura Municipal de Aquidauana e vendido a particulares. O Jardim da Estevão marcou gerações, “[...] observando a todos os acontecimentos realizados ali naquela praça... comícios, comemorações, desfiles... tantos namoros escondidos em altas madrugadas sob o céu estrelado [...]” (TRINDADE, 2008, p. 75). Este jardim era o local preferido das normalistas quando saíam da escola, acompanhadas pela bedel Senhorita Paulina de Castro, filha de Jango de Castro, quando iam tomar sorvete no Bar Spumone ou tomar café no Café Caipira.

A falta de professores em virtude dos poucos recursos financeiros do Estado, uma das razões citada pela Entrevistada A para esses passeios, se dava em função da escassez de pessoal com curso superior, portanto, habilitados para o exercício do magistério na escola normal; ou ainda pelo fato de os professores se deslocarem de outras cidades como Cuiabá ou Campo Grande e/ou exercerem concomitantemente, na cidade de Aquidauana, ofícios distintos, a exemplo de um farmacêutico que atuou como professor da Escola Normal, enfim o quadro de professores habilitados se constituía bastante instável e precário.

Em mensagem do Governador do Estado de Mato Grosso, Fernando Corrêa da Costa à Assembleia Legislativa, em 1954, ele corrobora a afirmação sobre a falta de professores na Escola Normal Jango de Castro. Nesta mensagem, Corrêa da Costa pontuou os problemas enfrentados pela educação no estado, acentuando dois problemas principais: falta de professores e de prédios para abrigar instituições escolares, cuja solução apontou no mesmo relatório.

Para acudir esta contingência lança-se mão do elemento alfabetizado que no meio se encontra para exercer o cargo de professor, e de um prédio qualquer, ou melhor de um abrigo, para a instalação do curso. Monta-se uma escola. [...] A escassez também se registra para os Colégios, Ginásios e Escolas Normais, debilitando a eficiência do ensino nesses cursos. (MATO GROSSO, 1954, p. 23).

Em relação ao Ensino Secundário (colégios, ginásios e escolas normais), Corrêa da Costa afirmou, neste mesmo relatório que, “dentre os 1261 professores apenas 300 tem o diploma de normalista” (MATO GROSSO, 1954, p. 51). Com um número reduzido de pessoas habilitadas ao exercício do magistério, somados aos salários pouco atraentes, isso contribuía para que os alunos permanecessem sem aulas nas várias instituições educacionais do estado, dentre elas a Escola Normal Jango de Castro. Esse percalço que se interpunha ao desenvolvimento do curso normal se traduzia na oportunidade encontrada pelas normalistas para passear pelas ruas de Aquidauana⁴¹, o que era incomum à época.

Embora, houvesse certa resistêcia das jovens normalistas ante os rigorosos preceitos morais configurados socialmente, a questão disciplinar, no âmbito escolar, constituía-se o

⁴¹ Ao som dos altofalantes da Casa Radio Luz, de Elídio Teles, na voz dos locutores Dodói e Jeter, as normalistas se deliciavam com as músicas oferecidas, segundo Jandira, “músicas inesquecíveis: Frenesi, Siboney, Jambalaia, faziam furor e nós, nos nossos saltos altos e vestidos tirados dos últimos figurinos, era assim mais um desfile de elegância.” (TRINDADE, 2008, p. 11).

reflexo desses padrões, pois a disciplina e o controle tornaram-se expressivo objeto de preocupação dos dirigentes da instituição. No período em que assumiu a direção da Escola Normal Jango de Castro o professor José J. Rubião, a partir de 14 de maio de 1956, foram instituídas diversas portarias, e realizadas várias reuniões com o intuito de manter a disciplina e eficiência no Ensino Normal.

Segundo a Portaria n. 3/56, do Diretor da Escola Normal, José J. Rubião (gestão 1956-1960), aos alunos competia a observância integral dos preceitos da boa educação, da ordem e da disciplina, assim registrados em 15 de maio de 1956, ou seja, no segundo dia após assumir o cargo.

Ao corpo discente

O Diretor da Escola Normal “Jango de Castro”, usando de suas legais atribuições, determina:

Art. 1º - O uso do uniforme colegial será obrigatório, não podendo assistir às aulas a aluna que se apresentar sem o mesmo, a partir do dia 25 do corrente.

Art. 2º - É expressamente proibido à aluna retirar-se do estabelecimento, mesmo nas horas de recreio, sem permissão do Diretor.

Art. 3º - Na falta do Diretor essa permissão poderá ser solicitada à Inspectora de alunos.

Art. 4º - Esta Diretoria espera do Corpo Discente a observância integral dos preceitos gerais da boa educação, da ordem e da disciplina (ESCOLA NORMAL JANGO DE CASTRO, 1956, PORTARIA Nº 3/56).

O mesmo rigor também se aplicava ao corpo docente da Escola Normal Jango de Castro. Nessa perspectiva, em Ata de sessão de reunião da congregação realizada de maio de 1956, o Exmo. Sr. Diretor do estabelecimento expôs a finalidade daquela reunião, a qual se pautou em conhecer o corpo docente e também solicitar a cooperação de todos à nova direção. Em decorrência, exigia as seguintes observações dos professores o seguinte:

- a) esforço de todos no sentido de tornar o ensino cada vez mais eficiente;
- b) usar de bastante rigor na atribuição das notas;
- c) avisar, com antecedência, a Diretoria do estabelecimento quando não puder comparecer às aulas, para que se providencie substituto;
- d) nas datas cívicas não comemoradas pelo Estabelecimento, devem os professores fazer preleções às alunas durante as aulas;
- e) cada professor deverá apresentar à Diretoria do Estabelecimento um relatório do estado de adiantamento da classe ou classes em que leciona

(ESCOLA NORMAL JANGO DE CASTRO, ATA DE SESSÃO DE REUNIÃO DA CONGREGAÇÃO, 1950-1972).

As marcas de imposição disciplinar, no intuito de garantir o funcionamento da escola, ficaram bastante expressivas durante a gestão do professor Rubião, pois além das observâncias supracitadas, foram instituídas, ainda, três novas portarias disciplinares.

Ao Corpo Discente

O Diretor da Escola Normal “Jango de Castro”, usando de suas legais atribuições, determina:

Art. 1º - O uso do uniforme colegial será obrigatório, não podendo assistir às aulas as alunas que se apresentarem sem o mesmo, a partir do dia 18 do corrente.

Art. 2º - Fica expressamente proibida, durante as aulas, a mudança de uma carteira para a outra, devendo cada aluna sentar-se na seguinte ordem:

Primeira Série

Carteira 1 - Wanda Pires Nogueira
 3 - Lucia Tomazia Pereira de Souza
 5 - Marize de Castro
 11 - Zenaide Antonia Loureiro Caldas
 14 - Alzira Pereira Vargas
 16 - Rosemay Coelho de Souza
 21 - Ada Fialho Caldas

Segunda Série

Carteira 1 - Wanda Machado Serra
 3 - Neusa Batista de Assis
 5 - Lucilia Rodrigues Leite
 11 - Hilda de Souza Paim
 14 - Célia Nascimento Costa
 16 - Nilzia Lopes da Silva
 21 - Marina Oshiro

Art. 3º - Esta Diretoria espera do Corpo Discente a observância integral do regulamento desta Escola e a obediência às ordens do Diretor, dos professores e funcionários investidos de autoridade (ESCOLA NORMAL JANGO DE CASTRO, 1957, PORTARIA Nº 1/57).

Como parte desse conjunto de observâncias, destinado tanto aos docentes, aos funcionários administrativos e aos discentes, observou-se, nos arquivos escolares, outra portaria, com o intuito de contribuir para a eficiência do ensino na Escola Normal Jango de Castro. Dessa forma, localiza-se, nesses registros, a cobrança incisiva da direção em relação à prática pedagógica realizada pelos professores. Em se tratando das médias das notas das

normalistas, as mesmas deveriam ser entregues em prazo estipulado, bem como as sabatinas⁴², após a devida correção do professor, ser entregues à Secretária. Nessa assertiva, leia-se a referida portaria, instituída pelo Diretor Rubião:

Ao Corpo Docente

O Diretor da Escola Normal “Jango de Castro”, usando de suas legais atribuições, determina:

- 1º) que até o dia último de cada mês, sejam entregues, na Secretaria, as médias das notas das alunas, bem como as faltas verificadas durante o mês.
- 2º) que as sabatinas escritas sejam entregues, para arquivo, à Secretaria, depois de devidamente corretas (sic) pelo professor e vistas pelas alunas (ESCOLA NORMAL JANGO DE CASTRO, 1957, PORTARIA Nº 2/57).

À luz das considerações supramencionadas, torna-se mister sublinhar que o forte apelo, ou melhor, a imposição de normas disciplinares rígidas para o devido funcionamento da escola normal se caracterizam como instrumentos ideológicos resultantes do projeto social planejado para a unidade nacional, em consonância com os ideais liberais disseminados pelo país. Para tanto, nesse quesito se demonstrou, de maneira breve e precisa, que o caráter de ordem e controle se fizeram presentes, no interior da organização da escola normal, no Sul de Mato Grosso, enquanto necessidade social imanente à sociedade capitalista. “O regime disciplinar rígido demonstra a necessidade de obediência e o desenvolvimento de hábitos de ordem e moralidade, em consonância com as ideias republicanas” (OLIVEIRA; RODRIGUEZ, 2009, p. 124).

Apesar do rigor imposto à manutenção da disciplina, no âmbito da escola normal, a análise do arquivo escolar indicou a ocorrência de indisciplina, o que desencadeou punições, em forma de suspensões e advertências aos componentes do quadro docente, funcionários administrativos e alunos.

Em que pese as tentativas de imposição de regras à manutenção da ordem interna do estabelecimento objetivando, em última instância o adequado funcionamento e organização do ensino ministrado às moças, os dados indicam que, a Escola Normal Jango de Castro entrou num processo de decadência em relação aos aspectos disciplinares.

⁴² A prática da sabatina se refere a determinada revisão de matéria, feita, normalmente, sob forma de arguição oral, individual, pelo professor. No caso mencionado, as sabatinas deveriam ser registradas na forma escrita para posterior entrega à Secretaria da Escola Normal Jango de Castro.

Nesse contexto, conforme averiguado no Termo de Posse de Transmissão de Direção, em 15 de julho de 1960, o então Diretor José J. Rubião passou o cargo de direção da instituição ao Professor Vicente Paschoal Junior. Este último permaneceu no cargo por um breve período, ou seja, até 16 de março de 1961, data em que deixou o cargo de direção conforme exposto acima no quadro 6.

Em consonância com o depoimento da nova direção no que diz respeito às condições em que se encontravam a Escola Normal, à época, em que assumiu o cargo, as condições de funcionamento da escola não eram animadoras. Esse contexto foi relatado pela ex-diretora em entrevista concedida em setembro de 2013.

[...] quando assumi a direção da Escola Normal, o contexto, as condições eram lamentáveis, a ausência de disciplina era expressiva, mas eu sempre procurei fazer o máximo que eu sabia para poder levantar. Eu tinha um entusiasmo fora do comum. Eu transmitia isso aos alunos. Já era vocação. Tanto é que esses dias me perguntaram: Você se casou? Disse, não, porque meus alunos eram muitos, eles gostavam de mim, apesar das minhas exigências (ENTREVISTADA B, 2013).

A cobrança pela eficiência do ensino na Escola Normal torna-se patente em seu depoimento, sendo as questões vinculadas à execução do ensino o fulcral motivo de preocupação. Desta forma, a mesma entendia que a educação, em sentido genérico, deveria se pautar pela formação integral do aluno, ou seja, a formação deveria ser calcada na articulação dos conhecimentos teóricos e práticos, portanto, o processo de execução prática dos futuros normalistas era acompanhado, além dos professores responsáveis, também pela ex-diretora. Ao partir dessa premissa, a sua concepção acerca da formação de professores não se definia por um prisma, onde se visualiza a formação dos professores normalistas centrada somente nos conteúdos, na teoria bancária (como definiu) destituída de aportes instrumentais e práticos para o exercício do magistério. Portanto, segundo o seu depoimento tal formação não possibilitaria uma preparação técnico-pedagógica às normalistas, por conseguinte não contribuiria de maneira significativa para a atuação no desenvolvimento do ensino primário. Além, é claro, da formação moral, o que reforça a perspectiva da importância da disciplina nesse contexto educacional (ENTREVISTADA B, 2013).

3.5 Professores na Escola Normal Jango de Castro

Para tanto, em meio às limitações que se interpunham à efetivação das atividades de ensino, além daquelas já comentadas, relacionadas à infraestrutura material, acrescenta-se a escassez de professores, presente durante todo o período de funcionamento da instituição. Em consonância com o depoimento da Entrevistada B, durante o longo período em que esteve na direção da Escola Normal Jango de Castro, quando necessário, se desdobrava para cobrir essas falhas, com o objetivo maior de alcançar resultados positivos na formação das alunas.

Professores eram escassíssimos, davam aulas aqui, davam aulas ali, davam aulas lá. E não havia aquela disciplina que se exige na escola, principalmente, na Escola Normal, que é a formação integral. Eu entendia assim, porque a formação só de conteúdo não funciona. Eu fazia tudo, responsabiliza-me pela direção e lecionava. Fazia com muito amor e carinho, gostava de todos, tratava todos muito bem. Era a primeira a chegar à escola e a última a sair. (ENTREVISTADA B, 2013).

Terminei a faculdade de anglo-germânicas, lá mesmo, na PUC de Campinas. A minha vocação era dar aulas, formar toda essa criançada. Conclui o curso e retornei para Aquidauana. Eu louca de vontade de trabalhar, o meu objetivo era a educação; sempre gostei. Aí papai falou: você vai ficar em Aquidauana? Eu disse: por enquanto eu vou. Eu ouvia falar de educação teoricamente, mas não conhecia, ou seja, não vivenciava. Cheguei aqui e fiquei superanimada, porque aqui, naquela época, havia somente o Ginásio Cândido Mariano, o professor Areias era o Diretor. A Dóris, irmã da Jandira, naquela época, fez faculdade também, só que, ela fez neolatinas, outra amiga, daqui, fez neolatinas, somente eu tinha feito anglo-germânicas. Professor de inglês não havia, pegavam esses militares que vinham, era capitão, era major. Os médicos davam aulas também, no Ginásio e na Escola Normal. O professor Areias, quando eu cheguei, a Dóris chegou, disse: agora vocês vão trabalhar. Dóris trouxe uma equipe de São Paulo, que estudou com ela, inclusive, a Joana Neves. Então, a gente começou a trabalhar. Eu dava aula de Inglês, e o currículo de Inglês constituía-se de curta carga horária, poucas horas, poucas classes. Eu tinha de trabalhar em vários lugares para poder ampliar a carga horária e conseguir um salário mais ou menos. Foi o que nós fizemos. Nossos pais, na verdade, o meu pai dizia: você não precisa disso, eu dou para você esse dinheiro. A gente queria trabalhar. Você estudou, você quer aproveitar o conhecimento que você tem. E gostava da coisa. Depois consegui três períodos, mas não na Escola Normal, pois antes de 1961, época em que assumi a Direção, não peguei aulas na Escola Normal. Somente conseguia aulas como substituta, para tapar buraco, professor de inglês faltava, deixava os alunos sem aulas. Assim, eu como era especializada nisso, dava aula na Escola Normal (ENTREVISTADA B, 2013).

O corpo docente da Escola Normal Jango de Castro era composto, em sua maioria, por pessoal com formação não específica, sobretudo ao levar em consideração que até ao final

da década de 1960 um quantitativo reduzido de “professores de carreira” lecionava na Escola Normal Jango de Castro. Em que pese o fato de os professores não possuírem uma formação não específica, entre as quais, podemos citar médicos, advogados, farmacêuticos e militares. Poucos eram os professores especializados na área, havia alguns professores formados em Língua Portuguesa e Matemática. As memórias trazidas pela Entrevistada E confirmam esse fato. “Lembro-me que apenas duas professoras possuíam curso superior: a de inglês e a de francês. Os demais professores tinham magistério e um curso de aperfeiçoamento na disciplina que lecionavam, a antiga CADES⁴³” (ENTREVISTADA E, 2013).

O Exame de Admissão ao curso normal realizou-se durante um longo período, pelo professor Antonio Salustio Areias, o primeiro diretor da instituição, ex-seminarista, de renome na cidade e no Estado, em função, de sua competência profissional.

No que concerne ao contexto educacional referente a segunda metade da década de 1940 e décadas subsequentes, 1950, 1960 e 1970, não somente com referência aos ensino primário e secundário, mas com relação e estrutura e funcionamento do ensino normal público, em Aquidauana, delimitado como foco desse estudo, são notórias as condições precárias, principalmente, no tocante a escassez de professores com formação na área.

Nesse sentido, os dados levantados pela professora Maria da Glória Sá Rosa, em 1990, fornece elementos precisos à caracterização do quadro docente, a partir da história de vida de alguns professores que atuaram, no ensino, nesse período, como, por exemplo, as memórias do professor Antônio Salústio Areias, o primeiro diretor da Escola Normal Jango de Castro.

Em agosto de 1946, vim para Mato Grosso, fixando residência em Aquidauana. A vinda para Mato Grosso aconteceu a convite de um amigo de São Paulo, José Augusto de Oliveira, que fundou o Colégio Cândido Mariano em Aquidauana. Nesse tempo, eu já estava casado. Meu casamento foi em 1942. Minha mulher foi professora durante cinco anos em Minas, em São Paulo não lecionou. [...] Depois daquela viagem interminável de trem pela Noroeste, sufocados de pó, deparamos (sic)

⁴³ A CADES – Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário foi criada na gestão do Presidente Getúlio Vargas, em 1953, com o objetivo de difundir e elevar o nível do ensino secundário. Em conformidade com o Decreto nº 34.638, de 14 de novembro de 1953, que a criou, a CADES visava: Tornar a educação secundária mais ajustada aos interesses e possibilidades dos estudantes bem como às reais condições e necessidades do meio a que a escola serve, conferindo ao ensino secundário maior eficácia e sentido social; Possibilitar a maior número de jovens brasileiros acesso à escola secundária (Disponível em: <<http://www.educacao.ufrj.br/proedes/arquivo/cades.htm>> Acesso em: 22 de dezembro de 2013.

o calor e os mosquitos de Aquidauana. A cidade era um areião. Nesse tempo, eu já tinha carro. Em Aquidauana, comprei uma camionete, uma chimbica, como se dizia naquela época. Se a gente não tomasse cuidado, o carro girava e afundava naquelas ruas repletas de areia. A luz era péssima, tanto que precisei comprar um lampião a gás para poder dar aulas no Cândido Mariano. A água vinha do córrego João Dias e era horrível. Quando fui prefeito de Aquidauana, em 1959, uma das primeiras providências, que tomei, foi abandonar a água do córrego João Dias e perfurar poços artesanais na cidade. No Colégio Cândido Mariano, além da direção, lecionava uma porção de disciplinas: Português, Francês. Minha Mulher dava aulas de Português e Geografia. *Nessa época havia falta de professores em todo o Estado. Professor formado não havia.* Lembro-me do professor Timóteo Rostey, um farmacêutico que também lecionou em Corumbá. Havia ainda o professor Zorub que voltou para São Paulo e o professor João Carneiro que chegou depois (AREIAS apud SÁ ROSA, 1990, p. 102).

Depreende-se que as condições inadequadas que se interpuseram ao desenvolvimento do ensino secundário regular e normal, segundo o relato do professor Areias (lembrando que o mesmo foi nomeado primeiro diretor da Escola Normal conforme citado anteriormente) como a significativa “falta de professores com formação específica⁴⁴” vai ao encontro do fato de que desde 1940, Mato Grosso não contava com nenhuma escola normal (MATO GROSSO, 1948) para atender as demandas do ensino primário.

Partindo desse pressuposto, convém ressaltar uma necessária mediação, ao passo que, registra-se, em 1940 a formação das últimas turmas de normalistas em decorrência da reforma que o governo de Julio Strübing Müller (1937-1945) tentou implantar pelo fechamento das duas escolas normais públicas de Mato Grosso, a Escola Normal Pedro Celestino, da capital, Cuiabá, e a Escola Normal Joaquim Murтинho, em Campo Grande, sendo o curso normal oferecido no Estado, incorporado ao Lyceu Cuiabano e Liceu Campo - Grandense respectivamente (OLIVEIRA; RODRIGUEZ, 2009).

A análise dos dados, até aqui realizada, indicou que o setor educacional, nas décadas de 1950, 1960 e primeira metade da década de 1970, em Aquidauana, caracterizou-se por

⁴⁴ No que compete à questão dos professores que atuam no ensino sem formação específica, ou seja, os denominados professores leigos, observa-se, conforme os registros expressos no Termo de Abertura das Aulas da Escola Normal Cel. “Jango de Castro”, de 15 de março de 1950, os nomes de Antônio Salústio Areias, Timótheo Rostey, João Carneiro (ESCOLA NORMAL JANGO DE CASTRO, 1950). Quanto ao professor Zorub, mencionado no depoimento do professor Areias, afirma-se que o mesmo lecionou na Escola Normal Jango de Castro, no início da década de 1950 (ENTREVISTADA A, 2013).

precárias condições de funcionamento, entre as quais, a escassez de professores especializados, conforme sublinhado no decorrer do estudo. Ante o exposto, o sistema educacional, neste período, era desenvolvido por intelectuais da cidade, entre eles, juízes, promotores, médicos, advogados e até mesmo, por militares que se somavam aos poucos professores formados. Tal aspecto pode ser observado tanto no ensino primário, como no ensino secundário regular e ensino normal, conforme assevera a Entrevista B, ao lembrar sua trajetória profissional na área.

Por outro lado, a estabilidade dos docentes, no cargo, não se caracterizava pela garantia do emprego uma vez que, por meio do depoimento dos entrevistados e também pelo depoimento do professor Areias (SÁ ROSA, 1990) e de informações levantadas por duas entrevistadas torna-se possível obter pistas relevantes sobre.

[...] Os concursos eram feitos no apagar das luzes dos Governos. Em Mato Grosso não havia concurso pra nada, muito menos pra professor. O Governador quando queria deixar bem os amigos, estabelecia o concurso. O outro entrava e anulava, era uma loucura. Felizmente parece que isso acabou, embora os concursos não sejam frequentes entre nós (AREIAS apud SÁ ROSA, 1990, p. 104).

[...] Nunca participei do contexto político, porque não pode não é? Havia gente que pertencia àquelas turmas antigas que perdurava. Era uma troca, subia um, caía o outro. Mas eu não sofri essa pressão, era concursada. Graças a Deus não sofri a pressão externa da política. Quem participava entrava na deles (na bagunça) esses sim, se danavam (ENTREVISTADA C, 2013).

Os mandatos políticos eram de cinco anos. Ao final de cada mandato eu entregava o meu cargo à disposição. Por sorte, eu continuava, às vezes, não estava na cidade, e minha mãe telefonava para dizer que eu tinha sido confirmada. Tudo mudava ao sabor da vontade dos governantes. Era uma guerra, Cuiabá que fazia as trocas. Mas dava certo, meu pai era da UDN. Nós éramos do bem (ENTREVISTADA B, 2013).

O contexto local, à época, era marcado por fortes disputas políticas, como dito anteriormente, assim a interferência da política partidária local exercia influência direta na manutenção e troca de cargos na Escola Normal, enfim, em todos o setor educacional público. Até mesmo quando se tratava de concursos públicos para provimento de pessoal necessário ao ensino.

A partir das considerações tecidas ao longo do capítulo, que a Escola Normal Jango de Castro não contou com instalações próprias, ficando o trabalho didático um tanto prejudicado em detrimento de material didático necessário, bem como a ausência de laboratório e biblioteca própria. Salvo exceções, do total de alunos formados pela instituição ao longo das décadas de 1950, 1960 e início da década de 1970, apenas os filhos da classe trabalhadora e das camadas médias se dedicaram ao magistério, enfrentando as precárias condições de trabalho como citado, ao passo que os filhos das famílias de pecuaristas e de comerciantes não se envolveram com as questões da escolarização primária, com raras exceções.

Enfim, pode-se afirmar que a trajetória da Escola Normal Jango de Castro fora marcada pela precariedade do espaço físico, escassez de professores com formação na área, uma vez que tal modalidade de ensino, em sua oferta, contou com a participação de professores leigos, os quais se desdobravam no exercício de dois ou mais ofícios, assim traços de ordem e de controle foram localizados no arquivo escolar cuja finalidade precípua residia em amenizar as consequências dessa realidade um tanto precária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo geral da pesquisa que se constituiu em investigar o processo de implantação e consolidação da Escola Normal Jango de Castro, entre os anos de 1949 a 1975, a partir de seus determinantes históricos, conforme o desenvolvimento da sociedade capitalista no Brasil, em Mato Grosso e Aquidauana. Tornou-se possível explicitar esses móveis determinantes que se consubstanciaram na criação e implantação da Escola Normal Jango de Castro, a primeira instituição pública de formação de professores primários, naquela cidade do antigo sul de Mato Grosso.

Para tanto, o que se procurou entender foi a formação histórica, ou seja, as relações sociais, a partir das quais se erigiu a necessidade da criação da instituição, assim, fez-se necessário, delinear o desenvolvimento do objeto no plano geral, ou seja, entender como se definiu a questão da formação de professores no Brasil e as relações estabelecidas no interior da sociedade capitalista, de modo que, conforme as alterações ocorridas na base social houve a necessidade de (re) estruturar o papel da escola normal.

No caso de Mato Grosso, o projeto estatal de implantação das escolas normais não ocorreu de forma distinta, porém assumiu singularidades próprias, o Estado considerado terra de pecuaristas, recebeu influência dos centros econômicos mais avançados do país como: São Paulo e Rio de Janeiro. À educação atribuiu-se grande ênfase no intuito de extinguir o analfabetismo por meio da formação de professores normalistas. A região sulista, e nesse caso, a região de Aquidauana, contou com uma instituição desse gênero, principalmente, após o desenvolvimento proporcionado pela construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, fator que estabeleceu relações de proximidade entre os fazendeiros que passaram vender o gado e seus derivados aos grandes centros.

Nessa perspectiva, formavam-se os móveis específicos que culminaram na materialização da escola normal em Aquidauana, uma vez que ao longo dos trilhos da Noroeste formou um corredor migratório, aspecto que fez com que Aquidauana se desenvolvesse, principalmente, durante as duas grandes guerras mundiais, que além da contribuição desses fatos históricos no que diz respeito ao incremento do processo de imigração para a região com repercussões demográficas, inseriu a cidade no processo da economia nacional e internacional.

Em face desse contexto, são produzidas as demandas da escolarização primária, no município no período que se estende desde a década de 1920 ao final da década de 1940, quando se tornou premente a necessidade de uma escola de formação de professores.

Dessas tramas históricas, cria-se, em 1949, a Escola Normal Jango de Castro, a partir da iniciativa estatal, a qual, por sua vez se estruturou em conformidade com o contexto local, ou seja, as disputas de cunho político-partidário travadas em Aquidauana.

Tornou-se patente, que a instituição formadora de professores primários foi permeada de interesses de classe, ao passo que o público que buscou pelo curso normal se subdividia em elementos da classe dominante, com uma presença massiva e elementos da classe trabalhadora, os quais tiveram, até a segunda metade da década de 1950, uma participação tímida, porém, resultando num processo que assumiu uma ampliação progressiva, a partir desse período. Enfim, torna-se patente, que foram esses os alunos que compuseram o campo profissional do magistério em Aquidauana, salvo exceções. Inversamente se configurou, portanto, trajetória social dos alunos filhos da burguesia local, que em raros casos aturam no ensino primário, permanecendo na mesma condição de classe, no caso das normalistas restando-lhes como opção um bom casamento, ou seja, o estabelecimento de matrimônio com homens pertencentes à classe social burguesa.

Enfim, pode-se afirmar que a trajetória da Escola Normal Jango de Castro fora marcada pela precariedade do espaço físico para realização das atividades, escassez de professores com formação na área, uma vez que tal modalidade de ensino, em sua oferta, contou com a participação de professores leigos tais como oficiais militares, médicos, farmacêuticos, advogados e juízes, os quais se desdobravam no exercício de dois ou mais ofícios, assim traços de ordem e de controle foram localizados no arquivo escolar cuja finalidade precípua residia em amenizar as consequências dessa realidade um tanto precária. No entanto, muitas questões suscitadas no decorrer desse estudo permanecem abertas para maiores aprofundamentos em pesquisas vindouras, o que não descarta a possibilidade de retomá-las em suas diversas mediações estabelecidas com a realidade social vigente do Antigo Sul de Mato Grosso, em particular, a região de Aquidauana caracterizada pela presença de grandes pecuaristas os quais exerceram a hegemonia de classe.

REFERÊNCIAS

1.1 Referências bibliográficas

ALMEIDA, Jane. Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: UNESP, 1998.

ALVES, Gilberto Luiz. Mato Grosso e a história: 1870-1929; ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 2, v. 61, p. 5-81, 1984.

_____. Gilberto Luiz. *A produção da escola pública contemporânea*. Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. *Mato Grosso do Sul: o universal e o singular*. Campo Grande: Editora UNIDERP, 2003.

ARAÚJO, Carla Busato Zandavalli Maluf. *O ensino de didática, na década de trinta, no sul de Mato Grosso: ordem e controle?* Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1997.

AYALA, S. Cardoso; SIMON, Feliciano (Orgs.). *Álbum Gráfico do Estado de Mato Grosso*. Corumbá : Hamburgo: [s. n.], 1914.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da república: de 1889 a 1930*. 2 ed. São Paulo : Editora Alfa-Omega, 1968.

BAÍÁ HORTA, J. S. *O hino, o sertão, e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

BITTAR, Marisa. *Dos campos grandes à capital dos ipês*. Campo Grande: Alvorada, 2004.

_____. *Mato Grosso do Sul: a construção de um estado. Regionalismo e divisionismo no Sul de Mato Grosso*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. 2 v.

BRITO, Silvia Helena Andrade de. *Educação e sociedade na fronteira oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)*. Tese (Doutorado em Educação). Unicamp : Campinas, 2001.

CADES. *Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário*. (Disponível em: <<http://www.educacao.ufrj.br/proedes/arquivo/cades.htm>> Acesso em: 22 de dezembro de 2013.

CASTRO. João de Almeida, *Síntese Histórica de Aquidauana*. Datilografado. Aquidauana, 1913. In: _____. NEVES, Joana. *Um porto para o Pantanal: A fundação de Aquidauana: Civilização e dependência*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2007.

COMENIUS, João Amós. Trad. Joaquim Ferreira Gomes. *Didática Magna*, 2006. p. 120. Versão digitalizada disponível em: <http://ebooksbrasil.org/>. Acesso em: 20 de jun. de 2013.

CORRÊA, Valmir Batista. O comércio de Corumbá como um capítulo da história política de Mato Grosso. In: *Casario do porto de Corumbá*. Campo. Grande: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, 1985.

CORRÊA FILHO, Virgílio. Fazendas de Gado no Pantanal mato-grossense- *Documentário da vida rural n° 10*- Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura - Serviço de informação agrícola, 1955.

DE DECCA, Edgar Salvadori. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo : Brasiliense, 1981.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 469.

FREYRE, Gilberto. *Contribuição para uma sociologia da biografia*. O exemplo de Luiz de Albuquerque governador de Mato Grosso no fim do século XVIII. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1978.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Mato Grosso (1850-1889): uma Província na Fronteira do Império*. São Paulo: UNICAMP. Dissertação de Mestrado em Economia, Instituto de Economia, Universidade de Campinas, 2001.

GATTI, Giseli Cristina do Vale; FILHO, Geraldo Inácio; JÚNIOR, Décio Gatti. O Gymnásio Mineiro de Uberlândia: ideário e ações de modernização na cidade escolarizada (1929-1950). In: PESSANHA, Eurize Caldas; GATTI JÚNIOR, Décio (orgs). *Tempo de cidade, lugar de escola: história, ensino e cultura escolar em 'escolas exemplares'*. Uberlândia, EDUFU, 2012.

GHIRALDELLI Jr, Paulo. *História da educação*. São Paulo: Cortez, 1990.

MARCÍLIO, Humberto. *História do ensino em Mato Grosso*. Cuiabá, Secretária de Educação, Cultura e Saúde, 1963.

MARX, Karl. “Para a crítica da economia política, prefácio”. In: MARX. vol. I. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo : Abril Cultural, 1987. (coleção Os Pensadores).

_____. *Para a crítica da economia política. Do capital. O rendimento e suas fontes*. São Paulo : Nova Cultural. Col. “Os pensadores”, 1999.

_____. *Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da Miséria, do Sr. Proudhon*. Trad. José Pulo Netto. 1. ed. São Paulo : Expressão Popular, 2009.

MELLO, Saulo Alvaro de. *Arsenal da marinha em Mato Grosso. Projeto político de defesa nacional e de disciplinarização do trabalho. Do planalto à planície pantaneira (1719-1873)*. Dissertação de Mestrado. UFGD. Dourados, 2009.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira república*. 2. ed. Rio de Janeiro : DP&A, 2001.

NASCIMENTO, Luiz Miguel do. *As charqueadas em Mato Grosso: subsídio para um estudo de história econômica*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Assis : 1992.

NEVES, Joana. *Um porto para o Pantanal: A fundação de Aquidauana: Civilização e dependência*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2007.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. Reformas Educacionais Mato-grossenses e a Institucionalização dos Grupos Escolares (1910-1930). *Revista de História Albuquerque*, Campo Grande, MS, v. 1, n. 1, p. 105-129, jan./jun. 2009.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. Escola Normal no Sul do Estado de Mato Grosso (1930-1950). In: FERRO, Olga Maria dos Reis. (Org.). *Educação em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1796-2006)*: Campo Grande: Ed. UFMS, 2009.

PEREIRA, Francisco Fausto Mato Grosso. *Coronelismo, poder e desenvolvimento em Aquidauana/MS: 1945-1965*. Dissertação de mestrado em desenvolvimento local. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande : 2013.

QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. *As curvas do trem e os meandros do poder*. O nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Campo Grande: Editora UFMS, 1997.

_____. Temores e Esperanças: o antigo Sul de Mato Grosso e o Estado Nacional Brasileiro. In: MARIN, Jéri Roberto; VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *História, Região e Identidades*. Campo Grande: UFMS, 2003.

_____. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. Bauru: EDUSC; Campo Grande: Ed. UFMS, 2004.

_____. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In: LAMOSO, Lizandra Pereira. (Org.) *Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul – Dourados-MS*: Editora da UFGD, 2008.

RANGEL, M.; WESCHENFELDER, I. (org.). *A didática a partir da pedagogia de La Salle*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

REIS, Rosinete Maria dos. A implantação dos grupos escolares em Mato Grosso. In: SÁ, Nicanor Palhares de; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; REIS, Rosinete Maria dos. (org.) *Instantes & memória na história da educação*. Brasília-DF: Inep; Cuiabá-MT : EdUFMT, 2006.

ROBBA, Cláudio. *Aquidauana Ontem e Hoje*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1992.

ROMANELLI, Otaíza. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 28. ed. Petrópolis : Vozes, 2003.

SÁ ROSA, Maria da Glória. *Memória da Cultura e da Educação em Mato Grosso do Sul: histórias de vida*. Campo Grande, MS. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1990.

SANFELICE, José Luiz. História das Instituições Escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura Nascimento et al. *Instituições Escolares no Brasil*. Conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR; Sorocaba: Uniso; Ponta Grossa: UEPG, 2007.

SAVIANI, Dermeval. *Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro*. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 40, jan./abr. 2009.

_____. *Escola e democracia*. 41 ed. revista. Campinas, SP : Autores Associados, 2009.

_____. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3 ed. Campinas, SP : Autores Associados, 2010. (Coleção memória da educação).

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos da Silva. *Escola Normal: o projeto das elites brasileiras para a formação do povo*, 2008. Disponível em:http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos2009/Extensao/I_encontro_inter_artes/20_Marlete_Schaffrath.pdf. Acesso em: 22 de ag. 2013.

SCHULTZ, Theodore W. *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SCHELBAUER, Analete Regina. *Idéias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914*. Maringá: EDUEM, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de Civilização: A implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*. n. 14, mai./jun./jul./ago., 2000.

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. A primeira Escola Normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Orgs.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República* Campinas: Alínea, 2008.

XAVIER, Maria Elizabete S. P. *Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1930-1961)*. Campinas: Papirus, 1990.

XAVIER, Maria Elizabete S. P.; RIBEIRO, Maria Luiza Santos; NORONHA, Olinda Maria. *História da educação: a escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994.

1.2 Fontes manuscritas, regulamentos, leis, decretos, atas, portarias, jornais.

AQUIDAUANA. *Carta enviada por Alberto Távora, ao Excelentíssimo Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de Aquidauana*. Aquidauana 08 de nov. de 1953. Arquivo da Base de Pesquisas Históricas e Culturais das Bacias dos Rios Aquidauana e Miranda – BPRAM/UFMS/CPAQ.

ESCOLA NORMAL JANGO DE CASTRO. *Livro de Atas de Reuniões da Congregação*. Aquidauana, MT, 1950-1972.

ESCOLA NORMAL JANGO DE CASTRO. *Livro de Pontos de Funcionários: professores e pessoal administrativo*. Aquidauana, MT. 1950.

ESCOLA NORMAL JANGO DE CASTRO. *Livro de Atas de Sessões Solenes de Entrega de Diplomas*. Aquidauana, MT, 1951.

ESCOLA NORMAL JANGO DE CASTRO. *Livro de Matrícula (1952-1968)*. Aquidauana, MT. 1952.

ESCOLA NORMAL JANGO DE CASTRO. *Livro de Termo de Posse*. Aquidauana, MT. 1955.

ESCOLA NORMAL JANGO DE CASTRO. Portaria nº 1/56 ao corpo discente. In: _____. *Livro de Atas de Reuniões da Congregação da Escola Normal Jango de Castro*. Aquidauana, MT, 1950-1972.

ESCOLA NORMAL JANGO DE CASTRO. Portaria 1/57 ao corpo discente. In: _____. *Livro de Atas de Reuniões da Congregação da Escola Normal Jango de Castro*. Aquidauana, MT, 1950-1972.

ESCOLA NORMAL JANGO DE CASTRO. Portaria nº 2/57 ao corpo docente. In: _____. *Livro de Atas de Reuniões da Congregação da Escola Normal Jango de Castro*. Aquidauana, MT, 1950-1972.

ESCOLA NORMAL JANGO DE CASTRO. *Livro de Pontos de Professores e Funcionários*. Aquidauana, MT, 1960-1961.

JORNAL DO POVO. *A segunda abolição*: comunicado da Cruzada Nacional de Educação. Aquidauana, 29 de agosto de 1937. Arquivo Público de Mato Grosso.

1.3 Legislação nacional, Relatórios Ministeriais, Governador do Estado de Mato Grosso, Diretor Geral da Instrução Pública, Mensagens, Decretos, Leis

BRASIL, *Decreto-lei n. 85.30, de 2 de janeiro de 1946*. Disponível em: <www.soleis.adv.br>. Acesso em: 24 de jun. de 2013.

MATO GROSSO. *Relatório apresentado por João José Pedrosa. Presidente da Província de Mato Grosso, à Assembleia Legislativa Provincial*. Cuiabá 1º de novembro de 1878. Cuiabá: [S.e.].

MATO GROSSO. *Relatório do Presidente do Estado de Mato Grosso, Pedro Celestino Corrêa da Costa*, enviado a Assembleia Legislativa de Mato Grosso em 13 de maio 1910. Cuiabá: Tipografia Oficial, 1910. Disponível em: http://www.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso

MATO GROSSO. *Relatório do Presidente do Estado de Mato Grosso, Joaquim Augusto da Costa Marques*, enviada a Assembleia Legislativa de Mato Grosso em 13 de maio 1913. Cuiabá: Tipografia Oficial, 1913. Disponível em: http://www.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso

MATO GROSSO. *Relatório do Presidente da Província do Estado de Mato Grosso, Francisco de Aquino Corrêa*, enviado a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso em 7 de setembro de 1919. Cuiabá: Tipografia Oficial, 1919.

MATO GROSSO. *Relatório do Presidente da Província do Estado de Mato Grosso, Francisco de Aquino Corrêa*, enviado a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso em 7 de setembro de 1920. Cuiabá: Tipografia Oficial, 1920.

MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Exmº Snr. Dr. Secretário Geral do Estado*, pelo Prof. Franklin Cassiano da Silva, Direto Geral da Instrução Pública, Cuiabá, 15 de Abril de 1931.

MATO GROSSO. *Regulamento do Ensino Normal do Estado*. Decreto N. 590, de 31 de dezembro de 1948. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 1948. (Diversas Publicações).

MATO GROSSO. *LEI 342, de 13 de dezembro de 1949 Autoriza o Governador do estado a celebrar com o Ginásio “Candido Mariano” um convênio*. Diário Oficial. Cuiabá, 14 de dezembro de 1949. Arquivo Público de Mato Grosso.

MATO GROSSO. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo Governador do Estado de Mato-Grosso Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo por ocasião do início da Legislatura de 1950*. Imprensa Oficial. Cuiabá, 1950. Arquivo Público de Mato Grosso.

MATO GROSSO. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso pelo Governador do Estado Fernando Corrêa da Costa, na abertura da legislatura de 1954*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1954.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. *Relatório de 1908*. Rio de Janeiro, 1908. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2275/contents.html>>. Acesso em 30 jun. de 2013.

1.4 Entrevistas

ENTREVISTADA A. *Entrevista concedida à autora*. Anastácio : MS, 14 de agosto de 2013.

ENTREVISTADA B. *Entrevista concedida à autora*. Aquidauana : MS, 27 de setembro de 2013.

ENTREVISTADA C. *Entrevista concedida à autora*. Aquidauana : MS, 11 de outubro de 2013.

ENTREVISTADA D. *Entrevista concedida à autora*. Aquidauana : MS, 10 de dezembro de 2013.

ENTREVISTADA E. *Entrevista concedida à autora.* Aquidauana : MS, 18 de dezembro de 2014.

ENTREVISTADO F. *Entrevista concedida à autora.* Campo Grande : MS, 10 de Janeiro de 2014.

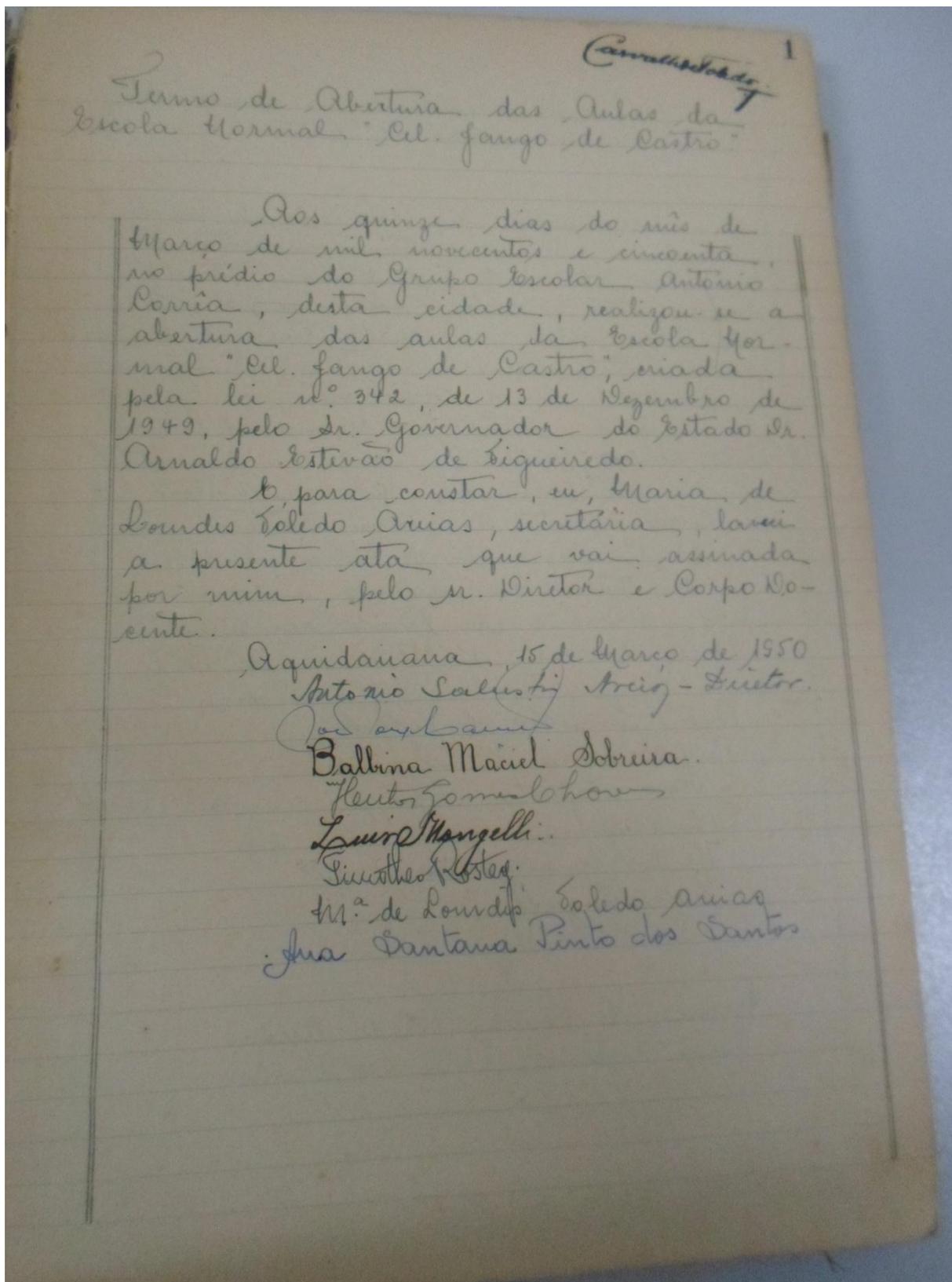
ANEXOS

Anexo A – Roteiro de entrevista semiestruturada

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA SOBRE A HISTÓRIA DA ESCOLA NORMAL JANGO DE CASTRO

- a) Poderia realizar uma breve explanação sobre sua trajetória profissional, a partir da formação obtida na Escola Normal Jango de Castro?
- b) Como você caracteriza o corpo discente em relação aos conteúdos ministrados? Os alunos eram receptivos face aos conteúdos trabalhados?
- c) Possui cadernos escolares ou material didático adotados pela instituição? Quais eram as atividades mais usadas (cópias do quadro-negro, trabalho em grupo, aulas expositivas...? Possui alguma lembrança acerca do método utilizado para a efetivação da prática docente?
- d) O que achou da formação oferecida pela instituição? Podemos caracterizar o ensino normal oferecido nas décadas de 1960 e 1970 suficiente para o atendimento da demanda da expansão da escola primária no município de Aquidauana?
- e) Como se efetivava o estágio de prática docente?
- f) Como você define o espaço físico da escola? Havia espaço adequado para a realização das atividades imanentes ao Curso Normal? A escola contou com material didático necessário para o desenvolvimento das atividades?
- g) O que se exigia dos alunos acerca da disciplina no âmbito escolar?
- h) Os professores possuíam habilitação específica para lecionar as diferentes cadeiras?
- i) Teria algo a dizer sobre o fechamento da instituição em 1975, período em que a Escola Normal Jango de Castro passou a denominar-se Escola Estadual de II Grau “Jango de Castro”?

Anexo B – Ata de inauguração da Escola Normal Jango de Castro -1950



Fonte: Arquivo da Escola Normal Jango de Castro

Anexo C - Carta enviada ao Excelentíssimo Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de Aquidauana, 1953

Aquidauana 8 de Novembro de 1953

Excelentíssimos Senhores
Presidente e Vereadores da
Câmara Municipal de Aquidauana
Nesta

As minhas saudações
amistosas.

Li no "Jornal do Sul"
com espanto, o veto de sua Excelen-
cia o Sr. Dr. Governador do Estado
de anulação da verba destinada
ao prédio da Escola Normal
"Jango de Castro".

Apesar de gravemente
doente, retido no leito, conforme
não ignorais, e como fundador
neste Estado, de 3 escolas mistas
urais com a ajuda simples-
mente do Povo e da Cruzada
Nacional de Educação, protesto
contra tal impatriótica atitude
que fez nossos brios, e como re-

2
pudis, seja dada, nas urnas, na
proxima eleição, nossa resposta.
Que o novo escopo seja
"Tudo por Aquidauana"

atenciosamente
Alberto Lôrna

Fonte: Arquivo da Base de Pesquisas Históricas e Culturais das Bacias dos Rios Aquidauana e Miranda – BPRAM/UFMS/CPAQ.

Anexo D – Sala de Aula do Grupo Escola Antônio Correa, Aquidauana



Fonte: Arquivo da Base de Pesquisas Históricas e Culturais das Bacias dos Rios Aquidauana e Miranda – BPRAM/UFMS/CPAQ.

Anexo E – Professor Antônio Salústio Areias, Maria de Lourdes Toledo Areias, sua esposa, e normalistas da Escola Normal Jango de Castro na década de 1960



Fonte: Arquivo da Base de Pesquisas Históricas e Culturais das Bacias dos Rios Aquidauana e Miranda – BPRAM/UFMS/CPAQ.

Anexo F – Jornal “Normalista” da Escola Normal Jango de Castro



Fonte: Arquivo pessoal de Jandira Mendes Trindade.

Anexo G – Diretora da Escola Normal, Maria de Lourdes Chebel, a primeira da esquerda para a direita.



Fonte: Arquivo da Base de Pesquisas Históricas e Culturais das Bacias dos Rios Aquidauana e Miranda – BPRAM/UFMS/CPAQ.